

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MARIA IZABEL DA SILVA

**A APROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE RICARDO ANTUNES PELO
SERVIÇO SOCIAL: A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE**

FRANCA

2014

MARIA IZABEL DA SILVA

**A APROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE RICARDO ANTUNES PELO
SERVIÇO SOCIAL: A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientador: Profª Dr. José Fernando Siqueira da Silva

FRANCA

2014

Silva, Maria Izabel da

A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social : a categoria trabalho em debate / Maria Izabel da Silva. – Franca : [s.n.], 2014
178 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. Trabalho. 2. Serviço Social. 3. Mundo do trabalho.
4. Antunes, Ricardo L. C. I. Título.

CDD – 362.85

MARIA IZABEL DA SILVA

**A APROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE RICARDO ANTUNES PELO SERVIÇO
SOCIAL: A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª Dr. José Fernando Siqueira da Silva

1º Examinador: _____
Profª Drª Cláudia Mazzei Nogueira - UNIFESP-Santos

2º Examinador: _____
Profº Dr. Fábio César da Fonseca – UFTM-MG

3º Examinador: _____
Profº Dr. Adriano Pereira Santos - UNIFAL-MG

4º Examinador: _____
Profº Drª Raquel dos Santos Sant'anna - UNESP-FCHS

Franca, 6 de março de 2014.

*Dedico este trabalho aos meus amados pais **Maria José e João Vieira**, exemplos de Seres Humanos, cujo amor, carinho, apoio, dedicação e valiosas orações foram fundamentais para a concretização deste sonho. A vocês meus sinceros agradecimentos, meu eterno respeito, Amor e Gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, que encerra uma etapa acadêmica de desafios, decepções e também satisfação e crescimento, não poderia deixar de expressar minha gratidão a todos que, de alguma forma, me acompanharam e contribuíram para que essa trajetória fosse cumprida com êxito, graças ao estímulo, carinho e apoio recebidos. Agradeço a honra e o privilégio de estar rodeada por pessoas tão especiais, generosas, que sabem compartilhar aspirações, conhecimentos e contribuir para que deixem de ser apenas sonhos e esperanças.

Nesta perspectiva, sinto-me feliz em agradecer a todos e, de um modo especial:

A “**Escola da Vida**”, cujas vitórias e conquistas, assim como os obstáculos e dificuldades encontrados pelo caminho possibilitaram-me significativo aprendizado e crescimento pessoal, valorizando cada vez mais o privilégio de estar viva e sempre acreditar no potencial transformador humano.

Aos meus amados e tão especiais **Pais**, pela vida, educação e preciosos ensinamentos, fruto de sua infinita sabedoria, simplicidade e generosidade, que ora me orientam, fortalecem e sustentam nos percalços da caminhada terrestre.

Aos meus queridos **familiares**, que sempre estiveram torcendo por mim, pelo carinho, amizade, apoio e compreensão face a minha constante ausência física, fortalecendo-me durante essa trajetória desafiadora.

Ao **profº Dr. José Fernando**, por ter aceito o desafio de orientar-me com dedicação, compreensão e competência, acreditando no meu potencial e concedendo-me autonomia durante a caminhada. Obrigada pela valiosa orientação, apoio amigo sincero e constantes incentivos, imprescindíveis a superação dos obstáculos encontrados e o avanço na construção exitosa deste projeto.

Aos **ilustres profissionais** que compõem esta banca examinadora, pela honrosa presença, generosidade e valiosas contribuições, fundamentais ao enriquecimento deste trabalho, o que reforça e comprova a relevância de um trabalho coletivo e interdisciplinar.

Em especial, ao **profº Dr. Ricardo Antunes**, pela confiança em mim depositada, ao permitir que eu desenvolvesse uma tese sobre suas obras, aceitando inclusive ser entrevistado, o que muito me honra e impõe imensa responsabilidade. Obrigada pela habitual generosidade, sabedoria, cujo apoio e valiosas orientações foram imprescindíveis a realização da pesquisa e ao êxito deste trabalho científico. Que o professor continue a despertar e inspirar os trabalhadores, assim como despertou-me e inspirou-me, a transcender a extrema alienação social que nos envolve no cotidiano miserável e sofrido, percebendo-nos enquanto seres super explorados, cuja essência revela que ainda somos seres sociais dotados com capacidade criativa de criar e recriar sempre. Obrigada por nos possibilitar tirar as vendas dos olhos, a desvelar as potencialidades do/no trabalho, bem como a

continuar acreditando que podemos coletivamente, enquanto classe trabalhadora, superar a atual extrema (des)sociabilização humana num contexto brutalmente barbarizado e construir um mundo melhor.

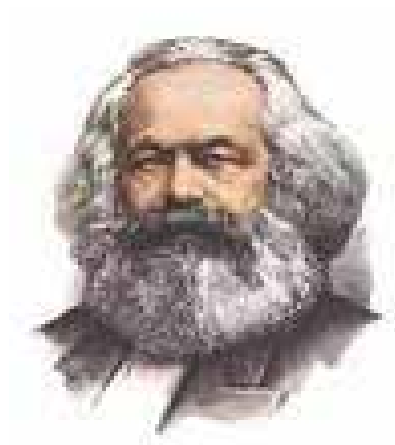
Aos amigos e companheiros de ideal **Cláudia Mazzei, Ricardo Antunes e Ricardo Lara**, pelo valioso apoio e incentivo ao meu ingresso no Curso de Doutorado em 2010, bem como durante sua trajetória e conclusão. A vocês minha sincera e eterna amizade e gratidão.

Aos colegas de pesquisas nos grupos de estudos: TMT/UFSC, NETeG/UFSC (hoje UNIFESP-Santos) e Teoria Social de Marx e Serviço Social – UNESP-Franca, pelas preciosas reflexões coletivas e debates calorosos, fundamentais a minha formação e crescimento intelectual.

A UNESP-Franca, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, seus servidores administrativos, em especial ao *Mauro e Luzinete* (posgradss), a *Laura* e a *Andreia* (biblioteca), pela especial atenção e oportunas orientações.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos e o meu abraço especial, sincero e fraterno.



O trabalho segundo Karl Marx:

[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.
(MARX, 1980, p.201)

Já o trabalho assalariado/alienado, típico do modo de produção capitalista:

[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. [...]
Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades.
(MARX, 2002, p.114).

Nessa perspectiva, nos esclarece:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz
[...] O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz.
Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.
O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens.
(MARX, 2002, p. 111).

SILVA, Maria Izabel da. **A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social:** a categoria trabalho em debate. 2014. 178 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

A presente Tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP-Franca/SP, teve como objetivo problematizar e refletir sobre a apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social brasileiro, priorizando suas duas obras clássicas: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”, com o intuito de constatar a contribuição dessas obras para o Serviço Social. Para tanto, inicialmente fez-se uma incursão preliminar a partir dos trabalhos publicados nos eventos mais relevantes do Serviço Social brasileiro: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010), tendo como critério, os trabalhos fundamentados nas duas obras supracitadas, com o intuito de verificar como os assistentes sociais têm se apropriado da discussão complexa sobre a categoria trabalho, sobretudo sua centralidade, questionando a potência revolucionária da classe trabalhadora. Num segundo momento, fizemos pesquisa empírica, com entrevista semiestruturada com o profº Dr. Ricardo Antunes, com vistas a esclarecer criticamente as questões constatadas na apropriação de suas obras e contribuir com o relevante debate sobre a categoria trabalho no Serviço Social. Os resultados das pesquisas realizadas evidenciaram a relevância das obras do profº Ricardo Antunes para o Serviço Social, constituindo-se um marco histórico no debate sobre a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Por fim, espera-se com essa tese de doutorado, contribuir com a produção de conhecimentos para o Serviço Social (e áreas afins), a partir desta discussão teórica relevante e pertinente atualmente à categoria, com vistas a responder à visão endógena e reducionista que persiste no Serviço Social. Pretende-se, ainda, evidenciar a importância das referidas obras de Ricardo Antunes como um divisor de águas no âmbito das ciências sociais e humanas, evidenciando a possibilidade real de emancipação humana enunciada por Karl Marx no século XIX.

Palavras-chave: categoria trabalho. Ricardo Antunes. Serviço Social.

SILVA, Maria Izabel da. **The appropriation of works by Ricardo Antunes Social Work: category work in debate.** 2014. 178 p. Thesis (Doctorate in Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis, defended at the Graduate Program in Social Work from the State University - UNESP-Franca/SP, aimed to discuss and reflect on the appropriation of Ricardo Antunes's studies by the Brazilian Social Work, prioritizing its two classics: "Goodbye to work? Essay on the metamorphosis and the centrality of the working world" and "The meanings of work: essay on the affirmation and negation of work", in order to observe the contribution of these works for Social Work. For this purpose, initially made up a preliminary foray from papers published in the most important events of the Brazilian Social Work: CBAS (2007 and 2010) and ENPESS (2008 and 2010), taking as a criterion, the works based on the two aforementioned works, in order to verify how social workers have appropriated the complex discussion about the working class, especially its centrality, questioning the revolutionary power of the working class. Secondly, we made an empirical research with semi-structured interview with Ricardo Antunes, with a view to critically clarify the issues noted in the appropriation of his work and thus, contribute to the important debate about the work in the Social Work category. The results showed the relevance of the works of Ricardo Antunes for Social Work, becoming a landmark in the debate on the centrality of the work category in contemporary society. Finally, it is expected that this thesis contribute to the production of knowledge in social work (and related fields), from this theoretical discussion relevant and pertinent to the current category, in order to respond to the endogenous and reductionist vision which persists in Social Work. It is intended also to highlight the importance of the works of Ricardo Antunes as a watershed in the social sciences and humanities, emphasizing the real possibility of human emancipation enunciated by Karl Marx in the nineteenth century.

Keywords: category work. Ricardo Antunes. Social Work.

SILVA, Maria Izabel da. **La apropiación de las obras de Ricardo Antunes por el Trabajo Social: la categoría trabajo en el debate.** 2014. 178 h. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

RESUMÉN

Esta tesis doctoral, defendida en el Programa de Posgrado en Trabajo Social de la Universidad del Estado de São Paulo - UNESP-Franca/SP, tuvo como objetivo debatir y reflejar sobre la apropiación de las obras de Ricardo Antunes por el Trabajo Social brasileño dando prioridad a sus dos clásicos: "Adiós al trabajo? Ensayo sobre la metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo" y "Los sentidos del trabajo: ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo", con el fin de observar la contribución de estas obras para el Trabajo Social. Para ello, inicialmente compuesto por una incursión preliminar de los trabajos publicados en los eventos más importantes del Trabajo Social brasileño: CBAS (2007 y 2010) y ENPESS (2008 y 2010), tomando como criterio, los trabajos basados en las dos obras mencionadas, con el fin de verificar cómo los trabajadores sociales se han apropiado de la compleja discusión sobre la clase obrera, sobre su centralidad, cuestionando el poder revolucionario de la clase obrera. En segundo lugar, hemos hecho una investigación empírica a través de entrevista semi-estructurada con el profesor Dr. Ricardo Antunes, con el fin de aclarar críticamente las cuestiones señaladas en la apropiación de su trabajo y contribuir al debate importante sobre el trabajo en la categoría de los trabajadores sociales. Los resultados de las investigaciones realizadas demostraron la relevancia de las obras del profesor Ricardo Antunes para el Trabajo Social, constituyéndose en un punto de referencia en el debate sobre la centralidad de la categoría trabajo en la sociedad contemporánea. Por último, se espera que esta tesis contribuya a la producción de conocimiento para el Trabajo Social (y afines), a partir de esta discusión teórica relevante y pertinente para la categoría actual, con el fin de contestar la visión endógena y reduccionista que persiste en el Trabajo Social. Se pretende también evidenciar la importancia de las obras de Ricardo Antunes como un hito en las ciencias sociales y humanas, con énfasis en la posibilidad real de la emancipación humana enunciada por Karl Marx en el siglo XIX.

Palabras clave: categoría trabajo. Ricardo Antunes. Trabajo Social.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
BID	Banco Interamericano
BM	Banco Mundial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
NETeG	Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
TMT	Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 A CATEGORIA TRABALHO EM MARX.....	31
1.1 O trabalho na ontologia do ser social.....	31
1.2 O trabalho assalariado no modo de produção capitalista.....	38
1.3 Breves comentários sobre o Trabalho concreto, Abstrato/alienado, Produtivo e Improdutivo.....	51
1.4 A organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea ...	55
CAPÍTULO 2 A CATEGORIA TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL.....	69
2.1 Breves considerações sobre a gênese e a consolidação do Serviço Social no Brasil	69
2.2 O Projeto Ético-Político do Serviço Social e o contexto neoliberal.....	83
2.3 Elementos introdutórios sobre o debate das obras de Ricardo Antunes no Serviço Social	96
2.4 O debate sobre a categoria trabalho no Serviço Social.....	100
2.5 Análise dos trabalhos publicados no CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010): uma incursão preliminar.....	111
CAPÍTULO 3 A CATEGORIA TRABALHO EM RICARDO ANTUNES.....	127
3.1 Uma nota biográfica introdutória.....	127
3.2 A categoria trabalho em debate.....	140
3.3 Recuperando algumas das principais teses contidas nas obras de Ricardo Antunes.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	163
APÊNDICE	
Apêndice: Roteiro de Entrevista.....	172

ANEXOS

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	176
ANEXO B: Parecer Consubstanciado do CEP – UNESP – Franca.....	177

INTRODUÇÃO

Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que isso dá origem à sua antítese, a perda de sentido. (LUKÁCS, Ontologia do Ser Social).

Esta tese de doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca) apresenta-se como uma proposta inicial para problematizar e refletir sobre a apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social, em especial sobre as duas obras clássicas¹: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”, com o intuito de constatar a contribuição dessas obras para o Serviço Social. Para tanto, vamos apresentar o eixo constitutivo presente na obra de Ricardo Antunes e sua contribuição nas reflexões do Serviço Social.

A escolha da temática desta proposta de pesquisa resulta a partir da trajetória de vida da pesquisadora, do seu posicionamento crítico frente à atual (des)sociabilização humana no contexto barbarizado, acreditando no potencial transformador criativo humano pelo trabalho concreto, enquanto mediação entre homem e natureza, e na possibilidade real de superação da ordem burguesa. Para tanto, torna-se mister a produção do conhecimento, no qual a ciência seja verdadeiramente comprometida com a humanidade, com a melhoria das condições de vida dos seres humanos.

No entanto, é oportuno ressaltar que no atual cenário de sociabilidade barbarizada neoliberal, vigora o discursismo falacioso do novo, o “neo”, a novidade, o avanço tecnológico e o consumo exacerbado globalizado, embalado pela “avalanche pós-moderna”², que se funda no individualismo e desconsidera a coletividade. Na verdade o referido otimismo do “neo” é só aparente e ideologicamente conforta as massas insanas, mascarando e dissimulando a sua

¹ Consideramos clássicas pela significativa relevância e abrangência dessas obras no âmbito intelectual e além dele, a exemplo dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, sendo um divisor de águas no âmbito acadêmico, num cenário pervertido e desesperançoso quanto à possibilidade de superação da ordem burguesa. Além disso, é oportuno ressaltar sua abrangência no espaço global, o *Adeus ao trabalho?* está na 15ª edição e *Os sentidos do trabalho* está na 12ª edição, tendo sido ambos publicados em vários países da América Latina, América do Norte e Europa.

² Além de mascarar a realidade concreta em sua essência mistificando o real, contribui com a aparente situação caótica sem solução (o fim da história, não há saída, a perpetuação da lógica vigente capitalista barbarizada).

essência que permanece a mesma relação de produção e reprodução do capital, entretanto considerando é claro as devidas e inegáveis alterações no metabolismo orgânico do capital, evidenciando na verdade a crise gigantesca sem precedentes do capitalismo em sua lógica de produção destrutiva, demonstrando suas contradições inconciliáveis e incontroláveis (MÉSZÁROS, 2002).

Neste contexto de barbárie neoliberal generalizada (e naturalizada), as teorias dos apologistas místicos, entre os quais F.A. Hayek, emergem e se propagam com facilidade, encontram terreno fértil diante dos imensos desafios que a realidade caótica nos impõe, somado ao ecletismo teórico e a mediocridade intelectual que se reproduz de maneira condizente a atender os interesses vorazes do capital mundializado, legitimando e perpetuando a lógica burguesa, centrada na relação mercadológica, na qual as possíveis desigualdades (entendemos como contradições) sejam sanados pela “mão invisível” idealizada por Adam Smith e recuperada por Hayek e seus seguidores.

Ao contrário da pretensa “neutralidade” científica defendida por Comte, Durkheim, Max Weber, Hayek e seus discípulos, a ciência reproduz valores e visões de mundo, a qual subordinada aos ditames do capital evidencia a ciência burguesa, desprovida de valores humanos genéricos e tão somente comprometida com a produção e reprodução do capital, configurando-se uma pseudociência, conforme a “decadência ideológica”³ denunciada por Lukács (1981), o qual inferindo-se às ciências sociais, acredita que a “especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais”, revelando preocupação com a influência do pensamento conservador na criação de várias áreas do saber, que por não se comunicarem entre si tornariam-se estranhas.

Conforme as oportunas elucidações de Lukács (1981, p. 23):

Iniciemos pela nova ciência da época da decadência: a sociologia. Ela surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas

³ Conforme nos esclarece Lara (2011), a decadência ideológica enunciada por Lukács refere-se ao período claramente marcado pela tentativa dos ideólogos burgueses em produzir um conhecimento que tem por premissa uma fuga da realidade, com explícita intencionalidade de manutenção da ordem social burguesa.

e vazios raciocínios analógicos [...] ocorre na economia uma fuga da análise geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente. [...] Assim como a sociologia deveria constituir uma “ciência normativa”, sem conteúdo histórico e econômico, [...] a história deveria limitar-se à exposição da “unicidade” do decurso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social.

Referindo-se a ciência autêntica, afirma Lukács (1978, p. 88):

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de modo tal que deste conjunto de leis pode-se retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta dialética concretamente realizada de universal, particular e singular [...].

No que tange especificamente ao método, nos reportamos a Lara (2007; 2011), o qual o concebe como o modo de apreensão do real, baseado em uma concepção de mundo, na qual o pesquisador se apóia para investigar determinada realidade social.

É igualmente relevante resgatar que o Serviço Social historicamente se apropriou, sobretudo, das seguintes perspectivas teóricas: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico dialético, as quais fomentam o embasamento da construção do conhecimento da Pesquisa no Serviço Social. No entanto, a categoria definiu a *materialista histórico dialética*, sendo a mais condizente com a perspectiva emancipatória da profissão, formalizada no seu projeto ético-político hegemônico⁴, além de também ser a definição teórico-metodológica predominante no Serviço Social.

Segundo interpretação de Cassab (2007, p. 59), a escolha pela referida corrente teórica se justifica por esta:

[...] priorizar a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento, valorizar os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvelar as oposições contraditórias presente entre o todo e as partes. [...] Defende, também, a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que existem. A abordagem dialética reconhece a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas, nas diversas peculiaridades que a compõem.

⁴ Consideramos que se trata de uma direção estratégica coletiva para o Serviço Social brasileiro, contemplando o tripé: o Código de ética de 1993 que norteia a atuação profissional, a Lei 8.662/93 que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996. Constitui-se uma construção coletiva que tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente debate pela categoria, pressupondo o movimento vivo do real e contraditório das classes na sociedade. (BRAZ, 2013, p.25).

Nesta perspectiva, a não escolha dessa corrente pode ter perversos impactos para o Serviço Social, conforme nos adverte José Paulo Netto (1989. p. 101):

Sem Marx e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se [...]. Sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social [...]. Por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um Serviço Social “marxista” [...].

Neste prisma, de acordo com José Fernando Silva (2013), trata-se de uma perspectiva comprometida com a reconstrução do movimento do real enquanto “concreto pensado” (MARX, 1989), repleto de múltiplas determinações e de complexos sociais particulares (LUKÁCS, 1978) que interagem e definem (não de forma determinística) a inserção dos assistentes sociais em determinada historicidade e sob determinado legado sócio-histórico.

Ancorada na teoria social crítica marxiana, pensar a ciência quanto ao ser social, concordando com Nogueira (2007, p.11), pressupõe “[...] um ponto de partida e um ponto de chegada e as abstrações são um caminho imprescindível para que o ponto de partida ao tornar-se ponto de chegada, seja marcado pela apreensão da totalidade e pelo real processo de conhecimento.”

Com esse entendimento, é oportuno esclarecer que essa análise deve ser problematizada, sob a perspectiva de totalidade, considerando o contexto atual bastante complexo e adverso, no qual o trabalho e o processo de produção e reprodução das relações sociais assume contornos típicos do capital mundializado, prevalecendo o capital financeiro profundamente fetichizado, o que dissimula e mistifica a relação social (aparentemente invisível) entre capital e trabalho.

Assim sendo, entendemos que há expressivas alterações no metabolismo orgânico do capital que precisam ser retomadas e consideradas, a fim de subsidiar tal discussão, sendo imprescindível apreendê-las conforme sua historicidade. Sob a ótica da teoria social crítica, a reprodução das relações sociais na ordem burguesa deve ser apreendida em sua totalidade concreta, considerando o seu movimento e suas contradições.

Nesta perspectiva, a escolha da temática de estudo não foi por acaso. É importante recordar a trajetória de vida da pesquisadora, tendo sido sempre permeada pela categoria trabalho de forma ambígua, ora evidenciando seu caráter

criativo e realizador, gerando satisfação pessoal, ora mostrando sua face de opressão, insatisfação, sofrimento e de submissão de classe⁵. Ainda na primeira infância o trabalho doméstico, que culturalmente na sociedade brasileira predominantemente machista é atribuído às mulheres, fato este que sempre intrigou-a, pois tinha que realizar tarefas domésticas, enquanto seus irmãos do sexo masculino brincavam na rua e curtiam a infância.

Cumprido ressaltar que esta injusta divisão sexual do trabalho imposta culturalmente e legitimada pelas religiões aborrecia-a, causando-lhe profunda insatisfação e revolta, pois não conseguia entender que “Deus” é esse que premia a divertida ociosidade masculina e castiga e condena as meninas ao pesado fardo do trabalho doméstico (considerado por muitos “naturalmente” destinado às mulheres). Entretanto, não tendo outra alternativa e como pretensamente era atribuída a vontade “divina”, aceitava com certa resignação, embora a perturbasse, inclusive algumas vezes chegava a dizer que deveria ter nascido do sexo masculino, seria mais livre e feliz⁶. Para tanto, vale ressaltar que os métodos de convencimento são bastante eficazes, entre os quais destaca-se os valores morais familiares disseminados desde tenra idade, as religiões e a educação escolar com seus respectivos mecanismos de coerção, alienação e manipulação psico-ideológica⁷.

Quanto ao trabalho assalariado, faz parte de sua vida desde criança (12 anos), não como escolha pessoal, mas como determinação “natural” existencial, haja vista ter nascido numa família de pequenos agricultores, portanto pertencente à classe trabalhadora, não detentora dos meios de produção, na qual o trabalho é

⁵ Cabe esclarecer que a escolha em estudar a categoria trabalho não foi simplesmente uma temática ou opção teórica inegavelmente alvo de expressiva polêmica, a escolha se pauta sobretudo na própria condição existencial da pesquisadora enquanto trabalhadora não detentora dos meios de produção, conforme expresso em algumas passagens de sua trajetória de vida, não como um memorial e sim como expressão de sua identidade e da própria relação de vida imbricada com a categoria trabalho. Assim, essa pesquisa é fruto de sua existência e visão de homem e de mundo.

⁶ Inclusive quando imaginava a futura “escolha” profissional, se identificava com as profissões consideradas masculinas, por entender que esses profissionais teriam mais liberdade no seu exercício profissional.

⁷ A perpetuação da família patriarcal e a subordinação feminina são essenciais a lógica do capital. Segundo Nogueira (2006), o trabalho doméstico realizado pelas mulheres possibilita ao capitalista a reprodução e perpetuação da força de trabalho, garantindo a reprodução e manutenção da própria lógica do capital. Afirma “A dimensão que mais tem importância na estrutura da família, como manutenção do domínio do capital sobre a sociedade, é a “perpetuação – e internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital [...]” (NOGUEIRA, 2006, p. 214). Assim, conclui “As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução.” (NOGUEIRA, 2006, p. 211). Cumpre recordar ainda que essa subordinação feminina reflete a desvalorização de profissões consideradas predominantemente femininas, a exemplo do Serviço Social.

parte essencial, como única possibilidade de sobrevivência. Trata-se de uma família tradicional mineira, de orientação religiosa sob inspiração católica romana, onde o trabalho é entendido de forma dogmática (portanto incontestável) naturalmente parte do ser humano (menos favorecido materialmente), é religiosamente considerado formador de caráter e prestígio social, “dignifica o homem”, além de “garantir” um bom lugar no paraíso após a morte física.

Assim como a imposição “natural” do trabalho assalariado a uma parcela significativa da população, as desigualdades sociais também causavam-lhe tamanha insatisfação e questionamentos, não obtendo respostas plausíveis, pois sob orientação religiosa dogmática eram atribuídas a vontade divina, na qual os então “pobres” sofredores, futuramente entrariam no “paraíso”, enquanto os poderosos e ricos seriam condenados e sofreriam eternamente no “fogo do inferno”. Esses dogmas são transmitidos no âmbito metafísico de geração a geração de forma naturalizada, sobretudo neste caso específico, por tratar-se de uma pequena cidade (12 mil habitantes na época) no interior de Minas Gerais, dominada pela minoria privilegiada – latifundiários, com a fiel parceria da Igreja e a defesa do Estado burguês.

Desta forma, inicialmente trabalhou com familiares, o que agrava ainda mais a situação, pois sendo da família não tem necessidade de pagamento e tampouco fala-se em direito trabalhista, a relação é informal e “amigável”, já que fazem a “caridade” de tirar-nos da “ociosidade”, que segundo tradição religiosa predominante “é a oficina do demônio”.⁸ A partir de então tem vendido sua força de trabalho, submetendo-se de forma resignada às condições impostas pelos empregadores, como se essas regras fossem naturalmente definidas por poderes divinos, e portanto não sendo possível questioná-las e nem sequer duvidar de sua legitimidade.

Posteriormente, cursando a graduação em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), essa apreensão natural do trabalho assalariado começa a se alterar, encontrando respostas para seus questionamentos até então acerca da ambiguidade da categoria trabalho e seus vários significados na produção e reprodução social, bem como para o indivíduo que o executa para sua

⁸ Sob inspiração Hobbesiana, o trabalho é metamorfoseado no Leviatã Deus mortal com espada, ao qual é atribuído o legítimo poder coercitivo que obrigue os homens a cumprir os pactos mediante o terror de castigos, uma vez que supostamente somos maus por natureza e movidos pelas paixões que nos levaria a destruição.

sobrevivência, assim como aqueles outros que se apropriam e acumulam do trabalho alheio. Entretanto, é importante ressaltar que infelizmente não foi propriamente no Curso de Serviço Social que teve acesso a essa leitura crítica e mais ampla acerca da categoria trabalho⁹.

Concomitantemente a graduação, participou como aluna bolsista pesquisadora¹⁰ por 3,5 (três e meio) anos, no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT)¹¹, no qual realizamos uma pesquisa sobre “*Profissões em extinção*”, isto é, profissões que num momento histórico do passado eram imprescindíveis à sociedade e hoje se encontram em vias de desaparecimento, a qual culminou em um artigo “Alfaiates Imprescindíveis”¹². Estudamos o contexto no qual constituem essas profissões, sua história e trajetória, a relação subjetividade-trabalho, o impacto dessas transformações do universo do trabalho sobre as identidades individual, ocupacional, profissional e coletiva dos sujeitos envolvidos, bem como na vida desses profissionais, nas suas relações familiares, sociais e na sociedade em geral.

Posteriormente, desenvolveu-se uma segunda pesquisa, complementando a primeira, sobre “*Identidade Coletiva*”, isto é, investigamos as estratégias defensivas adotadas por estes profissionais, considerados dispensáveis e descartados socialmente, a partir da construção de sua identidade social e coletiva, por meio da Associação Beneficente dos Alfaiates de Florianópolis, criada em 10/maio/1948, época em que consta em seu livro de Atas a participação de aproximadamente 35

⁹ Cumpre recordar um evento realizado na UFSC em 26/10/2001 (durante um período de greve dos docentes), promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e o MST, com o lançamento do livro “*A história da luta pela terra e o MST*”, com a participação do prof^o Ricardo Antunes e João Pedro Stedile (líder do MST), o qual alterou radicalmente sua visão sobre o MST, até então visto de forma pejorativa. Além disso, a oportuna fala do prof^o Antunes foi esclarecedora e fundamental para despertá-la sobre a categoria trabalho, descortinando a visão naturalizada (divinizada e/ou satanizada) que tinha até então.

¹⁰ Inicialmente foi monitora da disciplina *Teoria Sociológica*, recebendo bolsa de extensão e posteriormente a bolsa de iniciação científica Pibic/CNPQ durante toda a graduação.

¹¹ Núcleo interdisciplinar, envolvendo pesquisadores das seguintes áreas: sociologia política, psicologia, educação e serviço social, vinculado ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹² Cabe resgatar a divisão sexual do trabalho na época. Até o final da Idade Média os alfaiates, sempre homens, confeccionavam sob medida as roupas de ambos os sexos. A alfaiataria era considerada uma arte ornamental, sujeita à criatividade do artesão, um ofício sério e de grande prestígio social, comparado à arquitetura. As mulheres costuravam as roupas de baixo, roupas domésticas e das crianças e estas eram feitas em suas próprias casas. As mulheres eram empregadas pelos alfaiates, para realizarem trabalhos manuais, como as costuras mais simples e acabamentos que não exigem técnica. Em 1675, na França, um grupo de costureiras francesas solicita ao Rei Luís XIV permissão para formar uma guilda de alfaiates femininos, para confecção de roupas destinadas às mulheres, com o argumento de que elas se sentiam constrangidas ao provarem suas roupas com os alfaiates masculinos. (SILVA; AWED, 2006).

profissionais nas assembléias. Posteriormente, na década de 1950, este número aumenta e ultrapassa 100 associados reunidos na sede da Liga Operária, entretanto já na década de 1970, caiu para 04 associados e já se reuniam na alfaiataria do presidente da associação. Estudamos, ainda, as possibilidades de resistência e transformação, considerando as relações sociais entre os trabalhadores e as forças produtivas contemporâneas, salientando que trata-se de um contexto de emergência da indústria têxtil em Santa Catarina. Cumpre destacar também que o enfraquecimento da referida associação ocorre no período de ditadura militar no Brasil (décadas de 1960 e 1970)¹³, bem como de emergência e expansão da indústria têxtil e das vendas a crediário, o que impacta diretamente numa concorrência desleal com os alfaiates, cujo trabalho artesanal e com tecidos importados resultavam em altos custos de seus produtos finais.

Nesse período, como requisito obrigatório de conclusão do curso de graduação em Serviço Social, desenvolveu uma pesquisa com dois grupos de convivência de idosos no município de Florianópolis-SC, vinculados ao projeto municipal de atendimento aos idosos¹⁴. O estudo constatou a relevância destes grupos nas vidas desses cidadãos, em sua grande maioria aposentados, embora também tenha evidenciado o descaso de nossos governantes com este segmento populacional, que sob a lógica do capital são considerados “inativos”, “improdutivos” e “inúteis”. Constatou-se que a velhice no Brasil ainda é tratada com total desinteresse e descaso, para o poder público, os “idosos” são números que provocam um déficit na Previdência Social e oneram o Sistema Único de Saúde – SUS; para a sociedade capitalista que vislumbra o fetiche da “eterna juventude”, que não quer recordar o passado que eles próprios construíram, os tratam com indiferença e/ou insignificância.

É importante resgatar que durante as entrevistas com estes cidadãos, ficou constatada a importância do trabalho nas suas vidas, os quais se referiam ao seu passado com expressivo saudosismo, como a época em que trabalhavam (trabalho assalariado) e eram “cidadãos”, evidenciando assim a noção de cidadania igual ao

¹³ Essa realidade nos permite perceber tanto as adequações ao movimento inovador quanto as suas resistências. A simples recusa à identificação do alfaiate é um gesto radical, no sentido de perceber-se como integrante do exército dos “descartáveis”. Sua radicalidade, guardadas as devidas proporções, contra paralelo com a de outros profissionais, os sapateiros, os sapateiros militantes, como sugere o historiador Hobsbawm. Os profissionais são, ao mesmo tempo, homens de luta.

¹⁴ Realizou experiência prática de estágio curricular e extracurricular de três anos e meio (3,5), junto aos grupos de convivência de idosos, vinculados a Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC.

trabalho assalariado¹⁵. Fato este de enorme comoção e que a surpreendeu, mesclando sentimentos de surpresa, solidariedade e revolta com esta lógica perversa vigente na sociedade capitalista, que suga os trabalhadores em sua fase considerada “produtiva” e depois os descarta na condição de não-cidadãos, jogados a sua própria sorte.

Posteriormente, outro aspecto relevante foi sua trajetória no Mestrado em Serviço Social pela UFSC, cuja Dissertação¹⁶ buscou investigar a centralidade da categoria Trabalho na Sociedade Contemporânea, a partir do trabalho docente voluntário na UFSC. Este estudo buscou responder preliminarmente a seguinte pergunta: “*O trabalho docente voluntário na UFSC é uma das várias formas de expressão do trabalho na sociedade contemporânea. Em que medida, portanto, ele expressa ou não uma dimensão da centralidade do trabalho na sociabilidade humana?*” Para tanto, entrevistou os professores universitários aposentados da UFSC, que regressaram à referida universidade na condição de adesão voluntária, em condições precarizadas e sem remuneração e direitos trabalhistas.

Nesse contexto, com o intuito de responder a pergunta objeto desse estudo, reportando-se a Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, ao se referir ao trabalho assalariado/fetichizado/alienado, demonstra a dimensão de sofrimento do trabalhador e de repulsa ao trabalho, inclusive comparando-o a uma peste. (MARX, 2002c). Entretanto, no caso específico dos docentes voluntários da UFSC que se aposentaram e se “libertaram” do “fardo” do trabalho assalariado, curiosamente permaneceram espontaneamente trabalhando e com um agravante, em situação mais precarizada que antes, pois, como docentes voluntários, não recebem salários¹⁷ além de serem alvos da evidente discriminação.

¹⁵ A pesquisa empírica evidenciou os resultados desse projeto, cujos avanços inegáveis, recuos e limitações próprias da sua execução, revelam a relevância do grupo de convivência na vida desses idosos, quanto ao processo de socialização e prevenção ao isolamento social. A convivência social no grupo configura-se como fundamental e central em suas vidas, conforme alguns afirmaram é a “sua própria vida”. Constatou-se o mérito do projeto, embora reconheçamos ser bastante incipiente face as reais necessidades desses cidadãos e suas respectivas famílias.

¹⁶ Dissertação intitulada “A centralidade da Categoria Trabalho e o Trabalho Docente Voluntário na UFSC”, defendida no dia 24/agosto/2007 junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, cuja banca foi composta pelos Professores Doutores: Cláudia Mazzei Nogueira (orientadora), Ricardo Antunes – UNICAMP e Fernando Ponte Sousa – UFSC. Vide: SILVA, M. I. (2010).

¹⁷ Com vistas a justificar o retorno dos docentes voluntários e eliminando a opção de “masoquismo”, a primeira hipótese, *a priori*, seria o caráter financeiro enquanto complemento da aposentadoria. Todavia, essa hipótese em grande medida não se confirmou totalmente com a pesquisa, pois 4 dos 17 entrevistados, afirmaram receber pagamentos provenientes de bolsas de pesquisas, estando a maioria (13) sem recebimento algum, inclusive boa parte dos entrevistados afirmou estar pagando para trabalhar.

Mesmo seguindo a lógica do trabalho assalariado e em condições precarizadas e, até sendo alvo de preconceito e discriminação, a pesquisa nos demonstrou a dimensão da centralidade do trabalho na vida dos referidos professores, expressando o caráter simbólico do trabalho em suas vidas, a partir do qual eles podem se constituir como indivíduos e se reconhecerem como seres sociais, fazendo parte de sua identidade, por essa razão não concebem a possibilidade de viverem sem o trabalho.

Desta forma, não concordando com o fim do trabalho, afirma:

[...] o que presenciamos foi que essa categoria ontológica está profundamente imbricada com o *reconhecimento do indivíduo enquanto ser social*. Mostrando, por um lado, que o trabalho é essencial para a humanidade e, por outro, imprescindível para a manutenção da sociedade capitalista. Isto porque o mundo do capital subverteu e vilipendiou o trabalho, reduzindo os trabalhadores à condição de mercadoria e fonte de valorização do capital. (SILVA, M.I., 2007, p. 118, grifo do autor).

Neste sentido, é oportuno ressaltar que a partir de 2006, cursando o mestrado, ingressou-se no Núcleo de Estudos sobre o Trabalho e Gênero (NETeG), vinculado ao Curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC¹⁸, sob a coordenação da sua então orientadora a professora Dra. Cláudia Mazzei Nogueira, realizando pesquisas, estudos e produzindo publicações sobre as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo¹⁹.

No que tange a sua trajetória profissional, concomitantemente ao mestrado, trabalhou com o programa Jovem Aprendiz, por 5 (cinco) anos, junto a uma “Instituição filantrópica sem fins lucrativos”. Foi uma experiência enriquecedora no contato direto com os adolescentes, possibilitando consistentes debates sobre diversos temas pertinentes à adolescência²⁰, entre os quais a sexualidade e gravidez

¹⁸ Atualmente o NETeG está vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Santos/SP, sob a coordenação da prof^a Dr^a Claudia Mazzei Nogueira.

¹⁹ Cumpre destacar a importância dessa experiência para a pesquisadora, sob a orientação da prof^a Dr^a Claudia Mazzei Nogueira, cujo rico aprendizado foi fundamental para a conclusão exitosa do mestrado e posteriormente ao seu ingresso no Curso de Doutorado.

²⁰ Trata-se de um programa federal de incentivo a inserção de jovens de 14 a 18 anos incompletos (posteriormente prorrogado até 24 anos) no mercado de trabalho, na condição de aprendizes. Trabalham no máximo 6 horas/dia nas empresas, dedicando um dia à formação complementar, isto é, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Essa formação teórica deveria ser oferecida pelos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SESI, SENAI, SENAC, etc), entretanto justificado pela sua incapacidade de fazê-lo, realizam parcerias com Instituições Filantrópicas “sem fins lucrativos”. A partir dessa experiência, verificou que algumas dessas Instituições pretensamente filantrópicas, lucram com a atividade, pois além da isenção fiscal, recebem parte do salário dos adolescentes diretamente das empresas onde prestam serviços e ainda adotam o marketing de “instituições cidadãos – socialmente responsáveis”. Configura-se, portanto a re(pi)lantropia denunciada por Montaño (2008), forjada pela desresponsabilização do Estado mínimo sob a égide neoliberal em tempos de capitalismo

na adolescência, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, conflitos inter-geracionais nos grupos familiares, além de outros temas voltados a sociabilidade burguesa no atual cenário de auto-destrutibilidade, a exemplo da mercantilização das relações sociais no qual prevalece o fetiche das mercadorias e do consumo exacerbado, a intensa descartabilidade (material e humana), além do processo de extrema alienação social que nos impede de vislumbrar formas de superação e de busca da emancipação humana.

Por outro lado, houve momentos de frustração e sofrimento, a exemplo da exploração desumana de adolescentes em empresas como a MacDonald's, os quais ficavam expostos ao calor excessivo das chapas quentes e não raras vezes se queimavam. No entanto, ao questionar representantes do Ministério do Trabalho a respeito, justificava-se que o trabalho era compatível com suas idades, não oferecendo riscos aos mesmos, já que as chapas não eram tão quentes, cabendo aos jovens terem mais cuidado e atenção ao desempenharem suas funções. Isso a deixava profundamente infeliz, revoltada e impotente, pois assim como os adolescentes, não tinha opção de escolha sobre onde e em que condições trabalhar, ambos dependíamos do trabalho para a própria sobrevivência, por mais indigna e desumana que fossem as condições submetidas.

É importante resgatar também que durante o período de mestrado, vivenciei vários momentos de tensão, constrangimento e decepção, pelo fato de estudar a categoria trabalho²¹, temática essa considerada por boa parte dos assistentes sociais (alguns colegas e professores do curso) como objeto de estudo da Sociologia e não do Serviço Social²². Posição essa não compartilhada pela pesquisadora, a qual nega-se a reduzir o Serviço Social em si, de forma endógena, entendendo que essa perspectiva reducionista reduz a profissão a uma dimensão meramente operacional²³.

mundializado.

²¹ Tendo inclusive recebido críticas quanto ao título de mestre em Serviço Social conquistado, em função do objeto de estudo pretensamente não ser atribuído ao Serviço Social, demonstrando portanto uma visão endógena e reducionista da própria profissão.

²² Também vivenciei essa situação de constrangimento no Curso de Doutorado- UNESP-Franca, ao apresentar o seu projeto de tese, novamente foi considerado pelo professor e colegas de turma como objeto de estudo da Sociologia e não do Serviço Social, o que causou-lhe imensa decepção e desencanto com o curso, no qual havia depositado expressivas expectativas. Esclarecendo que no mestrado e no doutorado não teve nenhuma disciplina específica sobre a categoria Trabalho, o que evidenciava uma incoerência em relação às Diretrizes Curriculares definidas em 1996.

²³ Nesse período atuou em um Curso de Serviço Social na modalidade EAD, tendo constatado toda a precariedade que essa modalidade de ensino superior vem sendo efetivada no Brasil, considerando as condições precárias e degradantes de trabalho dos professores, bem como o ensino solitário do aluno, sem a troca enriquecedora da sala de aula presencial. Além disso, foi alvo

Posteriormente, em março/2010, ingressou-se no Curso de Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca), com o intuito de responder a visão endógena, reducionista e equivocada predominante no Serviço Social²⁴. Pretendeu dar continuidade aos estudos sobre a categoria trabalho no curso de doutorado, com vistas a aprofundar seu entendimento sobre a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, buscando demonstrar e evidenciar essa centralidade, embora reconheça que prevalece a ideia equivocada e manipulada dos apologéticos da ordem vigente sobre a superação dessa centralidade, inclusive sendo compartilhada por parcela significativa dos assistentes sociais. Outra pretensão é contribuir com essa discussão no Serviço Social, demonstrando que ela é imprescindível para essa profissão, que estando na divisão sócio-técnica do trabalho, atua nas múltiplas expressões da questão social.

Diante do exposto, almejou com a presente tese dar continuidade aos seus estudos sobre a categoria Trabalho. Inicialmente pretendeu analisar como o Serviço Social tem se apropriado das discussões sobre a categoria Trabalho, tendo como referência as duas obras clássicas de Ricardo Antunes – “Adeus ao trabalho? *Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “Os sentidos do trabalho: *ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”²⁵, constatando assim a contribuição dessas obras para o Serviço Social. Trata-se de um dos autores mais conceituados e respeitados atualmente no âmbito das ciências sociais e humanas, no Brasil e no âmbito internacional, por sua ampla abordagem teórica acerca da categoria trabalho, ancorado em Marx e Lukács, revelando seu comprometimento com a emancipação humana, sendo, portanto um dos interlocutores mais referenciados no Serviço Social.

Nesta perspectiva, realizou-se inicialmente um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, tendo como fonte de coleta de dados a pesquisa documental

de críticas ferozes dos colegas assistentes sociais por trabalhar com EAD, como se fosse uma questão de escolha, demonstrando uma visão egoísta e reducionista, uma vez que essa modalidade de ensino está regulamentada pela LDB de 1996 e é uma realidade em expansão, independentemente de nossa aceitação, conforme nos orienta Marx, as condições objetivas estão postas, não depende de nossa vontade. Portanto, a luta deve ser coletiva contra essa precarização da educação superior e não contra os colegas trabalhadores super explorados, os quais sem outra alternativa, se submetem a essas condições precárias e degradantes.

²⁴ Sob a orientação do profº Dr. José Fernando Siqueira da Silva, ingressou-se também no Grupo de Estudos “Teoria Social de Marx e Serviço Social” – UNESP-Franca, coordenado pelo referido professor.

²⁵ Também pretendeu constatar se a pretensa polêmica do Serviço Social ser (ou não) trabalho é de fato uma discussão da categoria, ou se refere a um grupo de profissionais (Marilda Iamamoto X Sérgio Lessa), analisando portanto todos os artigos, independentemente da referência teórica.

e bibliográfica, a partir da análise preliminar dos trabalhos publicados nos eventos mais relevantes da categoria: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) (2007 e 2010) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) (2008 e 2010)²⁶, cuja referência bibliográfica indicasse a utilização das referidas obras de Ricardo Antunes, verificando assim a efetiva apropriação de seu conteúdo, se suas interpretações eram condizentes com a perspectiva emancipatória do referido autor, considerando a potência revolucionária do trabalho (e da classe trabalhadora).

É importante destacar que trata-se de uma incursão preliminar, considerando que os trabalhos produzidos para anais são limitados ao número de páginas, podendo não estar explicitado todo o pensamento dos autores. Com esse entendimento, pretendemos futuramente aprofundar essa análise a partir de uma pesquisa mais aprofundada em dissertações e teses no Serviço Social que discutam a temática trabalho a partir das obras de Ricardo Antunes.

Desta forma, é oportuno salientar que foram analisadas as produções publicadas das sessões temáticas pertinentes a nossa pesquisa, isto é, aquelas que abordassem a categoria trabalho²⁷. Assim sendo, no XII CBAS de 2007 em Foz Iguaçu-PR analisou-se três eixos temáticos: a) O projeto ético-político, trabalho e formação profissional; b) Relações de trabalho e espaço sócio-ocupacional do assistente social; c) Questão social, Trabalho, Estado e Democracia; no XI ENPESS de 2008 em São Luiz/MA analisou-se três eixos temáticos: a) Fundamentos do Serviço Social; b) Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social; c) Questão social e Trabalho; no XII ENPESS de 2010 no Rio de Janeiro/RJ analisou-se dois eixos temáticos: a) Trabalho, Questão social e Serviço Social; b) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho; e no XIII CBAS de 2010 em Brasília analisou-se dois eixos temáticos: a) Projeto ético-político profissional, trabalho e formação; b) Espaços sócio-ocupacionais, relações e condições de trabalho do assistente social.

Cumprido esclarecer que definiu-se pelos CBAS 2007 e ENPESS 2008, por serem eventos posteriores a publicação das principais obras que explicitam a discussão do Serviço Social ser (ou não) trabalho: Marilda Iamamoto (2007) e Sérgio

²⁶ O ENPESS ocorre a cada dois anos e o CBAS a cada três anos, sendo ambos de repercussão nacional, envolvendo os assistentes sociais de todo o Brasil, configurando-se os dois eventos mais relevantes do calendário oficial do Serviço Social brasileiro.

²⁷ Em momento algum pretendeu-se desqualificar as produções analisadas e seus autores, o único intuito foi de contribuir com este relevante debate no Serviço Social.

Lessa (2007a; 2007b), dando maior visibilidade do tema aos profissionais. Quanto ao CBAS e ENPESS de 2010, por tratar-se dos dois últimos eventos, pressupondo que ambos apresentem as discussões atuais mais relevantes para a categoria²⁸.

A leitura dos trabalhos revelou equívocos analíticos verificados na maioria dos artigos analisados, demonstrando incoerência teórica com a perspectiva crítica de Ricardo Antunes e, por conseguinte, com a teoria social crítica marxiana. Assim, para esclarecer alguns pontos centrais desse debate, realizou-se entrevistas com o prof^o Ricardo Antunes, com vistas a contribuir com o debate contemporâneo da discussão sobre o Serviço Social e trabalho, considerando que esse autor tem sido amplamente referenciado no Serviço Social, conforme ficou constatado.

Desta forma, acreditamos que a pesquisa nas fontes clássicas, e, sobretudo a partir da entrevista com o referido autor, são imprescindíveis para nortear e fundamentar o debate contemporâneo sobre o Serviço Social e trabalho, sendo de fundamental importância para a compreensão das interpretações dos autores e as consequentes conclusões da pesquisa, contribuindo com essa relevante e pertinente discussão no Serviço Social e áreas afins²⁹.

Cumprir informar ainda que por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, esse projeto foi submetido à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca), em conformidade às Resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado, conforme parecer anexo³⁰.

Neste prisma, esta pesquisa desenvolveu-se por meio de fontes bibliográficas alusivas ao objeto de investigação e da entrevista semiestruturada³¹. Para atender à proposta deste estudo, estabeleceu-se como premissa o estudo de casos, bem como a abordagem de natureza qualitativa, considerando a mesma mais adequada para a obtenção das informações e do contexto que se pretende investigar, haja visto que analisou-se o significado do trabalho na vida do sujeito entrevistado, a partir da sua trajetória de vida e expressiva produção científica acumulada.

²⁸ Convém esclarecer que essa análise preliminar foi apresentada para a banca de qualificação realizada dia 26/Abril/2012.

²⁹ Cumprir ressaltar que o nosso entendimento é de que a pesquisa não se restringe ao âmbito acadêmico, pois seria inconcebível imaginar a ação profissional do assistente social sem a devida análise socioeconômica do respectivo contexto. Para atuar, o profissional precisa antes decifrar essa realidade sob o ponto de vista de totalidade e não apenas focar o fenômeno em si.

³⁰ Vide Anexo B: Parecer Consubstanciado do CEP, datado de 03/Abril/2013.

³¹ Vide Apêndice: Roteiro da Entrevista.

Cabe ressaltar que o entrevistado foi devidamente informado e esclarecido antes da entrevista, sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que seriam utilizados, os riscos e os esclarecimentos constantes, além de ter o seu direito assegurado de interromper a sua participação no momento que desejasse fazê-lo. Neste sentido, firmou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³², devidamente assinado pela Pesquisadora Principal, o Professor Orientador e pelo Entrevistado, pelo qual concede todos os direitos de uso e divulgação do conteúdo das gravações e transcrição literal da mesma. A pesquisadora se comprometeu quanto ao caráter sigiloso dessas gravações, as quais serão acessadas somente por ela e pelo professor orientador.

Outro cuidado importante adotado foi a transcrição fiel dos conteúdos das gravações da entrevista realizada, visando apreender ao máximo a riqueza e complexidade das informações, em cumprimento ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e também o nosso comprometimento ético enquanto pesquisadores.

Assim, esta tese está estruturada em três capítulos. O primeiro contempla preliminarmente alguns pontos históricos alusivos à Categoria Trabalho. Inicialmente aborda o Trabalho em Geral no seu sentido ontológico enquanto categoria de mediação da sociabilidade humana e em seguida, o trabalho assalariado, estranhado e coisificado, típico do modo de produção capitalista, em diferentes contextos históricos, além de apresentar algumas reflexões que diferenciam o trabalho concreto do abstrato e o produtivo do improdutivo. Assim, a partir da teoria marxiana e alguns intérpretes marxistas, entre os quais destacamos: F. Engels, G. Lukács, I. Meszáros e R. Antunes, apresenta elementos essenciais para apreender a riqueza, a relevância e a complexidade da categoria trabalho no desafiador e árduo processo de emancipação humana.

O segundo capítulo busca apreender como o Serviço Social tem se apropriado da categoria trabalho, a partir da interlocução com Ricardo Antunes. Para tanto, inicia com um resgate histórico sucinto da construção dessa profissão desde seu surgimento no cenário brasileiro Varguista, em 1936. Aponta alguns elementos desse importante debate ao Serviço Social e imprescindível à classe trabalhadora. A seguir, apresenta a análise dos trabalhos publicados nos eventos mais importantes da categoria: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010). A

³² Vide Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

partir dessa análise constatou-se a importância da discussão da categoria trabalho para o Serviço Social, expressando uma dimensão de centralidade, conforme definido pelas diretrizes da ABEPSS. Também evidenciou a relevância das obras de Ricardo Antunes para o Serviço Social, haja vista que são amplamente citadas em boa parte das suas produções científicas, demonstrando uma profícua interlocução com o autor. No entanto, o conteúdo dos artigos revelou imensas dificuldades na apropriação dessa leitura clássica, e, por conseguinte uma leitura problemática e reducionista da teoria social crítica de Marx, uma vez que boa parte deles demonstrou não ter apreendido o que de fato significa a discussão da “centralidade do trabalho” (e da classe trabalhadora) para Antunes, enquanto potencial revolucionário e possibilidade real de transcendência da ordem burguesa e a emancipação humana. Perspectiva essa concernente ao projeto ético-político do Serviço Social, demonstrando, portanto, que boa parte dos assistentes sociais não tem claro discernimento do que vem a ser o referido projeto profissional.

Com o intuito de contribuir para o avanço desse relevante debate e esclarecer os equívocos analíticos constatados, buscou no terceiro capítulo perquirir o debate sobre a categoria trabalho, numa perspectiva marxista, a partir da abordagem de Ricardo Antunes, defendendo a centralidade do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e da práxis social, evidenciando seu potencial revolucionário. Para tanto, inicia com a entrevista com Ricardo Antunes, esclarecendo assim inúmeros pontos polêmicos em debate, além de cruciais para a atualização da teoria marxiana no século XXI. Em seguida apresenta algumas reflexões sobre o polêmico debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e destaca algumas das principais teses de suas duas obras: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.*”

Posteriormente são apresentadas as considerações finais obtidas, a partir da construção do estudo desenvolvido, com vistas a responder a pergunta objeto deste trabalho e contribuir com o debate posto. Finalmente, encontram-se as referências bibliográficas utilizadas e, em sequência, o apêndice e os anexos.

Assim sendo, espera-se com esta tese de doutorado, contribuir com a produção de conhecimentos para o Serviço Social (e áreas afins), a partir desta discussão teórica tão relevante e pertinente atualmente à categoria, com vistas a responder a visão endógena, reducionista e equivocada inegavelmente

predominante no Serviço Social. Pretende-se ainda demonstrar a importância das referidas obras de Ricardo Antunes como um divisor de águas no âmbito das ciências sociais e humanas, refutando as pretensas teses do fim do trabalho e evidenciando a possibilidade real de emancipação humana enunciada por Marx no século XIX.

Por fim, cumpre ressaltar a imensa satisfação de cursar o Doutorado em uma Universidade Pública de qualidade como a Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca), privilégio para poucos neste país, sobretudo, quando são provenientes da classe trabalhadora, como é o caso dessa pesquisadora. Filha de pais agricultores que sequer terminaram o ensino fundamental, cujas mãos calejadas revelam suas trajetórias de trabalho árduo sob sol escaldante e muita luta cotidiana pela sobrevivência familiar. É a primeira doutora da família, o que contraria a regra geral, sendo, portanto, uma conquista pessoal importante, além de um reconhecido orgulho de seus familiares³³.

Embora seja uma conquista pessoal/profissional relevante, o título em si é o menos importante (fetiche acadêmico que muitas vezes aguça as vaidades humanas) e certamente não alterará a condição existencial dessa pesquisadora, entretanto trata-se de uma oportuna possibilidade de fornecer-lhe respostas sobre a categoria trabalho em sua vida, após várias experiências vivenciadas: desde o trabalho infantil, familiar, estagiário, voluntário, etc, ambos marcados pela precarização, opressão de classes e pela necessidade existencial da sobrevivência, portanto sem opções de escolhas. Certamente essa também é a realidade social de milhões de trabalhadores, para os quais esse estudo visa contribuir provocando a reflexão e o questionamento crítico do movimento de resistência, face as inegáveis contradições do modo de produção e reprodução capitalista, com vistas a tão necessária e possível transformação social.

No Brasil o ensino superior público que deveria ser acessível aos segmentos expropriados pelo capital, contribuindo para diminuir as históricas desigualdades de

³³ Apesar das decepções, insatisfações e dificuldades vivenciadas no Curso, prevalece a satisfação e alegria por sua meritosa conclusão, que em grande medida é fruto da competente, exigente e atenciosa orientação do prof^o José Fernando, sempre disponível, generoso e humano diante dos constantes desafios e embates encontrados. Além disso, vale ressaltar sua trajetória de luta política, sempre fiel aos seus princípios e pela causa coletiva, não medindo esforços e muitas vezes pagando um preço muito alto. No espaço acadêmico inegavelmente pervertido, ele tem sido raro exemplo de coerência entre o discurso crítico e sua efetiva vivência cotidiana. Igualmente é importante destacar o privilégio de contar com essa conceituada banca avaliadora, cujos membros respeitados e conceituados nos orientaram a traçar caminhos e enriquecer nosso estudo.

oportunidades de classes, ao contrário, acaba por reafirmá-las na realidade cotidiana. A educação pública de qualidade que conforme a Constituição Federal de 1988 deveria ser universal, em grande medida tem sido acessível à minoria privilegiada³⁴. Evidencia-se a dualidade brasileira, no qual os direitos são proclamados no Brasil Legal, no entanto são negados e inexistem no Brasil Real para a grande maioria da população, submergidos na trama das relações sócio-econômicas estabelecidas³⁵. Esse país que ultimamente tem se destacado no cenário mundial como uma potência em expansão, se industrializou, urbanizou e proclamou direitos. Todavia, por outro lado, persiste um atraso que ata o país às raízes de seu passado patriarcal e colonialista, prevalecendo a reprodução das relações mandonistas e de subserviência, fruto da histórica cultura coronelista e autocrática burguesa, que perpetua e aprofunda as desigualdades de classes.

³⁴ Vivenciamos a reestruturação universitária com a subordinação da educação ao mercado, sendo, portanto uma mercadoria subjugada aos interesses do capital, impactando irreversíveis mutações nas relações de trabalho nas universidades públicas brasileiras, constatadas, entre outras formas, a partir da evidente deterioração dessas instituições de ensino público, conforme supracitado, em prol da valorização das instituições privadas de ensino superior, sob a lógica de mercado e visando a acumulação de capital (SILVA; SILVA, 2011).

³⁵ Essa dualidade brasileira, segundo Telles (1999, p.84), deve-se a “[...] um jogo político muito excludente, que repõe velhos privilégios, cria outros tantos e exclui as maiorias.”

CAPÍTULO 1 A CATEGORIA TRABALHO

O presente capítulo contempla preliminarmente alguns pontos históricos alusivos à categoria Trabalho. Inicialmente abordamos o Trabalho em Geral no sentido ontológico enquanto categoria de mediação da sociabilidade humana e em seguida, o trabalho assalariado, estranhado e coisificado, típico do modo de produção capitalista, em diferentes contextos históricos, além de apresentar algumas reflexões que diferenciam o trabalho concreto do abstrato e o produtivo do improdutivo. Assim, a partir da teoria marxiana e sua tradição marxista, entre os quais destacamos: Friedrich Engels, György Lukács, István Mészáros e Ricardo Antunes, apresentamos elementos essenciais para apreender a riqueza, a relevância e a complexidade da categoria trabalho no desafiador e árduo processo de emancipação humana.

1.1 O Trabalho na ontologia do ser social

Inicialmente é oportuno ressaltar que o trabalho é uma categoria complexa, que contempla múltiplos significados, sendo vital para a vida humana, assim como também para a produção e reprodução do capital. Dessa forma, faz-se necessário desvendar seus distintos significados e sentidos em diferentes contextos históricos, iniciando pelo trabalho geral, enquanto categoria ontológica crucial de mediação da sociabilidade humana.

Neste prisma, partimos da teoria marxiana, que concebe o trabalho como categoria central para a vida humana, processo em que participam homem e natureza, no qual a ação humana sobre a natureza resulta mudanças nele próprio. O trabalho, para Marx (1980a, p. 202), “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza”, considerando assim que o trabalho pertence exclusivamente ao homem. Esclarece ainda: “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 1980a, p. 202) O referido processo visa transformar objetos naturais em valores de uso³⁶, cujo resultado final é produto social e não natural.

³⁶ Segundo Lukács (s.d., p. 4) “[...] o valor de uso nada mais designa do que um produto que o homem pode usar apropriadamente para a reprodução da sua própria existência.”

É oportuno esclarecer ainda que o trabalho além de ser imprescindível para a vida humana, é também condição essencial para sua reprodução social.

De acordo com os oportunos esclarecimentos em *O Capital*, afirma Marx (2002a, p. 50):

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Assim, o trabalho é o ponto fundante do processo de humanização, pois ao transformar a natureza externa, a ação humana sobre a natureza transforma a sua própria natureza humana, um processo recíproco que aponta o trabalho social como eixo vital da sociabilidade humana.

A economia política clássica burguesa concebe o trabalho como fonte de riqueza, enquanto que para Marx e Engels vai muito além dessa dimensão material: “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (Engels, 1876 apud ANTUNES, 2004, p.13).

Engels, fundamentado na teoria evolucionista de Charles Darwim, nos apresenta com expressiva genialidade, a descrição sobre a importância do trabalho na transformação do macaco em homem. Trata-se de uma raça de macacos antropomorfos extremamente desenvolvida, que habitou a Terra no período terciário. Tinham o número e disposição de ossos e músculos iguais ao homem, entretanto com capacidades distintas, haja visto que o selvagem primitivo era capaz de executar atividades que nenhum macaco jamais realizou. Segundo Engels (1876 apud ANTUNES, 2004, p. 15) “Nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse.”

Neste prisma, o salto ontológico, isto é, o processo de desenvolvimento e transição do macaco em homem perdurou centenas de milhares de anos, tendo como ponto de partida o momento em que começou a caminhar na posição ereta, deixando as mãos livres para realizar atividades variadas com maior habilidade, que foi sendo transmitida entre as gerações³⁷. Para Engels, a mão não é apenas um elemento do trabalho, é fruto dele, pois a partir da realização de novas atividades

³⁷ Todos os macacos antropomorfos atuais podem caminhar na posição ereta, entretanto o fazem somente por extrema necessidade e com imensa lentidão, geralmente o fazem na posição semiereta e utilizam as mãos.

cada vez mais complexas, pela transmissão hereditária adquirida pelos músculos, ligamentos e ossos, a mão do primitivo foi se desenvolvendo. Entretanto, a mão não tem existência própria, ela faz parte de um organismo complexo e interligado. Segundo a lei Darwinista chamada de correlação do crescimento: “[...] certas formas das diferentes partes dos seres orgânicos sempre estão ligadas a determinadas formas de outras partes, que aparentemente não têm nenhuma relação com as primeiras.” (Engels, 1876 apud ANTUNES, 2004 p. 17). Além disso, o desenvolvimento da mão teve uma ação direta sobre o organismo geral do primitivo.

Posteriormente, os primitivos sentiram necessidade de se comunicarem, essa necessidade criou o órgão: a laringe do macaco pouco desenvolvida foi se transformando num processo contínuo e lento. Conforme nos esclarece Engels (1876 apud ANTUNES, 2004, p. 19-20):

Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano [...] E a medida que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos.

Contudo, para Engels, o trabalho propriamente dito começa a partir da elaboração dos instrumentos, cujas evidências registradas pelos homens pré-históricos, demonstram que os instrumentos mais antigos foram os de caça e pesca, que também foram os primeiros a servirem como armas. Nesse período ocorre também a passagem da alimentação vegetal para a mista, cujo hábito de aliar a alimentação vegetal à carne possibilitou força física e independência ao homem primitivo, além de uma expressiva influência no cérebro. Para Engels (1876 apud ANTUNES, 2004, p. 23-24):

O consumo de carne na alimentação significou dois avanços de importância decisiva: o uso do fogo e a domesticação dos animais. O primeiro reduziu ainda mais o processo da digestão [...] o segundo multiplicou as reservas de carne, pois agora, ao lado da caça, proporcionava uma nova fonte para obtê-la em forma mais regular.

Dessa forma, o desenvolvimento se processa de forma contínua em grau diverso, diferenciando os indivíduos e os povos, sendo que os homens foram aprendendo a realizar atividades cada vez mais complexas, a partir de novas

necessidades que emergiram. Nesse sentido, acrescenta:

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fição e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. (Engels, 1876 apud ANTUNES, 2004, p. 25).

Nessa perspectiva, o progresso civilizatório foi atribuído à cabeça, ao desenvolvimento do cérebro, conforme nos esclarece o referido autor:

Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, no transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho. (Engels, 1876 apud ANTUNES, 2004, p. 25-26).

Dessa forma, a partir do trabalho, o que diferencia o homem dos demais animais, segundo Engels (1876 apud ANTUNES, 2004, p. 28):

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última instância, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resultado trabalho.

Entretanto essa ação humana sobre a natureza não é constituída somente de vitórias, pois a natureza está sempre a vingar-se da ação humana, a cada ação do homem ocorre a reação furiosa da natureza³⁸. No que tange ao processo de trabalho, nos esclarece Marx (1980a, p. 208):

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária eterna do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

³⁸ Segundo Engels (1876 apud ANTUNES, 2004), quando o homem difundiu a batata pela Europa, não imaginava que também estava difundindo a tuberculose linfática (escrofulose), que matou um milhão de irlandeses que se alimentavam exclusivamente desse tubérculo. Também os árabes quando destilaram o álcool, jamais imaginavam que tinham criado uma das armas que posteriormente exterminaria a população indígena do continente americano.

A partir dessa premissa, Lukács (s.d., p. 3) destaca o caráter ontológico-fundante do trabalho e sua centralidade social:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] No trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social³⁹.

Segundo Marx e Engels (1998, p. 18), em *A ideologia alemã*, o ser humano superou os outros animais ao produzir seus meios de existência, produzindo através do trabalho sua própria vida material. A partir da existência real dos indivíduos, da forma como trabalham e produzem materialmente, isto é, “[...] do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade”, nascem a estrutura social, o Estado, as ideias, as representações, a ideologia, a produção intelectual, que se expressa por meio da política, das leis, da religião, etc.

No entanto, o entendimento do trabalho como categoria central para o desenvolvimento da vida humana, pode nos levar a uma concepção equivocada quanto à compreensão da própria categoria trabalho, a partir da mistificação do real, ao conceber-lhe uma natureza autônoma, eterna e divina. Dessa forma, o trabalho é entendido equivocadamente de forma metafísica como uma abstração responsável pela construção da história, suprimindo a ação humana.

Nesse sentido, é oportuno esclarecer que as categorias abstratas, entre as quais o Estado, a política, as leis, o trabalho, as religiões, entre tantas outras, não são “emanações da benesse Divina”, mas frutos das relações sociais historicamente estabelecidas pelos seres humanos, conforme o seu modo de produção e reprodução material. Essas categorias abstratas, segundo Marx (1966, p. 251), “[...] tem, portanto, tão pouco de eternas quanto as relações a que servem de expressão.

³⁹ Nessa perspectiva afirma Antunes (2005b, p.136, grifo do autor) “*O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social.*” Antunes ressalta que “Lukács não está se referindo ao trabalho assalariado, fetichizado e estranhado (labour), mas ao trabalho como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, enquanto atividade virtual (work)” e citando as palavras de Marx “[...] como necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza.” (ANTUNES, 2005b, p. 99).

São produtos históricos e transitórios.” Ao contrário, quando vistas isoladas da ação humana, tomam existência própria, sendo responsáveis pela história, substituindo os próprios seres humanos e por conseguinte, tornando-se imutáveis, eternas e imortais.

Neste prisma, Marx (1980a, p. 202) ressalta a ideação humana, isto é, a capacidade do ser humano imaginar, construir mentalmente “*a priori*” suas ações futuras e de antever os seus respectivos resultados⁴⁰. Para o autor, “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.” Assim “No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.”

Conforme já enunciado anteriormente, o trabalho (concreto) como ação teleológica previamente ideada enquanto finalidade/causalidade está na gênese do processo de sociabilidade dos homens, como elemento imprescindível para a reprodução da sua própria existência. Assim, considera-se o trabalho um “pôr teleológico” específico do ser social, protoforma do agir humano, expressão da ação teleológica presente em toda a praxis humana (LUKÁCS, s.d.).

Segundo Marx (1980a), o processo de trabalho é composto por três elementos: o trabalho propriamente dito (ação humana), o objeto de trabalho (matéria prima) e os meios de trabalho (instrumentos, condições materiais necessárias), existindo portanto em qualquer sociedade, conforme nos afirma “[...] o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.” (MARX, 1983, p. 35). Através do trabalho, o homem “[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” (MARX, 2004a, p. 36). Dessa forma, a ação humana não apenas realiza transformações na matéria natural, mas a executa seguindo seus objetivos, sua vontade, o que já existia idealmente na imaginação do trabalhador.

Para Marx (2004a, p. 38) “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho.” Quanto ao meio de trabalho “[...] é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto.” (MARX, 2004a, p. 39)

⁴⁰ Denominado como “prévia-ideação” por Lukács (mimeo, s.d.).

Nas palavras do autor:

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, 2004a, p. 40-41).

Nesse prisma, é oportuno ressaltar o caráter misterioso que o produto do trabalho assume, ao apresentar-se na forma de mercadoria. A primeira vista, como valores de uso parece trivial e simples, ao destinar-se a satisfazer as necessidades humanas. Entretanto, essa aparente trivialidade encobre relações ocultas importantes, conforme nos orienta Marx (1980a, p. 81):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.

E complementa: “Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 1980a, p. 81). Assim sendo, as contradições que envolvem as relações sociais que a produzem, são naturalizadas aos nossos sentidos, com o intuito de viabilizar sua perpetuação.

No que tange aos significados do trabalho, cumpre resgatar que na Antiguidade lhe era atribuído como atividade daqueles que haviam perdido a liberdade, cujo significado era confundido com sofrimento ou infortúnio. Assim, ao executar o trabalho, o homem sofre ao submeter-se a um fardo, que pode ser invisível, isto é, o fardo social da falta de independência e liberdade.

Na tradição judaico-cristã, o trabalho também se associa a ideia de punição, maldição, conforme o Antigo Testamento (punição do pecado original). A Bíblia apresenta o trabalho como uma necessidade que leva a fadiga e é resultado de uma maldição.

A partir desse princípio bíblico decorre o sentido de obrigação, dever e responsabilidade. Esse significado de sofrimento e punição perpassou a história da civilização, estando relacionado diretamente ao significado do termo latino, que deu

origem à palavra trabalho⁴¹ (SILVA, M.I., 2007; 2010).

Segundo nos esclarece José Paulo Netto (2011b), para Marx a economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade, ou seja, ao contrário da ideia vulgar positivista, ele acredita que somente quando temos e conhecemos uma forma mais complexa é que compreendemos o passado menos complexo. Dessa forma, ao desvelar sob a perspectiva de totalidade, as contradições intrínsecas da sociedade capitalista, o metabolismo de produção e reprodução ampliada do capital, Marx genialmente nos indica a possibilidade real de superação da ordem burguesa e da emancipação humana.

Para tanto, reafirma a centralidade do trabalho (e da classe trabalhadora), enquanto categoria ontológica fundante da sociabilidade humana e dotada de potência revolucionária, em qualquer sociedade, considerando que no capitalismo, o trabalho concreto está subsumido ao trabalho assalariado alienado-estranhado. Dessa forma, o trabalho é imprescindível para a reprodução do capital, bem como para sua própria superação na luta de classes antagônicas.

1.2 O trabalho assalariado no modo de produção capitalista

Inicialmente, é oportuno ressaltar o método de investigação, isto é, a forma de decifrar a vida, apreender o movimento do real, perceptível ou não aos olhos humanos. Nessa perspectiva, cumpre esclarecer que diferentemente da filosofia idealista alemã de Hegel, Feuerbach e outros, para os quais as ideias são o ponto de partida para a determinação e construção de todos os atos e coisas existentes no mundo. Para Marx é o contrário, o real é o ponto de partida para a definição e materialização de todas as coisas⁴².

Nas palavras do próprio autor:

⁴¹ A palavra trabalho vem do latim vulgar *tripalium*, era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los, e também era um instrumento de tortura utilizado contra os escravos e rebeldes.

⁴² No Posfácio da 2ª edição, Marx ressalta a necessidade de diferenciar o método de exposição do método de pesquisa. "A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori." (MARX, 1980a, p. 16).

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas sua mistificação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 1980a, p. 16).

Contudo, Marx reconhece o mérito de Hegel, apesar de seus inegáveis limites:

A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. (MARX, 1980a, p. 17).

Com esse entendimento, afirma Marx (1969, p. 8): “O modo da produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser mas é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência.” Segundo nos esclarece Paulo Netto (2009, p. 689) “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.”

Cumprido ressaltar que a questão do método sob a perspectiva de Marx tem sido alvo de expressiva polêmica, equívocos e adulterações⁴³, considerando suas dimensões teórica e/ou filosófica e por razões ideopolíticas, principalmente porque a teoria social marxiana está vinculada a um projeto revolucionário. Vale esclarecer que “Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista.” (PAULO NETTO, 2009, p. 669).

A partir do conhecimento acumulado, Marx analisou criticamente a sociedade burguesa com o intuito de descobrir sua estrutura e sua dinâmica. Segundo Paulo Netto (2009, p. 672) “[...] o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato,

⁴³ Segundo José Paulo Netto (2009), os próprios seguidores de Marx, assim como seus adversários e detratores contribuíram para desfigurar o pensamento marxiano. No âmbito marxista, muitas dessas deformações tiveram “influências positivistas, dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kautsky) da Segunda Internacional, organização socialista fundada em 1889 e de grande importância até 1914. Essas influências não foram superadas – antes se viram agravadas, inclusive com incidências neopositivistas – no desenvolvimento ideológico ulterior da Terceira Internacional (organização comunista que existiu entre 1919 e 1943), culminando na ideologia stalinista.” (PAULO NETTO, 2009, p.669).

é só depois de quase quinze anos das suas pesquisas iniciais que Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método.” Para tanto, partiu da articulação de três categorias centrais: a totalidade, a contradição e a mediação, descobrindo a perspectiva metodológica que possibilitou a elaboração de seu arcabouço teórico. “Ao nos oferecer o exaustivo estudo da “[...] produção burguesa”, ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social.” (PAULO NETTO, 2009, p.691).

Após esses importantes esclarecimentos analíticos, retornemos ao nosso objeto de estudo: a categoria trabalho. Historicamente, é inegável considerar que o trabalho tem se realizado desde as sociedades primitivas para atender as necessidades básicas de subsistência humana, por meio da caça, pesca e da agricultura rudimentar, tornando-se essencial para a sobrevivência e convivência humana. Vale resgatar que desde o período escravocrata, nas sociedades grega e romana, o trabalho servil perpassa o feudalismo na Idade Média e, a partir da Revolução Industrial, assume a forma de trabalho assalariado típico do modo de produção capitalista.

Neste sentido, afirma Marx (1980a, p. 587-588):

O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é uma dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos.

Vale ressaltar o marco histórico da Revolução Industrial, ocorrida a partir do final século XVIII, especialmente na Inglaterra, que engendrou expressivas mutações que alteraram radicalmente a relação do ser humano com o trabalho, na esfera da produção e da reprodução social, afetando todos os campos da vida social e cultural, indo muito além do econômico. É nesse período que se efetiva a subsunção real do trabalho ao capital, considerando que o potencial emancipador do trabalho (concreto) é subsumido (e não eliminado) pelo capital, por meio do trabalho assalariado-abstrato-estranhado-alienado-coisificado destinado a atender as necessidades mínimas dos homens que o executaram (trabalhadores) e à acumulação de riquezas da minoria (burguesa).

No entanto, é oportuno recordar o período de transição do trabalho livre para o trabalho assalariado, entre os séculos XVI e XVIII, segundo Loch (2005 apud SILVA, M.I., 2010, p. 79-80), conforme os seguintes sistemas de produção:

- *Sistema familiar*: produção familiar de artigos para seu próprio consumo.
- *Sistema de corporações* : os mestres-artesãos produziam artigos para um mercado regional e estável, sendo eles próprios proprietários de suas ferramentas e matéria-prima;
- *Sistema doméstico*: os mestres-artesãos produziam em suas casas, todavia, dependiam de um empreendedor que lhes forneciam a matéria-prima e intermediava a venda de suas manufaturas;
- *Sistema fabril*: os artesãos passam a trabalhar fora de suas casas, nas fábricas. Também não mais possuem a matéria-prima e os instrumentos de trabalho, que são de propriedade do empregador capitalista. O trabalho passa a ser assalariado e realizado sob rigorosa supervisão. (grifo do autor).

O período de transição entre a crise do feudalismo e a ascensão do capitalismo, chamado por Marx de “acumulação primitiva” possibilitou o desenvolvimento e expansão da nova forma societária. Dessa forma, a transição do modo de produção feudal para o capitalista perdurou séculos, constituindo-se como processo não-linear, imprimindo mudanças irreversíveis no modo de existir da humanidade a partir da Idade Média. Segundo Marx (1980a, p. 830), “[...] a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.” Assim sendo, a acumulação primitiva é anterior à acumulação capitalista, é o ponto de partida. Nas palavras do autor: “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalho dos meios de produção.” E esclarece ainda: “É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.” (MARX, 1980a, p. 830).

No que tange a acumulação primitiva, nos esclarece Marx (1980a, p. 262):

[...] o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo [...].

O referido processo de transição não foi pacífico, ou seja, os produtores rurais, os camponeses não se submeteram ao trabalho assalariado por sua livre e espontânea vontade, por considerá-lo uma “bom negócio”. Ao contrário, os mesmos foram expropriados e expulsos de suas terras, não lhes restando outra alternativa de sobrevivência a não ser vender sua força de trabalho pelas condições degradantes que o capitalista lhe oferecia. Segundo Marx, para abreviar as etapas de transição,

muitas vezes a força exerceu a função de parteira, configurando-se assim, como uma verdadeira potência econômica. Nas palavras do autor “[...] a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”. Esclarece ainda, “[...] a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital”. E complementa “[...] o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés.” (MARX, 1980c, p. 854-880).

No entanto, com o passar do tempo, essa violência explícita foi se tornando desnecessária, considerando que, com o desenvolvimento da produção capitalista, a educação, a tradição e os costumes fizeram a classe trabalhadora aceitar as exigências do capitalismo como leis naturais. Em síntese, o capataz com chicote na mão foi substituído pelas regras rígidas e hierarquizadas, configurando-se métodos de dominação mais sutis, todavia não menos perversos e cruéis que os anteriores.

Conforme oportunos esclarecimentos de Teixeira (2002, p. 13) “[...] foi no século XIX que se deu a verdadeira transformação social que tornou o modo de produção capitalista dominante em escala planetária.” Segundo o autor, a Revolução Industrial inicia nas últimas décadas do século XVIII, não sendo possível apontar uma data específica. Entretanto, considera alguns marcos relevantes que simbolizam esse processo, entre os quais: a invenção de um tear que operava ao mesmo tempo com 16 fios de algodão, criada por Hargreaves em 1765; em 1771 ao iniciar a operação da primeira fábrica têxtil na Inglaterra, e em 1784, o aperfeiçoamento da máquina a vapor por John Wyatt. No período pré-capitalista, a base técnica ainda era artesanal e manufatureira, sendo pautada, sobretudo, nas qualificações e habilidades dos trabalhadores, os quais detinham um expressivo poder frente ao capital, considerando que os mesmos ainda controlavam a natureza, a velocidade, a intensidade e a quantidade dos bens produzidos.

Neste sentido, nos reportamos a Marx (1988, p. 449) ao afirmar “O ponto de partida da indústria moderna [...] é a revolução do instrumental de trabalho, e esse instrumental revolucionário assume sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas da fábrica.”

Nas palavras do autor:

Quando, em 1735, John Wyatt anunciou sua máquina de fiar e, com ela, a revolução industrial do século XVIII, em momento algum aventou que, em vez de um homem, um burro moveria a máquina e, no entanto, esse papel acabou por recair sobre o burro. Uma máquina “para fiar sem os dedos”, rezava seu prospecto. (MARX, 1988, p. 6).

Nesse contexto, segundo oportunas elucidações de Marx (1980b, p. 426-427):

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta.

Contudo, cabe ressaltar que, na sociedade capitalista o trabalho deixa de ser, em grande medida, uma realização humana, no sentido ontológico, concreto, transformando-se no trabalho coisificado, estranhado ou alienado, abstrato, subjugado ao capital, configurando-se numa forma histórica do trabalho, devendo ser, portanto, historicizado. Para José Paulo Netto (1981, p. 56) “[...] a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho; agora, esta atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural).”

Em suma, o trabalho assalariado, abstrato, coisificado, estranhado ou alienado vincula-se a reprodução ampliada do capital, sendo histórico e transitório, portanto, podendo deixar de existir com a superação da sociedade capitalista. Ao contrário do trabalho concreto, por ser uma categoria mediadora da sociabilidade humana, existindo, portanto em qualquer sociedade, conforme genialmente nos orientou Marx. Com esse entendimento, a categoria trabalho contempla ambas as dimensões, considerando que no modo de produção capitalista temos o trabalho concreto subsumido ao trabalho abstrato nas condições da historicidade burguesa.

Com o advento da criação da maquinaria, transforma-se radicalmente o modo de produção e as relações sociais respectivas, resultando em relevantes alterações no mundo do trabalho. Assim, postula Teixeira (2002, p. 17) “[...] a utilização em larga escala das máquinas rompe a unidade técnica entre o trabalhador e sua ferramenta, inaugurando processos de desqualificação do trabalhador e de desvalorização do trabalho que passam a ser marca indelével dos novos processos

produtivos.”

No entanto, é oportuno recordar Marx, em 1846, ao tecer duras críticas a Proudhon,⁴⁴ quanto a seus expressivos equívocos no que tange a interpretação do surgimento das máquinas e seu entendimento como uma categoria econômica. Marx (1966, p. 248) esclarece “[...] a máquina tanto tem de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A utilização atual das máquinas é uma das relações de nosso presente regime econômico; mas uma coisa são as máquinas e outra é o modo de utilizá-las.” E ainda exemplifica: “A pólvora continua sendo pólvora, indiferentemente, quer seja utilizada para ferir um homem quer para curar suas feridas.” (MARX, 1966, p. 248). Dessa forma, as expressões por si não dizem nada, são abstrações, o que as difere são os significados que lhes são atribuídos, de acordo com os valores e as relações sociais estabelecidas.

Com esse entendimento, postula o referido autor:

[...] as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, comerciam, são **transitórias** e **históricas**. À medida que adquirem novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção; e, com o modo de produção, modificam também todas as relações econômicas, as quais nada mais eram que as relações necessárias àquele modo de produção. (MARX, 1966, p. 246, grifo do autor).

Segundo, ainda, o raciocínio de Marx, até a primeira crise mundial em 1825, havia um crescimento vertiginoso das necessidades de consumo frente à produção, sendo, portanto, o desenvolvimento das máquinas “[...]uma consequência forçada das necessidades do mercado.”⁴⁵ Entretanto, após 1825, “[...] a invenção e a aplicação de novas máquinas nada mais são que o resultado de uma guerra entre operários e patrões.” (MARX, 1966, p. 247) No entanto, é importante esclarecer que Marx refere-se especificamente à Inglaterra, diferentemente das nações da Europa

⁴⁴ Marx escreve a Annenkov em 1846, tecendo duras críticas a obra de Proudhon *A Filosofia da Miséria*, chamada ironicamente de *Miséria da filosofia*, lhe parece “[...] uma filosofia ridícula porque não compreendeu a situação social de nossa época em sua engrenagem”, e afirma que “[...] de maneira geral o livro me pareceu ruim, muito ruim.” (MARX, 1966, p. 244). O Sr. Proudhon não compreendeu a origem das máquinas e nem seu desenvolvimento, para ele “[...] a conexão existente entre a divisão do trabalho e as máquinas é inteiramente mística” (MARX, 1966, p. 246-247), ele foi “[...] incapaz de acompanhar o movimento real da história, ele nos apresenta um devaneio supostamente dialético [...] em resumo, não é a história: são velhos disparates hegelianos; não é uma história profana: é uma história sagrada, é a história das ideias”. Assim, “[...] o homem nada mais é que um instrumento de que a ideia ou a razão eterna se serve, para desenvolver-se.”

⁴⁵ Posteriormente, Marx assiste a primeira crise de superprodução de mercadorias, por volta de 1870, o capitalismo em sua forma concorrencial, evidenciando um profundo processo de precarização social e seus desdobramentos dialéticos. Ressaltando assim a crise epistemológica do liberalismo clássico que apostava no mercado. (MÉSZÁROS, 2009).

continental que “[...] viram-se obrigadas a passar ao emprego das máquinas, em face da concorrência que os ingleses lhes faziam, tendo em seus próprios mercados como no mercado mundial.” (MARX, 1966, p. 247-248) No que tange a América do Norte, afirma “[...] a introdução da maquinaria deveu-se, tanto à concorrência com outros países, como à escassez de mão-de-obra, isto é, à desproporção entre a população do país e suas necessidades industriais.” (MARX, 1966, p. 248).

No que tange a racionalização do trabalho⁴⁶, característica específica do capitalismo moderno, percebe-se que não ocorreu de forma natural e linear, ao contrário, foi construída com oscilações ao longo da história.

A luz da teoria marxista, percebe-se que historicamente o capital tem se apropriado da tecnologia como instrumento de acumulação, constatado através do aumento da produtividade, da redução do tempo efetivamente necessário à produção de mercadorias e, principalmente, da ampliação da mais-valia relativa, que segundo Vieira (1989) está relacionada ao desenvolvimento tecnológico dos meios de produção. Assim, adverte o autor “O desenvolvimento tecnológico descarta profissões já existentes e ao mesmo tempo cria outras, até o ponto em que o trabalho vivo deixa de ser indispensável à produção.” (VIEIRA, 1989, p. 93).

Nessa perspectiva, a ciência e a tecnologia não são elementos neutros na história da humanidade, ao contrário, percebe-se que a introdução da máquina e o avanço tecnológico não atuaram a favor dos trabalhadores, no sentido de libertá-los do trabalho físico penoso e a redução da jornada de trabalho. Constata-se que, em grande medida, o desenvolvimento tecnológico está aliado ao capital, com o intuito de se obter o constante aumento progressivo da produção de mercadorias e a substituição da força de trabalho humana, expondo, assim, a vulnerabilidade do trabalhador diante do capital.

Outrossim, é oportuno apontar também, o caráter ideológico e político intrínseco ao desenvolvimento tecnológico, constituindo-se, portanto, como instrumento de dominação e coerção do capital sobre o trabalho. Castro (1994) infere ao expressivo poder tecnológico e ideológico-político que as máquinas

⁴⁶ Segundo Marx e Engels (s.d., p. 63) “O trabalho nem sempre foi assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário. [...] O operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço.” Também aliena sua vida e liberdade, transforma-se num objeto manipulado por uma racionalidade que lhe é exterior e que destrói sua condição de ser humano e criativo (alienado/estranhado). O trabalhador ao vender sua força de trabalho, vende um pedaço de si e transforma-se ele próprio numa mercadoria a serviço do capital.

exercem coercitivamente sobre os trabalhadores, gerando forte impacto na sua organização coletiva. Para a autora, a indústria automobilística está na vanguarda das inovações tecnológicas. Como exemplo, nos conta que a Ford foi a primeira empresa automobilística brasileira na década de 1980 a importar robôs de automação, considerando que cada robô fazia o trabalho de aproximadamente 30 (trinta) trabalhadores, com expressivas vantagens sobre eles, pois ao contrário dos humanos, os robôs não reivindicam direitos trabalhistas, não adoecem e nem se mobilizam e se organizam coletivamente pelos sindicatos em prol de melhores salários e condições de trabalho. É inegável que isso tem um perverso reflexo sobre os trabalhadores, com a real possibilidade de serem substituídos pelas máquinas, resultando em forte impacto negativo sobre a organização da classe trabalhadora, agravando ainda mais a precarização das condições de trabalho e o desemprego estrutural (SILVA, M.I., 2007; 2010).

Ao contrário do que imaginavam os iluministas e os defensores da Revolução Francesa, o avanço do desenvolvimento econômico capitalista gerou expressivos patamares de desigualdade sócio-econômica desconhecidos até então, considerando que os trabalhadores expulsos do campo e expropriados de suas terras e meios de subsistência, não tiveram outra alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho a qualquer preço ao capitalista. Para Teixeira (2002, p. 18) “O assalariamento foi assim acompanhado por uma miséria aparente e por condições de vida e de trabalho degradantes para a imensa maioria da humanidade.”⁴⁷

Nesta perspectiva, a sociedade capitalista pressupõe a contradição, considerando ao mesmo tempo a produção de riqueza (acumulada pela minoria - burguesia) e de miséria e pauperismo (para a maioria - classe trabalhadora), conforme nos esclarece Marx (1984, p. 210) “[...] acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a cumulação da miséria de outro, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto.”

Em Marx, o modo de produção capitalista contempla outras dimensões além

⁴⁷ Conforme nos relata Engels (2008, p.183), ao analisar a situação da classe trabalhadora inglesa no século XIX, num cenário bárbaro de atrocidades, no qual a classe burguesa se sobrepõe e se legitima sob a proteção do Parlamento e das leis por ele criadas, enquanto a classe proletária se define, em condições desumanas de total abandono e pauperismo, acrescido as condições de trabalho degradantes e aviltantes, refletindo na saúde já debilitada dos trabalhadores que são dizimados, denunciados por Engels como “[...] o assassinato social” cometido pela burguesia capitalista. Destaque para a inserção das mulheres e das crianças nas fábricas, com jornadas em torno de 13hrs/dia, em condições extremamente precárias e desumanas, refletindo no seu adoecimento físico e na inversão das relações familiares, na qual cabe às mulheres e às crianças o sustento da família e quanto aos homens são “condenados ao trabalho doméstico.”

do âmbito econômico (ao contrário do que defendiam os economicistas Ricardo, Smith e seus discípulos), tais como: espacial, histórica, política, social, cultural, educação, etc, sendo uma construção humana de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas de seu contexto histórico. Trata-se de um sistema classista (relações antagônicas), pressupondo em sua gênese o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, que se expressa na subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital.

É importante resgatar que Marx desenvolve teorias sobre algumas categorias imprescindíveis para compreender o modo de produção e reprodução do capital, entre as quais: alienação, estranhamento e fetichização. Marx faz a diferenciação entre alienação e estranhamento, quando trata do processo de criação da mercadoria, por meio das categorias *Entäusserung* e *Entfremdung*, todavia não focamos esse complexo debate por não ser nosso objetivo⁴⁸. Aponta o fetiche da mercadoria, como processo reificante que se expressa na produção da mercadoria e é fruto do trabalho humano. No que tange a fetichização da sociedade, Marx apresenta sua crítica aos metafísicos Hegelianos, quanto a mistificação do real pelo mundo das ideias.

Neste prisma, é oportuno recordar Marx, ao inferir-se ao trabalho assalariado alienado, típico da sociedade capitalista:

[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. [...] Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. (MARX, 2002c, p. 114).

Neste cenário, é importante recordar que as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho também exigem um novo padrão de comportamento humano, com o intuito de atender às necessidades do capital. Nesse sentido, Braverman (1977, p. 67) aponta o surgimento da gerência primitiva, com suas características rígidas e despóticas, considerando que a “força de trabalho livre” precisava de métodos coercitivos para moldar os trabalhadores, para habituá-los às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos. Posteriormente, a gerência torna-se um

⁴⁸ Alguns autores equivocadamente utilizam essas duas categorias como sinônimas. Para maiores esclarecimentos sobre esse relevante e complexo debate, indicamos: Antunes (2005a, p. 123-136); Mészáros (1981).

instrumento mais perfeito e sutil, e, sobretudo, assume sua principal função que é controlar⁴⁹ (BRAVERMAN, 1977, p. 68) .

Nessa perspectiva, convém destacar a importância da religião nesse processo. Max Weber (2003), em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*⁵⁰, demonstra como a ética protestante passa a ser a ética do trabalho, com a supervalorização do trabalho, sendo um fator determinante na organização da vida das pessoas na sociedade capitalista. Também infere no protestantismo uma especial tendência ao desenvolvimento do racionalismo econômico, por meio de uma conduta do “dever” visando atender as necessidades do capital. No protestantismo, especialmente, o trabalho veio a ser considerado em si, a própria finalidade da vida, pressupondo uma vocação que, do ponto de vista ético, justifica a divisão do trabalho em especialidades, além da interpretação da obtenção do lucro justificando as atividades dos homens de negócios.

Nas palavras do autor:

[...] a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e evidente prova de redenção e genuína fé deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo. (WEBER, 2003, p. 128).

Neste prisma, é oportuno resgatar ainda o genro de Marx, Paul Lafargue (1983), em sua obra *O Direito a Preguiça*⁵¹, na qual infere ao culto obsessivo pelo

⁴⁹ Para Braverman (1977, p. 68), o verbo *to manage* (administrar, gerenciar) vem do latim *manus*, que significa mão, sendo que antigamente significava adestrar o cavalo para fazê-lo praticar o *manège*, daí originando a expressão *management* (gerência), que em suma significa controlar.

⁵⁰ Destaque para a diferença ontológica central em relação a Marx, considerando que para Weber não foi o mundo do capital e sua lógica que criaram a ética protestante, ao contrário, o mesmo acreditava que a ética protestante criou o capitalismo.

⁵¹ Em *O Direito à Preguiça*, escrito em 1880, Lafargue revela como a ética burguesa tornou-se ética proletária, identificando a “[...] paixão pelo trabalho assalariado e alienado” como um caso de loucura: “[...] uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. [...] como consequência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho.” (LAFARGUE, 1983, p.25). Ele não faz apologia à preguiça, utiliza essa expressão para criticar o trabalho assalariado/alienado, fundamentado em Marx (Manuscritos Econômicos 1844). Afirma “A principal virtude da preguiça é ensinar a maldição do trabalho assalariado e a necessidade de aboli-lo.” (LAFARGUE, 1983, p.45). Acreditava que diminuindo a jornada de trabalho, os trabalhadores teriam tempo livre fora do controle do capital, sendo a preguiça uma virtude, na qual tomariam consciência de sua condição de classe explorada/alienada no/pelo trabalho assalariado, realizando, então, sua ação revolucionária de emancipação do gênero humano. Contudo, afirma Antunes (2005b) “[...] não haver tempo verdadeiramente *livre* erigido sobre *trabalho coisificado e estranhado*. O tempo *livre* atualmente existente é tempo para consumir mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. O tempo fora do trabalho também está bastante poluído pelo fetichismo da

trabalho, característica específica do capitalismo, configurando-se a causa de toda degeneração intelectual e deformação orgânica:

Trabalhem, trabalhem proletários, para fazer crescer a riqueza social e as suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-se mais pobres, tenham mais motivos para trabalhar e para ser miseráveis. Tal é a lei inexorável da produção capitalista. (LAFARGUE, 1983, p. 35).

Cumpramos também o Grupo Krisis, em o “*Manifesto contra o Trabalho*” (1999), o qual demonstra que houve vários séculos de violência em larga escala, com expressiva tortura dos homens, servindo incondicionalmente ao deus-trabalho, efetivando sua legitimação, na qual o trabalho foi imposto coercitivamente, deixando um rastro de devastação e horror em todo o planeta. Todavia, admite o seu fim muito próximo:

Um defunto domina a sociedade – o defunto do trabalho. Todos os poderes ao redor do globo uniram-se para a defesa deste domínio: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jorg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só conhecem um lema: trabalho, trabalho, trabalho! (KRISIS, 1999, p. 11).⁵²

No que tange ao referido caráter coercitivo, infere Sávtchenko (1987, p. 5) “[...] o caráter coercitivo do trabalho, condicionado pela sua forma social, é próprio das sociedades antagônicas.” Dentre as características peculiares do modo de produção capitalista, o referido autor destaca duas principais:

- 1).O capitalista é proprietário dos meios de produção, que também absorve a força de trabalho comprando-a; Assim, no processo de trabalho, o operário é atributo do capital, não exercendo mais nenhum controle sobre seu trabalho, que passa a ser efetivo do capitalista;
- 2).O capitalista é proprietário do produto do trabalho, sendo que os operários assalariados produzem as riquezas, todavia, são submetidos à exploração capitalista; Assim, juridicamente, o operário é “livre”, entretanto no plano econômico é dependente do capital.

Desta forma, nos reportamos aos oportunos esclarecimentos de Marx (1983, p. 154):

mercadoria.” (ANTUNES, 2005b, p.194, grifo do autor).

⁵² O referido grupo refere-se ao *apartheid* social, onde quem não vende sua força de trabalho é considerado “supérfluo”, sendo jogado no aterro sanitário social (aproximadamente ¾ da população mundial), ficando este incômodo “lixo humano” sob a competência da política, das seitas religiosas de salvação, da máfia e dos sopões para pobres. Nesse cenário irreversível, o Estado paternalista, oficialmente, só chicoteia por amor, para educar de forma severa seus filhos “preguiçosos” para o seu próprio progresso, sendo que na verdade o seu objetivo real é afastar os fregueses de sua porta. Por fim, o grupo aponta o trabalho como a causa da atual crise da economia mundial e que, portanto, deve ser superado, sendo substituído pela cultura do ócio.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija [...]. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.

Diante do exposto, percebe-se portanto, que no modo de produção capitalista, o trabalho converte-se em meio de sobrevivência, a força de trabalho “livre” torna-se uma mercadoria, com o intuito de produção de outras mercadorias, isto é, coisifica as pessoas, convertendo-as em instrumentos para serem manipuladas, subjugadas e degradadas, para a valorização do capital, perpetuando assim a ordem burguesa. Em síntese, percebe-se que o trabalho enquanto fonte de realização humana, por meio da criação, auto-realização e socialização do ser humano, tem se efetivado na sociedade capitalista com vistas a atender a racionalidade valorativa do capital, fundamentando e norteando sua produção, reprodução e acumulação.

Neste sentido, é oportuno ressaltar, segundo Marx (1969, p. 143), que somente na produção capitalista o valor de uso é generalizadamente mediado pelo valor de troca, o qual compreende a partir de três pontos principais:

- 1.) A produção capitalista converte pela primeira vez a mercadoria em forma geral de todos os produtos.
- 2.) A produção de mercadorias leva necessariamente à produção capitalista, mas o operário deixou de fazer parte das condições de produção (escravatura, servidão) ou a comuna primitiva (Índia) deixou de ser a base. A partir do momento em que a própria força de trabalho se converteu generalizadamente em mercadorias.
- 3.) A produção capitalista destrói a própria base da produção mercantil, a produção dispersa e independente e a troca entre os possuidores de mercadorias, ou seja, a troca de equivalentes. A troca entre o capital e a força de trabalho passa a ser de regra.

Com esse entendimento e numa perspectiva de totalidade, a seguir apresentamos algumas considerações marxianas, possibilitando-nos compreender e diferenciar o trabalho concreto do abstrato/alienado e o trabalho produtivo do improdutivo.

1.3 Breves comentários sobre o Trabalho Concreto, Abstrato/alienado, Produtivo e Improdutivo

Cumprе esclarecer que, embora tenhamos exposto até então sobre as inegáveis transformações que a categoria trabalho é submetida no modo de produção capitalista, torna-se mister ressaltar que essa categoria não perde seus elementos essenciais *in locu* evidenciados em outras formas históricas de sociabilidade. Em outras palavras significa considerar que o trabalho concreto, produtor de valores de uso para atender as necessidades humanas, não deixa de existir sob a lógica do capital. O que ocorre é que a categoria trabalho, assim como a sociedade capitalista se tornam mais complexas, na medida em que as relações sociais estabelecidas se complexificam, profundamente fetichizadas pela lógica mercadológica.

Nesse sentido, o trabalho concreto, conforme nos orienta Marx, ao considerar o trabalho como expressão exclusiva do ato laborativo, no qual a ação humana sobre a natureza (matéria bruta) visa transformá-la em coisas úteis para atender as necessidades humanas, além de viabilizar a autotransformação da própria natureza humana. Evidencia-se uma relação social simples típica de uma época mais rudimentar, na qual certamente há uma divisão sócio-sexual do trabalho, uma vez que a exemplo da caça, necessitava do esforço e colaboração do grupo para realizá-la. Essa ação humana com a natureza é considerada por Lukács (s.d) como “posição teleológica primária”. Com o desenvolvimento da sociedade e a complexificação das relações sociais, ocorre a “posição teleológica secundária” considerando a ampliação da práxis social, na qual as decisões, as intencionalidades e convencimentos sobre as ações humanas são muitas vezes mediadas pelos interesses de grupos dominantes, por meio da política, as leis, o Estado, a cultura, a mídia, a educação, a família, a tradição e os costumes, entre tantos outros, que influenciam diretamente sobre o pensar e o agir humano (individual e coletivo).

No que tange ao trabalho assalariado-alienado-estranhado-coisificado, típico da sociedade capitalista, evidencia-se a separação dos elementos constitutivos do processo de trabalho: o homem (força de trabalho), os seus instrumentos de trabalho/produção (máquinas) e o produto do trabalho (mercadoria). Trata-se do processo de estranhamento do trabalhador com o produto de seu próprio trabalho,

processo esse em que o capital reduz a força humana de trabalho em mercadoria, coisifica (e reifica) as relações humanas fetichizadas pela lógica mercadológica, pressupondo a propriedade privada a partir da privatização (pela minoria burguesa) da riqueza socialmente produzida, restando à maioria (classe trabalhadora) como única alternativa de sobrevivência, vender sua força de trabalho ao capitalista (detentor dos meios de produção) a qualquer preço e nas condições que lhes sejam oferecidas.

Marx também nos mostra a importância do processo de alienação do trabalhador, que ocorre durante o processo de trabalho, no qual o mesmo se aliena e não se reconhece na própria atividade que executa de forma automática e desprovida de sentido. Segundo Marx (2004b), a economia clássica oculta o estranhamento do trabalho, pois não considera a imediata relação entre o trabalho (trabalhador) e a produção.

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004b, p. 179).

Desta forma, ao vender sua força de trabalho, o trabalhador torna-se uma mercadoria a serviço do capitalista, a quem também pertence o produto final de seu trabalho, conforme nos esclarece Marx (1983, p. 154):

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor de uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhes pertencem.

No entanto, nos adverte Marx (1969, p. 115): “O processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago.” E acrescenta:

Do que procede resulta que o *ser trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada que ver com o *conteúdo determinado do trabalho*, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar em que se manifesta. (MARX, 1969, p. 115).

Dessa forma, conclui “Por isso, um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser produtivo ou improdutivo.” (MARX, 1969, P.115, grifo do autor). De maneira geral, ressalta Marx (1969, p. 111): “Todo o trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo.”

De maneira esclarecedora, explica Marx (1969, p. 111, grifo do autor):

Quando se compra o trabalho para o consumir como *valor de uso*, como *serviço*, não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. O capitalista, portanto, não o defronta como capitalista, como representante do capital; troca o seu dinheiro por esse trabalho, mas como *rendimento*, não como *capital*. [...] O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de produção, não como capital.

Desta forma, a produção de mais-valia é um elemento importante nesse processo, conforme nos esclarece Marx (1980a, p. 584)⁵³:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia.

A partir desse pressuposto, faz-se necessário discernir a mais valia absoluta da relativa:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitam produzir-se em

⁵³ Referindo-se aos equívocos dos economistas burgueses, Marx critica Ricardo, por não considerar a origem da mais valia, tratando-a como algo inerente ao modo de produção capitalista, sendo uma forma natural de produção social. Segundo Marx (1980a, p. 592) “Esses economistas burgueses, na realidade, sentiam intuitivamente que era perigoso aprofundar demais o problema da origem da mais valia.”

menos tempo equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 1980a, p. 585).

É oportuno resgatar que no processo capitalista de produção, somente gera-se mais valia pelo intercâmbio com o trabalho produtivo. No entanto, Marx (1969) nos esclarece que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista (ou da subordinação real do trabalho ao capital), o trabalhador individual deixa de ser o agente real do processo de trabalho, passando a integrar o chamado *trabalho socialmente combinado*, cooperando na constituição da máquina produtiva total. Exemplo: os que trabalham mais com a cabeça (o diretor ou o engenheiro) e os que trabalham mais com as mãos (operário manual, servente). E complementa: “[...] são cada vez em maior número as *funções de capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção.” (MARX, 1969, p. 110, grifo do autor).

Outro fator relevante que difere o trabalho produtivo do improdutivo, para Marx (1969, p. 120) “[...] é importante com respeito a acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais valia em capital.” Recorremos aos exemplos de Marx (1969, p. 115) para favorecer o entendimento:

Milton, por exemplo, que fez o paraíso perdido [...], era um trabalhador improdutivo, ao passo que o escritor que fornece um trabalho industrial [...] ao seu diretor é um trabalhador produtivo. [...] Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo.

No entanto, referindo-se aos exemplos supracitados, Marx explica que a maioria desses trabalhadores “[...] apenas se submetem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição.” (MARX, 1969, p. 115).

O desenvolvimento da produção capitalista, segundo Marx (1969), gerou um fenômeno característico desse modo de produção, quando transformou os serviços em trabalho assalariado e por conseguinte todos aqueles que o executaram também tornaram-se trabalhadores assalariados, configurando-se assim com características

comuns ao trabalhador produtivo, resultando inegáveis equívocos e expressiva confusão. A partir dessa premissa, os apologistas burgueses convertem o trabalhador produtivo, por ser assalariado, em trabalhador que troca seus serviços (seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro. Dessa maneira, nos adverte:

Saltam assim comodamente por cima da diferença específica deste “trabalhador produtivo” e da produção capitalista como produção de mais valia, como processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento nele incorporado, é o trabalho vivo. (MARX, 1969, p. 112-113).

O soldado, por exemplo, é um trabalhador assalariado, mas não é um trabalhador produtivo.

Após essas relevantes reflexões resgatadas a partir de Marx, pressupondo a perspectiva de totalidade para compreender a categoria trabalho no cenário contemporâneo, apresentamos breves considerações sobre a organização do trabalho no modo de produção capitalista, em diferentes períodos históricos.

1.4 A organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea

Cumpramos resgatar as últimas décadas do século XIX, período este de transição do artesanato, passando pela manufatura até a grande indústria, como marco histórico na ampliação da produção e reprodução do capital, configurando-se a Revolução Industrial, inicialmente na Inglaterra, alterando radicalmente a forma de trabalho humano e de existir da sociedade global da época.

Como decorrência, no século XX emerge a organização clássica ou científica do trabalho, a partir das experiências do engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor⁵⁴, que introduziu a chamada gerência científica, revolucionando o sistema produtivo no início do século XX e possibilitando a base sobre a qual se desenvolveu a atual Teoria Geral da Administração. A partir de então, foi possível desenvolver e sistematizar os princípios da racionalização produtiva do trabalho, conhecido pela designação de *taylorismo*, causando profundas e irreversíveis (no capitalismo) mutações no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

⁵⁴ Considerado o pai da Administração Científica, nasceu em 1856 em Germantown, Estado da Pensilvânia-EUA e morreu de pneumonia em 1915. Em 1911 publicou sua obra considerada mais importante, na qual revela os princípios da administração científica, tornando-se a base da Teoria Geral da Administração. Em “Principles of Scientific Management” (Princípios da Administração Científica), Taylor descreve toda sua teoria sobre a administração que contém princípios até hoje utilizados em algumas empresas (com algumas alterações) (INFOESCOLA, 2013).

Vale recordar que este cenário marca uma mudança na fase do capitalismo e no seu padrão de acumulação. Trata-se da fase monopolista, típica do final do século XIX, cujas peculiaridades evidenciaram o padrão taylorista-fordista, na qual constata-se a inegável alteração do papel do estado, capturado organicamente pelo processo de acumulação do capital, além do surgimento do capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e industrial. Entre as características dessa fase capitalista, vale destacar o acréscimo dos lucros pelo controle de mercados, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto em função da emergência das novas tecnologias e o crescente desemprego, isto é, o aumento expressivo do exército industrial de reserva. Nesse período, segundo Lara (2011, p.26), “O Estado passa a ter como principal objetivo garantir as condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista.” E complementa “[...] o Estado responsabiliza-se por controlar e manter a força de trabalho e por suportar certo nível de organização de luta classista.”

Conforme nos esclarece Paulo Netto (2011, p. 29):

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. [...] É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado.⁵⁵

É importante recordar que, desde o início, a organização de produção capitalista enfrenta alguns entraves para sua expansão, a exemplo da autonomia dos produtores, quanto a sua capacidade de definição do ritmo de trabalho e a sequência das tarefas, resultando uma multiplicidade de maneiras de produzir. Com o intuito de diminuir a autonomia dos trabalhadores, Taylor desenvolve estudos pertinentes aos tempos e movimentos, a partir de experiências empíricas com a inovação do uso de planilhas e cronômetro (CATTANI, 2002).

Conforme nos esclarece Braverman (1977, p. 103-109), Taylor esquematiza sua aplicação sistemática a um processo de trabalho complexo, seguindo os seguintes princípios básicos:

⁵⁵ O Serviço Social emerge nesse período em âmbito mundial, como profissão vinculada a dinâmica da ordem monopólica (PAULO NETTO, 2011).

- Dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores;
- Separação da concepção e execução, isto é, separar o trabalho mental do manual;
- Utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

Contudo, Taylor estava preocupado com o desenvolvimento de métodos e organização do trabalho e não com o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, ocupava-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre eles⁵⁶. Entretanto, Taylor não cria nada novo, ele sintetiza e apresenta de forma coerente uma série desconexa de iniciativas e experiências, haja vista que os métodos experimentais já eram utilizados pelos artesãos e pelos economistas clássicos, entre os quais Charles Babbage precursor de Taylor, que se difundiram expressivamente na Inglaterra e EUA no século XIX (BRAVERMAN, 1977, p. 85).

Dessa forma, o foco central das pesquisas “científicas” de Taylor era, portanto, o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia, no qual o controle sobre o processo de trabalho passaria das mãos dos trabalhadores para as mãos da gerência, inclusive o modo de execução. O referido autor aponta os reflexos da aplicação da gerência científica: a redução do número de trabalhadores e a diferenciação dos locais e grupos de trabalhadores (planejadores distantes dos executores). Assim, essa separação entre concepção e execução (mente e mãos) possibilita relações sociais antagônicas, tornando as relações menos humanas e transformando o trabalhador numa ferramenta viva da gerência (BRAVERMAN, 1977, p. 112-113).

Neste prisma, cumpre ressaltar que a partir da divisão científica do trabalho, há um expressivo aumento da produção através da intensificação do trabalho e do controle do tempo de produção⁵⁷, considerando a desintegração dos ofícios (VIEIRA, 1989).

Posteriormente, avançando sobre as experiências de Taylor, recordemos o Fordismo, a partir de Henry Ford⁵⁸. Inferindo-se ao fordismo, ressalta sua

⁵⁶ Cumpre recordar a célebre frase de Taylor sobre o “gorila amestrado”, quanto a necessidade de controlar a vida sexual dos trabalhadores, posteriormente fomentada pela ética de Ford, tendo como foco a família monogâmica, através da “[...] ética sexual da produção capitalista, que necessitava de um trabalhador descansado e repleto de vitalidade para conduzir a sua atividade produtiva.” (NOGUEIRA, 2006, p. 170-171).

⁵⁷ Chamado por Coriat “tempo alocado” (CORIAT, 1994).

⁵⁸ Henry Ford (1863-1947) iniciou sua vida como simples mecânico, chegando posteriormente a engenheiro-chefe de uma fábrica. Ficou conhecido como um importante empreendedor estadunidense, fundador da *Ford Motor Company*, criou o primeiro veículo popular o modelo *Ford*

característica básica que é a linha de montagem, que possibilitou a redução do tempo de trabalho necessário, aumentando expressivamente o tempo de trabalho excedente, configurando-se, portanto, uma forma especial de extração de mais-valia relativa, ou seja, de valorização do capital. A partir de então, os tempos são impostos pelos ritmos da maquinaria, tendo como elementos clássicos a linha de montagem e a esteira, resultando o fluxo contínuo e progressivo da produção e a redução dos tempos ociosos, conseqüentemente, aumentando a intensificação do trabalho (VIEIRA, 1989, p. 60).

Desta forma, concordando com Antunes (2005a, p. 25), entendemos que o binômio taylorista-fordista⁵⁹ é “[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século”, considerando seus elementos constitutivos básicos fundamentais, os seguintes:

- pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos;
- pelo controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista;
- pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções;
- pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho;
- pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; e
- pela constituição / consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril (ANTUNES, 2005a, p. 25).

Contudo cumpre recordar a expansão da forma de produção fordista no período pós-segunda guerra mundial, especialmente nos países centrais, possibilitando, assim, o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social⁶⁰ ou *Welfare State*, isto é, a política de pleno emprego, com melhores salários, a conquista e garantia de direitos sindicais e políticos, além de uma rede de direitos sociais, refletindo o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores. É importante resgatar ainda que a reconstrução dos países destruídos pelo citado conflito mundial

T, que revolucionou os transportes e a indústria norte-americana, tornando-se mundialmente um dos empresários mais ricos e conhecidos (HENRY..., online).

⁵⁹ Diferentemente dos autores que separam os modelos de produção taylorista e o fordista, Antunes sempre se refere ao binômio taylorismo-fordismo, por entender que ambos surgiram de modos diferentes todavia formaram um binômio, um casamento perfeito.

⁶⁰ Evidentemente esse padrão positivo não se refere aos países em desenvolvimento, como o Brasil. Montañó (2008, p. 35) citando Paulo Netto (1999, p. 77), ressalta que aqui “[...] a Constituição de 1988 configurou um pacto social”, pela primeira vez na história brasileira, possibilitava a construção de “uma espécie de Estado de Bem Estar Social”. Contudo, adverte o “pacto social” brasileiro de caráter tardio ocorre “[...] num contexto internacional no qual se questionava a intervenção do Estado como sendo o “caminho da servidão”. A década de 1990 evidencia o “[...] desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington.” (MONTAÑO, 2008, p. 35-36).

possibilitou a expansão de um padrão de desenvolvimento, fruto da reestruturação tecnológica, industrial, comercial e financeira do mundo capitalista⁶¹. Nesse sentido, promove-se uma maior homogeneidade do trabalho, emergindo formas de defesa ou segurança do trabalho, sendo transferido para o Estado parte dos custos de reprodução da força de trabalho, promovendo, assim, incentivo e expansão dos investimentos em diversas áreas públicas entre as quais: saneamento básico, educação, saúde, previdência social, habitação, transportes urbanos, entre outros⁶².

Nesse sistema de produção taylorista-fordista, o trabalhador perde sua autonomia e controle no processo de trabalho, limitando sua criatividade a partir da separação do planejamento e execução de tarefas. Assim, nos esclarece Braverman (1977), o trabalho limita-se a fragmentos da potencialidade do trabalhador, desqualificando-o, haja vista que seu saber-fazer é apropriado pela gerência. Dessa forma, constata-se que esse paradigma de produção enrijece o trabalho, resultando um novo padrão de trabalhador e de sociedade, adaptados à necessidade de produção, reprodução e acumulação do capital, no qual inexistia espaço na esfera produtiva para a subjetividade do trabalhador.

Neste prisma, Antunes (2005b, p. 36-37) nos esclarece que essa forma rígida de produção baseava-se na produção em massa de mercadorias, estruturando-se a partir de uma produção mais homogeneizadora e fortemente verticalizada, destacando-se a esteira realizando as interligações, favorecendo o ritmo e o tempo necessário para o desenvolvimento das tarefas. Esse processo produtivo “[...] caracterizou-se, portanto, pela *mescla da produção em série fordista* com o *cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração* e *execução*.” Para o capital, “[...] tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a *dimensão intelectual do trabalho operário*, que era transferida para as esferas da gerência científica.” Assim, o trabalho “[...] reduzia-se a uma ação

⁶¹ Período este de notável crescimento da economia capitalista, deixando os entusiastas socialdemocratas numa excelente posição, entretanto os mesmos não imaginavam as crises que estavam por vir, sobretudo a crise estrutural do capital eclodida na década de 1970, como uma crise generalizada de superprodução, resultante de vários anos de intensa atividade produtiva alimentada por suas contradições, marcando o chamado “fim dos anos gloriosos.” Mandel (1990); Chesnais (1996).

⁶² Aposta no Estado-nação, pressupondo a concepção de progresso, que inspirou inúmeros governos neste cenário (no Brasil os “progressistas nacionalistas” Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek). Mészáros (2008) desenvolve sua tese sobre o imperialismo, uma fase de expansão do capital, refletindo desdobramentos entre os quais: expansão bancária, construção de ferrovias (escoamento de produção), matérias-primas, mercadorias, etc, ou seja todos estes elementos intrínsecos à própria lógica de expansão do capital num cenário global. Desta forma, o Estado investe nas políticas públicas, através do qual instrumentaliza as classes médias para consumir, conseqüentemente favorecer a lógica de produção e reprodução do capital.

mecânica e repetitiva” e conclui “A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria estava consolidada.” (ANTUNES, 2005b, p. 37, grifo do autor).

No entanto cumpre resgatar o inegável processo de resistência dos trabalhadores naquele contexto. Vieira (1989) refere-se a reação operária contra os modelos de organização do trabalho, insatisfeitos com a intensificação do trabalho, a degradação das condições de trabalho, a falta de autonomia/liberdade na fábrica e a perda do próprio emprego, evidenciada através de algumas estratégias antigas tais como “o absenteísmo, a rotatividade, a sabotagem e a greve”, todavia não mais individualmente e sim massivas e generalizadas, refletindo expressivos prejuízos aos capitalistas e impondo ao capital a busca de alternativas para tal impasse, que convencionou-se chamar de “Neo-Fordismo”. (VIEIRA, 1989, p. 63).

Esse movimento de resistência teve como marco o final da década de 1960, conforme afirma Antunes (2005b, p. 41) “[...] os trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle da produção.” Citando Bihl (1991), ressalta que essas ações ganharam “[...] a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação.” (ANTUNES, 2005b, p. 41, grifo do autor).

Neste prisma, nos reportamos a Vieira (1989, p. 73), o qual infere sobre o surgimento do chamado “modelo humanista”, com o intuito de complementar o taylorismo/fordismo, visando a continuidade de ampliação da produtividade, tendo como pressuposto a lógica da cooperação, vislumbrando a “harmonia” administrativa, com ênfase nas motivações psicossociais de trabalho, no qual o papel da gerência é fundamental, no sentido de buscar cooperação e harmonia pelo consenso e de esquemas motivacionais. Trata-se das escolas de “Relações Humanas”, emergidas nos EUA na década de 1940, com o objetivo de aumentar a produtividade por meio de um ambiente de trabalho propício, ou seja, buscava humanizar as relações entre a administração e os funcionários, promovendo “boas relações” entre os diferentes níveis hierárquicos, com a pretensão de eliminar conflitos e aumentar a produtividade.

No que tange ao esgotamento do sistema taylorista-fordista, Antunes (2005b, p. 29-30, grifo do autor) nos apresenta alguns elementos facilitadores desse processo:

- Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- a crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico.

Para o autor, essa crise exprimia em sua gênese, uma *crise estrutural do capital*, configurando-se a manifestação “[...] tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital” (ANTUNES, 2005b, p. 31). Como resposta, inicia-se o processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação, com o “[...] advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte;” seguido de um “[...] intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*.” (ANTUNES, 2005b, p. 29, grifo do autor).

Reportando-nos também a Mézáros (2002), o qual compreende que a referida crise estrutural do capital, em escala global, está pautada em dimensões fenomênicas “irreconciliáveis e contraditórias”, entre as quais destaca:

- 1).A questão da produtividade autodestrutiva do capital;
- 2).A militarização, ou seja, a corrida armamentista evidenciada no período pós II Guerra Mundial e alimentado na guerra fria.
- 3).A ascensão dos países chamados do “3º mundo” competindo com os países centrais.

Assim, aponta os aspectos mais relevantes desta crise: o fracasso

catastrófico do Keynesianismo pós-guerra e sua substituição (mais catastrófica) pelas estratégias monetaristas; o crescente desemprego estrutural; os grandes distúrbios sociais emergidos das ruínas do *welfare state*. Este conjunto de fatores evidencia o que o autor chama de *incontrolabilidade total* do sistema e suas formas de produção e reprodução social, expressando o seu ciclo autodestrutivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 1071).

De acordo com Giovanni Alves (2004), a recessão de 1974/1975 é o marco histórico da mundialização do capital⁶³, resultando a “longa crise rastejante”, na qual o capital rompeu com os incisivos esforços de regulamentação das relações trabalhistas conquistados no período que vigorou o chamado Welfare State (os 30 anos gloriosos).

Neste cenário de crise estrutural e mundialização do capital, evidencia-se o predomínio do capital financeiro sobre o capital industrial, além de expressivas alterações no mundo do trabalho, entre as quais destaca-se a radical substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, bem como a diminuição do capital variável em prol do capital constante. Trata-se da inegável redução da força de trabalho na produção (decorrência das inovações tecnológicas e organizacionais) e da precarização do trabalho.

Diante do exposto, entendemos que estamos frente uma “nova” configuração de valorização do capital, considerando que desde o chamado período da *grande indústria* (segundo Marx), o capital vem se metamorfoseando para atingir seu principal objetivo que é o de valorizar-se. Entretanto, segundo as teses defendidas por Chesnais (1996) e Alves (2004), a expansão do capital financeiro não desconsidera sua dimensão fundante que é o capital industrial, no processo de acumulação capitalista.

Nesta perspectiva, entendemos que não existe capitalismo sem trabalho assalariado, portanto pode precarizar, flexibilizar e desempregar parcelas imensas de trabalhadores, mas jamais extingui-los, considerando por suposto as dimensões fenomênicas do desemprego estrutural atual, nunca previsto pelos apologistas da ordem burguesa. No que tange ao referido desemprego estrutural, afirma Mézáros

⁶³ Segundo Chesnais (1996, p. 34) “[...] a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estruturalmente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.”

(2002, p. 22): “[...] já não se limita a um exército de reserva à espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital [...] Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico.” Contudo, Mészáros (2002) esclarece que o desemprego não é consequência somente do avanço tecnológico, nem das inovações empresariais, nem tampouco das equivocadas teses “naturais” da explosão populacional. Para o autor, é fundamental considerar os alicerces estruturais sob os quais se desenvolvem as relações sócio-econômicas nas quais nos inserimos e nos reproduzimos, as quais são incapazes de solucionar as contradições explosivas intrínsecas do sistema.

Para os apologistas que afirmam ser o século XX como o “Século Norte Americano”, inclusive fazendo previsões similares para o XXI, desconsiderando as experiências reais pós-capitalistas vivenciadas (Rússia, China e Cuba), Mészáros (2002) afirma que é “Socialismo ou Barbárie”. Isto significa que ou o socialismo se efetiva universalmente a todas as áreas do planeta ou está condenado ao fracasso, pressupondo o triunfo “Norte Americano” e conseqüentemente a barbárie generalizada que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Nesse cenário de crise estrutural e esgotamento do sistema taylorista-fordista, emerge a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, pautada no “Toyotismo”⁶⁴ ou “modelo japonês”. Para Antunes (2005b, p. 53), trata-se:

[...] de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*.

Desta forma, essas funções foram incorporadas ao trabalhador produtivo. Quanto ao ideário e a prática cotidiana da “fábrica moderna”, nos esclarece: “[...] reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total.” (ANTUNES, 2005b, p.53, grifo do autor). Essas alterações no processo produtivo impactaram expressivas repercussões no mundo do trabalho, entre as quais destacam-se: expressiva desregulamentação dos direitos trabalhistas, crescente fragmentação da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana trabalhadora, destruição do sindicalismo de classe, o

⁶⁴ Cabe esclarecer que Antunes (2005) e Coriat (1994) entre outros autores, ao se referirem ao toyotismo, utilizam como sinônimos as expressões: “modelo”, “método” e “sistema”.

qual passa a ser convertido em um sindicalismo dócil ou um “sindicalismo de empresa.” Nesse sentido, conclui Antunes (2005b, p. 53, grifo do autor):

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade.

É oportuno esclarecer que a forma de produção toyotista⁶⁵ surge no Japão, no período pós-segunda guerra mundial, especificamente na Toyota, configurando-se, segundo Coriat (1994, p. 29, grifo do autor), como a combinação de dois princípios, ou como sugere o mestre japonês Ohno dois pilares centrais⁶⁶: “1) a produção *just in time* e 2) a *auto-ativação* da produção.” No entanto, nos esclarece que esses dois pilares só adquirem significado sob o imperativo do Ohnismo⁶⁷: “[...] *buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização tayloristas e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados.*” (CORIAT, 1994, p. 32, grifo do autor).

David Harvey (1992) apresenta um esboço analítico sobre essas transformações contemporâneas, segundo o qual acredita que a produção em massa fordista permanece até 1973, quando tivemos uma aguda recessão e a transição no processo de acumulação de capital, isto é, a acumulação flexível, que de acordo com seus esclarecimentos:

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um

⁶⁵ Dejours (2001) relaciona o toyotismo ao nazismo, no sentido de que ambos tem em comum o fato de utilizarem de forma permanente o medo, gerando condutas de obediência e submissão, a quebra de reciprocidade entre os trabalhadores, isto é, a separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham.

⁶⁶ Dejours (2001) interpreta como acréscimo de trabalho e um sistema diabólico de dominação auto-administrado, nítido agravamento do sofrimento subjetivo dos trabalhadores.

⁶⁷ Tem como sinônimos *Ohnismo* e *toyotismo*. Taiichi Ohno é considerado o criador do Sistema Toyota de Produção e o pai do Sistema Kanban. Nasceu em Dalian/China, de pais japoneses, formou-se em Engenharia Mecânica na Escola Técnica de Nagoya e entrou para a Toyota Spinning and Weaving em 1932. Em 1943 foi transferido para a Toyota Motor Company, em 1954 tornou-se diretor, em 1964 diretor gerente, em 1970 diretor gerente sênior e vice-presidente executivo em 1975 (TAIICHI..., online).

vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1992, p. 140).

Segundo sua tese, a acumulação flexível é própria do capitalismo, pois ainda mantém três características básicas desse modo de produção: a) voltada ao crescimento; b) este crescimento se apoia na exploração do trabalho vivo na esfera da produção; c) o capitalismo possui uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 175).

Nesse sentido, segundo Coriat (1992), o engenheiro Ohno (1978) postula sobre o surgimento dessa forma de produção no Japão:

O *sistema Toyota* teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; [...] Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o *sistema Toyota*, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso. (Ohno, 1978, p.49 apud CORIAT, 1994, p. 30, grifo do autor).

Desta forma, esse modelo “[...] é o resultado de um lento processo de maturação, feito de inovações sucessivas ou de importações de métodos e de conceitos, de campos que, no começo, pareciam distantes deste sistema.” (CORIAT, 1994, p. 36). Para construir o “espírito Toyota”, conforme esclarece Ohno “[...] uma revolução mental é necessária” (CORIAT, 1994, p. 47), no sentido de “[...] pensar ao contrário toda a herança legada da indústria ocidental.” Em outras palavras significa “[...] produzir não segundo o método norte-americano, que encadeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados,” no qual o grande desafio é “[...] obter ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos!” (CORIAT, 1994, p. 47).

Neste contexto japonês, afirma Coriat (1994, p. 45-46), assim como Taylor, Ohno enfrenta a resistência coletiva dos trabalhadores. Em 1952, aponta os 55 dias de expressiva mobilização e lutas sindicais, como forma de resistência ao intenso movimento da racionalização de produção que atravessou o país, culminando com a substituição do *sindicato de indústria* pelo *sindicato de empresa*⁶⁸, dito

⁶⁸ Segundo Coriat (1994, p.85, grifo do autor) o sindicalismo de indústria é marcado pela tradição de enfrentamento aberto de seus empregadores e seus representantes, todavia, “[...] diante das *grandes derrotas*, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de “empresa”, bem como foi

“corporativista”, evidenciando um novo “espírito Toyota”. Assim, destaca o slogan da campanha reivindicatória de 1954: “*proteger nossa empresa para defender a vida*” (CORIAT, 1994, p. 46, grifo do autor)⁶⁹.

Com intuito de evidenciar a diferenciação dessa forma de produção com a anterior, Antunes (2005b, p. 54-55, grifo do autor)⁷⁰ nos esclarece seus principais elementos básicos:

- 1) *é uma produção muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências mais *individualizadas* do mercado consumidor, [...] sua produção *é variada e bastante heterogênea*, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação *homem/máquina* na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. [...] Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total⁷¹, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;
- 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas⁷² (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.”

Com esse entendimento, ressalta ainda que de forma similar ao fordismo,

obrigado a substituir as práticas de enfrentamento pelos acordos “e até mesmo a cooperação com os representantes dos interesses do capital.”

⁶⁹ Segundo nos esclarece Tumolo (2003, p.175), o capital exige corpo e espírito do trabalhador, gerando “[...] um sujeito que não apenas veste a camisa da empresa, mas acima de tudo, um ser humano que, premiado pelas condições materiais, veste a camisa do capital.”

⁷⁰ Para Antunes (2005b, p.54, grifo do autor) “[...] *via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.”

⁷¹ Antunes (2005b, p. 50-51, grifo do autor) ressalta “[...] a falácia da qualidade total”, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, significa “quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*”, ou seja, “qualidade total” é “compatível com a lógica da *produção destrutiva*.”

⁷² Segundo Antunes (2005b, p. 55), ao completar 55 anos de idade, o trabalhador japonês é deslocado para outro trabalho menos relevante dentro da empresa.

embora com receituário diferenciado, “[...] o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia.” (ANTUNES, 2005b, p. 56). A exemplo do Japan Press Weekly, que divulga a proposta do governo japonês de aumentar o limite da jornada diária de trabalho de 9 para 10 horas e da semanal de 48 para 52 horas.

Neste prisma, percebe-se que esse modelo japonês, cuja essência se pauta no princípio da fábrica mínima para atender a produção restrita de produtos variados, adquire expressivo grau de mobilidade e flexibilidade e que, segundo o estudioso Coriat (1994, p.53), desenvolve uma forma de organização do trabalho por meio de postos polivalentes. Assim, avança na desespecialização dos profissionais, transformando-os em trabalhadores plurioperadores, polivalentes e multifuncionais.

No que tange a expansão global do toyotismo nas empresas, Coriat (1994, p.164) salienta: “se em todo lugar se busca impor este método, é que em seu princípio ele é portador de um modo de extração de ganhos e produtividade que corresponde às normas atuais de concorrência e competição entre firmas”. Nesse contexto, considerando a expansão da concorrência, da diferenciação e da qualidade, o sistema toyotista é copiado e adaptado às diferentes regiões do planeta.

Especificamente no caso brasileiro, esclarece “[...]os métodos japoneses são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional”, e complementa “ O Ohnismo, considerado como conjunto de inovações organizacionais, não é em parte alguma revelado como tendo sido apreendido pela indústria brasileira.” No Brasil constata-se a tentativa de se adequar algumas técnicas do Ohnismo “[...] de forma isolada e limitada: um pouco de CCQ aqui, uma pitada de JIT ali [...] isto para não falar das técnicas múltiplas (tecnologias de grupo, MRP...) qualificadas de ‘japonesas’, e que, são de fato técnicas americanas dos anos 1960 ou 1970.” (CORIAT, 1994, p. 12).

Conforme nos orienta Antunes (2005b), estes novos paradigmas de organização do trabalho resultam profundas alterações sociais, especialmente as metamorfoses no mundo do trabalho, gerando a redução da classe operária industrial, a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, agravando a heterogeneização do trabalho: a subproletarização, ou seja, o trabalho parcial, subcontratado, terceirizado e precarizado. Como agravante, temos a flexibilização do

sistema de produção, além da necessidade de também flexibilizar os direitos trabalhistas, dispondo da força humana de trabalho na respectiva proporção das necessidades do mercado consumidor. Em suma, há um número reduzido de trabalhadores, com ampliação das horas-extras, considerando que os trabalhos temporários oscilam segundo o mercado, resultando o desemprego estrutural.

Em síntese, percebe-se que diante do esgotamento do sistema rígido de produção Taylorista-fordista, o capital busca estratégias e outras formas de perpetuar sua valorização, entretanto sem alterar sua gênese, a dominação do trabalho pelo capital, ou seja, altera-se a aparência, as formas de organização do trabalho, entretanto permanece intacta sua essência.

Neste prisma, o processo de reorganização de suas formas de dominação societal, segundo Antunes (2005b, p. 48), contempla além do processo produtivo, a busca de um projeto de recuperação da hegemonia em várias esferas, a exemplo “[...] no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.” Citando Ellen Wood (1997 apud ANTUNES, 2005b, p. 49, grifo do autor), explica que essas metamorfoses econômicas, pressupondo alterações na produção, mercados e culturais, muitas vezes associadas ao “pós-modernismo”, na verdade, estariam “conformando um momento de *maturação* e *universalização* do capitalismo, muito mais do que um trânsito da “modernidade” para a “pós-modernidade.” Dessa forma, tem resultado no plano teórico mais dissenso que consenso, muitos inclusive até demonstrando um “novo otimismo”. Em síntese esclarece “[...] essas mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação.” (ANTUNES, 2005b, p. 50).

Após esses relevantes esclarecimentos históricos, resgatados a partir da teoria social crítica marxiana e marxista, o próximo capítulo II demonstra como o Serviço Social tem se apropriado do debate sobre a categoria trabalho, priorizando a interlocução com Ricardo Antunes.

CAPÍTULO 2 A CATEGORIA TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

O segundo capítulo busca abordar como o Serviço Social tem se apropriado da categoria trabalho, priorizando a interlocução com Ricardo Antunes. Para tanto, inicia com um resgate histórico sucinto da construção dessa profissão desde seu surgimento no cenário brasileiro Vargasista, em 1936, vinculado a igreja católica, pautado no caráter missionário e da caridade, norteado por referencial teórico conservador europeu. Recupera o movimento de reconceituação como a intenção de ruptura com o conservadorismo histórico, além de refletir sobre os desafios e dilemas do projeto ético-político do Serviço Social no contexto neoliberal. Aponta alguns elementos do importante debate sobre a categoria trabalho ao Serviço Social e imprescindível à classe trabalhadora. A seguir, apresenta a análise preliminar dos trabalhos publicados nos eventos mais importantes da categoria: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010), tendo como critério, trabalhos que estejam fundamentados nas duas obras de Ricardo Antunes: *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”* e *“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”*, com intuito de evidenciar como o Serviço Social tem se apropriado desse importante debate.

2.1 Breves considerações sobre a gênese e a consolidação do Serviço Social no Brasil

Inicialmente, é oportuno apreender o processo de construção do Serviço Social no Brasil, a partir de um resgate da contextualização histórica na qual a profissão surgiu e se consolidou ao longo de sua trajetória.

O Serviço Social surge na década de 1930, período este conhecido como “Era Getúlio Vargas”⁷³, marca a expansão do capitalismo industrial hipertardio, vinculado a Igreja Católica, pautado no caráter missionário e da caridade, tendo como marco inicial a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, com o intuito de formar as “moças da sociedade” devotadas ao apostolado social, norteado

⁷³ Governo ditatorial, populista, reconheceu a “questão social”, antes tratada como caso de polícia, como estratégia de controle social e ideológico, tido como mito “pai dos pobres”, instituiu direitos, sobretudo, trabalhistas pelo viés corporativo, criou o Ministério do trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado “sindicato pelego.” Fortaleceu a idéia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje está crispada no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a idéia de submissão da população ao Estado. (SILVA, M.I., 2007).

inicialmente pelo referencial teórico conservador europeu. Essas primeiras profissionais, conhecidas como pioneiras, se constituíam por mulheres provenientes de famílias abastadas, expressando a sua visão de mundo a partir das classes dominantes, que lhes conferia uma superioridade natural em relação à população assistida, legitimando sua intervenção moralista, paternalista e autoritária, refletindo também o respectivo contexto getulista.

Neste contexto, Iamamoto (1998) ressalta a reorganização do bloco católico, criando as bases para o surgimento dessa profissão, sob forte influência do modelo europeu (autoritário, doutrinário). Entretanto esse fenômeno não pode ser relacionado apenas ao caráter transnacional da Igreja Católica. Segundo a autora, cabe esclarecer que o Serviço Social, tanto europeu quanto o brasileiro, surge como ramificação de movimentos sociais complexos, com uma base social de classe na qual o autoritarismo e o paternalismo têm um respaldo histórico e social. Desta forma, a transposição e reelaboração dos referidos modelos no Brasil foi condicionada à existência de uma base social que pudesse assimilá-los, com uma ideologia e interesses de classe semelhantes, aliada as particularidades da sociedade brasileira, a exemplo da cultura colonialista.

Conforme nos orienta José Fernando Silva (2013, p. 75-76):

O adensamento e a gradativa radicalização da ordem monopólica acompanhada pela autocracia burguesa no Brasil (especificamente entre 1930 e 1964) criaram as condições objetivas para que fosse possível explicar a gênese do Serviço Social brasileiro, suas particularidades como profissão que rapidamente se institucionaliza e se legitima. Não é por acaso que datam de 1932, por meio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), as primeiras movimentações para a organização da primeira escola de Serviço Social brasileira (fundada, em São Paulo, no ano de 1936, com orientação franco-belga). Ao mesmo tempo em que a “questão social” se aprofunda trazendo com ela os traumas sociais de uma sociedade colonial, escravocrata, patriarcal, pré-capitalista e com desenvolvimento burguês hipertardiado (como uma necessária mescla entre o moderno e o arcaico), o Estado crescentemente assume tarefas vinculadas ao disciplinamento, à reprodução-preparação da força de trabalho e à manutenção e recuperação-reparação da capacidade para o trabalho. Nesse contexto, as instituições aparecem como espaços de contenção e de controle das lutas sociais derivadas do pauperismo e da crescente proletarização, extraindo-as do campo da economia-política com a clara intenção de neutralizá-las por meio de um Estado “transclassista”.

Cumpramos ressaltar que os núcleos pioneiros do Serviço Social tiveram sua base social determinada pelo Bloco Católico e emergiram como ramificações da Ação Católica e da Ação Social. Neste sentido, este perfil profissional é evidenciado

na formação na Escola de Serviço Social de São Paulo que define como critério para matrículas:

- Ter 18 anos completos e menos de 40;
- Comprovação de conclusão de curso secundário;
- Apresentação de referências de 3 pessoas idôneas;
- Submeter-se a exame médico (IAMAMOTO, 1998, p. 228).

Outra questão relevante a ser destacada é a valorização de outros critérios, a exemplo da boa saúde e ausência de defeitos físicos, além das condições do meio familiar, demonstrando as qualidades morais do pretendente, a saber:

Teoriza-se assim no sentido da seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social. [...] a formação do Assistente Social se dividiria, geralmente em quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária. (IAMAMOTO, 1998, p. 228-229).

Nesse cenário inicial, o Serviço Social configura-se como prolongamento da Ação Social, veículo de doutrinação e propaganda do pensamento da Igreja Católica. Trata-se de intervenção com ações educativas de cunho moralista, evidenciando a ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Percebe-se a visão moral dos fenômenos sociais com a naturalização do capitalismo, na qual a Igreja criticava os excessos desse sistema e não sua essência (modo de produção e reprodução), atribuindo ao indivíduo responsabilidade sobre as suas mazelas, sendo assim, fundamental a intervenção do Assistente Social para o ajustamento do sujeito ao meio, o qual era visto como “problema” desajustado às estruturas existentes. Também era fundamental a necessidade de reeducar a família para a sociedade industrial emergente e recrutava as mulheres e seus filhos para o trabalho. Segundo Iamamoto (1998, p. 238) “O julgamento moral tem por base o *esquecimento das bases materiais* das relações sociais.”

É oportuno esclarecer que o Serviço Social não nasce da evolução da filantropia, conforme se entendia no passado, embora essa idéia tenha marcado a formação profissional desde seu surgimento, perpassando pelo movimento de reconceituação até o processo de ruptura. Segundo Iamamoto (1998, p.77) “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*”, e ressalta ainda que “É nesse contexto, em que se afirma a

hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada questão social, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.”

Nessa perspectiva, esclarece Paulo Netto (2011, p. 69) “[...] é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais [...] que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão.” E complementa, referindo-se em termos histórico-universais, “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (PAULO NETTO, 2011, p. 73).

Desta forma, o Serviço Social é, portanto, um fenômeno específico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista. Segundo Paulo Netto (2011, p. 74), “[...] a emergência do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.”⁷⁴

Com esse entendimento, segundo Barroco (2006, p. 68), “[...] o desvelamento da natureza de sua ética só adquire objetividade se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritas em tais relações sociais.” Assim sendo, de acordo com as demandas emergidas e as respectivas respostas éticas que lhes são dadas, “é que a ética se objetiva, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional.” Neste sentido, afirma José Fernando Silva (2013, p. 80):

O Serviço Social não é, portanto, uma simples extensão das velhas práticas filantrópicas (ainda que as incorpore). Ele é algo substancialmente novo, uma profissão como tal, socialmente reconhecida, que nasce da incorporação-acomodação do arcaico (com todos seus resquícios também de ordem colonial, escravocrata e patriarcal que certamente contaminaram as ações filantrópicas no Brasil), superando-o técnica e cientificamente na medida em que o mercado de trabalho profissional se expande e se consolida por meio das grandes instituições assistenciais direta ou indiretamente articuladas a um Estado organicamente vinculado ao processo de reprodução do capital na era monopólica.

Tendo em vista a contribuição do Serviço Social para a reprodução das

⁷⁴ O Serviço Social surgiu, portanto, de uma necessidade da sociedade industrial emergente na era Vargas, não sendo uma evolução da filantropia como se pensava inicialmente. (PAULO NETTO, 2011).

relações sociais capitalistas, Barroco (2006, p. 74) afirma que no cenário do capitalismo monopolista, o enfrentamento moral das expressões da questão social é “[...] uma forma de resposta a processos objetivamente construídos na (re)produção do capital e do trabalho, significando a despolitização de seus fundamentos objetivos, ou seja, do seu significado sócio-econômico e ético-político.” Assim, as “suas determinações ético-políticas” acabam sendo “[...] uma forma de moralismo, sustentada ideologicamente pelo conservadorismo moral.”

Nesta perspectiva, é importante resgatar o respectivo contexto histórico do processo de industrialização e expansão capitalista, com a inserção dos trabalhadores nas fábricas (homens, mulheres, idosos e crianças) e suas consequências, na época entendidos como “desajustamentos”, a exemplo do alcoolismo (visto como doença); o abandono das funções domésticas das mulheres; a ruptura dos laços comunitários e familiares⁷⁵. O resultado, segundo Barroco (2006, p. 75), “[...] é a “decadência econômica e social”, a “desordem moral.” E ressalta ainda: “[...] a moralização da realidade revela sua face político-ideológica e sua identidade de projeto social conservador.”

Podemos perceber que este entendimento da realidade demonstra valores morais e pressupostos teórico-políticos presentes no positivismo e no neotomismo, que foram as bases da formação profissional do Assistente Social, em sua origem. Para a autora, “[...] os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975” (BARROCO, 2006, p.95). E acrescenta que a ação profissional, em 1948, “[...] é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa.” Neste prisma, nos reportamos aos oportunos esclarecimentos de José Fernando Silva (2013, p. 76-77):

A base doutrinária que orientou inicialmente a fundação da primeira escola de Serviço Social brasileira em São Paulo se confronta e se ajusta, gradativamente, com as necessidades do mercado de trabalho em ascensão (base ontológica necessária para a profissionalização). Os grupos de

⁷⁵ Conforme nos relata Engels (2008, p.183), ao analisar a situação da classe trabalhadora inglesa no século XIX, num cenário bárbaro de atrocidades de todos os tipos, no qual a classe burguesa se sobrepõe e se legitima sob a proteção do Parlamento e das leis por ele criadas, enquanto a classe proletária se define, em condições desumanas de total abandono e pauperismo, acrescido as condições de trabalho degradantes e aviltantes, refletindo na saúde já debilitada dos trabalhadores que são dizimados, denunciados por Engels como o “assassinato social” cometido pela burguesia capitalista. Destaque para a inserção das mulheres e das crianças nas fábricas, com jornadas em torno de 13hrs/dia, em condições extremamente precárias e desumanas, refletindo no seu adoecimento físico e na inversão das relações familiares, na qual cabe às mulheres e às crianças o sustento da família e quanto aos homens são “condenados ao trabalho doméstico.”

formação de elite, presentes nas vilas operárias, atuavam no sentido de oferecer princípios moral-formativos que educassem a classe operária dentro dos valores cristãos capazes de influir e negar o individualismo e o materialismo (conforme abordados desde a *Encíclica Rerum Novarum* publicada no final do século XIX), inserindo outros ingredientes que influíssem doutrinariamente na formação de líderes que teriam o discernimento (retidão moral) para atuar na sociedade que se constituía. O pensamento católico da época via a “questão social” como um conjunto de males sociais generalizados em tempos de sociedade moderna (industrializada), *sendo que o pauperismo é um desvio propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, como decorrência do processo de industrialização desenfreado que faz com que os operários recorram à equivocada luta de classes materializada, sobretudo, por meio das greves.* Note-se que, aqui, os problemas sociais precisam ser controlados e eliminados (o que claramente demonstra o peso da tradição positivista e de seus fragmentos no Serviço Social), sem qualquer vínculo com os determinantes situados no âmbito da economia-política, mas, sim, sustentados em desvios morais-pessoais estimulados pela modernidade. A pobreza, “um mal esporádico”, “pontual”, é vista como algo normal que atravessa diferentes sociedades esvaziadas de seus determinantes estruturais.

Cumpramos recordar o respectivo contexto histórico brasileiro, a partir da tomada de poder com o golpe militar de Getúlio Vargas em 1930. Para Yamamoto (1998, p. 243) “[...] a violência que caracterizava o Estado Novo, a tentativa de superação da luta de classes através da repressão e tortura, não podem esconder a outra face de sua postura, que se traduz na influência de sua política de massas.”

Neste cenário, a estrutura corporativa do Estado Novo, visando sua legitimação, incorpora de alguma forma reivindicações populares, institui direitos trabalhistas pelo viés corporativo, com o intuito de controlar a classe trabalhadora. Vargas, conhecido como “pai dos pobres”, governou o país de forma ditatorial e populista, reconheceu a questão social (até então tratada unicamente como caso de polícia) como estratégia de controle social e ideológico, criou o Ministério do Trabalho para controlar os sindicatos vinculados ao Estado, conhecidos como “sindicato pelego”. Neste governo se consolida a ideia do favor do Estado protetor, paternalista, que ainda hoje permanece no ideário popular brasileiro e norteia as relações sociais estabelecidas, reforçando a ideia de submissão da população ao Estado (SILVA, M.I., 2007).

Segundo Yamamoto (1998, p. 244), neste período:

A noção fetichizada dos direitos, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

No que tange à organização da categoria profissional, cabe resgatar ainda na década de 1930, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), através do Decreto-lei nº 1-7-1938, sob a vigência do Estado Novo, “[...] com as funções de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social.” Entretanto, segundo a autora, sua ação efetiva foi muito restrita e “[...] caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político.” (IAMAMOTO, 1998, p. 256).

Neste sentido, segundo a autora, favorece a expansão e aumento quantitativo (e não qualitativo) da atuação do Serviço Social, em função do surgimento de grandes instituições nacionais de assistência social, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Decreto-lei nº 4830 de 15/10/1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Decreto-lei nº 4048 de 22/02/1942, criado no limiar de um novo ciclo de expansão capitalista. Trata-se de uma Instituição social destinada a possibilitar a adequação da força de trabalho às necessidades do sistema industrial vigente, a partir de dois aspectos principais: “[...] o atendimento objetivo ao mercado de trabalho, no sentido de supri-lo de trabalhadores portadores das qualificações técnicas necessárias” além da “[...] produção de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente (ideologicamente) ao estágio de desenvolvimento capitalista.” (IAMAMOTO, 1998, p.271).

Nesta perspectiva, as práticas sociais desenvolvidas pelos técnicos educadores cooptados pelo SENAI, inclusive o Assistente Social, atuam para a “[...] suavização dos aspectos contraditórios (antagônicos) desse ajustamento, reforçando, objetivamente, a dominação de classe.” (IAMAMOTO, 1998, p. 272). Desta forma, “[...] além das transformações na retórica do discurso oficial do Serviço Social, solidifica-se uma adesão ao capitalismo em sua etapa de aprofundamento industrial urbano.” (IAMAMOTO, 1998, p. 273).

É oportuno salientar que as décadas de 1940 e 1950, período este conhecido como desenvolvimentista, há uma expansão quantitativa e a institucionalização do Serviço Social, a partir do surgimento das grandes indústrias, sobretudo na era “JK”, governo de Juscelino Kubitschek, exigindo maior sistematização técnica e teórica de suas funções, na qual a categoria é fortemente influenciada pelas matrizes teóricas positivistas norte-americanas, pressupondo uma visão Durkheimiana da problemática social interpretada como “disfunções sociais”, sendo assim um problema do indivíduo e não social. Sua atuação profissional está orientada pela

psicologização, ou seja, atua atendendo aqueles considerados desajustados psicossociais, que deveriam, pois, ser “ajustados” ao meio, além de atuar no Desenvolvimento de Comunidade, com a educação para adultos, demonstrando, assim, a expansão da profissão aliada a ideologia desenvolvimentista.

Neste período, conforme nos resgata José Fernando Silva (2013, p. 78-79):

Há, nesse sentido, uma íntima relação entre o surgimento das grandes instituições assistenciais e a legitimação do Serviço Social como profissão na divisão social e técnica do trabalho, indicando o surgimento de um profissional cada vez mais capaz de manipular conhecimentos, procedimentos e técnicas, ainda que com o peso católico e vinculado às elites detentoras da hegemonia formativa e prática da categoria profissional, como atividade paulatinamente legitimada pelo Estado e pelas classes dominantes. Isso exigirá não apenas boa vontade dos profissionais, mas também aprimoramento teórico-metodológico e técnico-operativo (mantidas as bases doutrinárias e morais). Destaca-se, por exemplo, a partir de 1941, a aproximação entre o Serviço Social latino-americano e brasileiro com o “Social Work” americano após encontro promovido pelo governo do EUA.

Em relação à trajetória histórica do Serviço Social, segundo Paulo Netto (1998, p. 117) “[...] até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamental há um claro componente de validação e reforço do que [...] caracterizamos como Serviço Social “tradicional.” O autor considera como Serviço Social tradicional:

[...] a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável. (PAULO NETTO, 1998, p. 117-118).

Na década de 1960 o Brasil vivencia um período tenebroso de ditadura fascista com o golpe militar de 1964, a partir do qual tem-se o Estado absolutista totalitário e repressor, cujo ápice ocorre em 1968 com o Ato Institucional nº 5 (AI5), que determina o fechamento do Congresso Nacional, a censura à imprensa, a repressão dos movimentos e a prisão impiedosa de todos aqueles considerados “subversivos”, isto é que pretensamente representassem perigo à ordem vigente. Concomitantemente tem-se o processo de expansão econômica, o chamado “milagre econômico”, que a partir de 1973 demonstra claros sinais de crise, sendo pretensamente atribuída à crise internacional do petróleo, refletindo na decadência do próprio regime militar vigente. Na

verdade essa crise econômica e política revela uma crise estrutural de acumulação capitalista, pautada no padrão de acumulação fordista-keynesianista.

No entanto, cumpre recordar outros fatos importantes deste cenário, entre os quais a ruptura ideológica com instituições, papéis sociais e princípios históricos vinculados à moralização dos costumes, isto é, a família, o papel da mulher e a tradição, que segundo Barroco (2006, p.100), evidencia expressivo avanço social “emancipatório” feminino, a exemplo de sua inserção no mercado de trabalho, na educação superior, na vida pública e na luta em defesa dos direitos sociais e políticos, contribuindo para o rompimento de padrões morais de várias gerações. Entretanto, essas potencialidades ético-morais não se refletem no Serviço Social, isto é, “[...] a oposição ao moralismo, à família tradicional, à expressão sexual, aos costumes em geral, típica dessa geração, não aparece na literatura profissional ou em debates coletivos da época.” (BARROCO, 2006, p. 103).

Neste período, emerge o movimento cristão, fruto de mudanças internas ocorridas na Igreja Católica, que se expressa em amplas mobilizações de apoio às lutas populares. Para a autora, a parceria entre a juventude e Igreja possibilita a emergência de um *ethos* militante que recusa a ética da ordem social burguesa, vista como um sistema injusto, sendo uma tentativa de vinculação do pensamento cristão ao marxismo. Segundo a autora:

[...] com a Teologia da Libertação e a Conferência dos Bispos Latino-Americanos, na década de 1970, o marxismo passa a ser utilizado, à luz da ética cristã, como referência analítica da realidade latino-americana, tendo em vista a superação da pobreza e das desigualdades sociais. (BARROCO, 2006, p. 106-107).

Desta forma, o vínculo histórico entre o Serviço Social e a Igreja Católica, passa a ter novas bases de legitimação, possibilitando a construção de uma crítica ao *ethos* tradicional. Vale destacar neste processo o *ethos* revolucionário, influenciado pela Revolução Cubana de 1959 e pelos movimentos políticos inspirados no socialismo e no marxismo, além do *ethos* militante, evidenciado nas organizações da juventude cristã dos anos 1960.

Neste contexto, emerge o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, a partir do questionamento crítico sobre a teoria e a prática tradicionais, sobretudo, sobre o papel profissional⁷⁶. De acordo com Barroco (2006,

⁷⁶ Parafrazeando José Paulo Netto (1998), referindo-se ao “processo de reconceituação”, José Fernando Silva (2010) infere que o mesmo “trouxe consigo as protoformas da profissão e seus desdobramentos já

p.107-108), “[...] uma primeira aproximação com um posicionamento ético-político potencialmente negador do tradicionalismo profissional: a explicitação da dimensão política da profissão e do compromisso ético-político com as lutas populares.”

Para Barroco (2006, p. 26), os Códigos de 1965 e 1975 “[...] reproduzem a base filosófica cristã e a perspectiva despolitizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional.” Nas décadas de 1960/70, ocorre o que Paulo Netto (1982) chama de “intenção de ruptura”, constituída por uma parcela minoritária da categoria profissional, sob influência do movimento de reconceituação e da militância cívico-política, que se aproxima de teorias marxistas (Althusser), amplia a consciência social negando ideologicamente a ordem burguesa e voltando-se às classes populares⁷⁷. O primeiro estudo sistematizado no âmbito do Serviço Social, com inegável inspiração marxista, gestado no período 1972-1975 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (em Belo Horizonte), é o chamado “Método de Belo Horizonte”, considerado por Paulo Netto (1998) como a gênese do projeto de “*intenção de ruptura*” no Brasil. Embora seja inegável os méritos pelo expressivo avanço deste projeto, o mesmo apresenta fragilidades⁷⁸, em função da influência do marxismo vulgar, isto é, marxismo sem as obras originais de Marx, refletindo em alguns equívocos teóricos e por conseguinte na atuação profissional dos assistentes sociais. Contudo, torna-se imprescindível resgatar o cenário vigente:

[...] a ditadura militar burguesa agiu profundamente na vida social do Brasil alterando profundamente a cultura, a educação, a política, a economia do país, eliminando uma geração que vinha se formando na tradição revolucionária marxista. O resultado disso não poderia ser diferente: a quase completa banalização da teoria social de Marx na forma de pacotes fragmentados, retirados do contexto da obra marxiana, marcado por um profundo simplismo mecanicista com viés voluntarista, avesso aos estudos

discutidos nesta tese: *o peso do controle, da moralização e da disciplina dos pobres e do pauperismo, bem como a sua ineliminável base sincrética de forte sustentação eclética* (PAULO NETTO, 2011a). O aprofundamento da ordem monopólica marcada pela modernização conservadora do país nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX impôs à profissão a necessidade de uma revisão do “Serviço Social tradicional” (PAULO NETTO, 1998).” (SILVA, J.F.S., 2013, p. 90, grifo do autor.).

⁷⁷ Em 1975, é aprovado o 3º Código de Ética Profissional brasileiro, evidenciando expressivo conservadorismo. Para Barroco (2006, p. 113) este conservadorismo no Serviço Social é pautado nos “[...] pressupostos do humanismo cristão tradicional, em clara oposição à teologia da Libertação e ao marxismo.” Ressaltando que na produção profissional desse período, também se evidencia o conservadorismo ético, a exemplo do livro publicado em 1962 pela ABESS, visando subsidiar a formação moral do assistente social: o *Código Moral de Serviço Social*, de origem europeia.

⁷⁸ Segundo esclarecimentos de José Fernando Silva (2010, p. 72) “O texto, então, peca pelo formalismo e por recair diante de um tema fartamente debatido durante a reconceituação: o epistemologismo, o cientificismo e o metodologismo (típicos do formalismo positivista), que recuperam a preocupação com o “objeto do Serviço Social”. Em que pese isso, o giro ideopolítico do texto foi altamente original e positivo, denunciando e propondo uma alternativa para o trabalho popular inspirada no marxismo.”

originais (na fonte), endossado por intérpretes vulgarizadores, como se a prática política-revolucionária pudesse falar por si só. A fragmentação neste contexto é inevitável e, com ela, a perda do ponto de vista de totalidade regado de modismos utilizados para a análise de situações pontuais e conjunturais. (SILVA, J.F.S., 2013, p.101).⁷⁹

É oportuno recordar que no início da década de 1960, o governo populista de João Goulart, o “Jango”, desenvolve políticas desenvolvimentistas, propondo as reformas de base, num contexto tenso de crise do populismo e a efervescência de movimentos sociais e sindicatos, culminando no golpe militar de 1964. Para lamamoto (1998), durante este rápido governo, o Serviço Social teve uma maior participação na formulação das políticas e planejamento, tendo o status da profissão redefinido nas equipes interdisciplinares.

Em relação a organização da categoria, segundo Paulo Netto (1998, p.164), a perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o qual emerge a partir do encontro de Porto Alegre em 1965. No entanto, teve como marco e foi formulado a partir dos resultados do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá (MG), promovido pelo CBCISS entre 19 e 26/março/1967, e que se desdobra num segundo evento da mesma série e também patrocinado pelo CBCISS, entre 10 e 17/janeiro/1970 em Teresópolis (RJ), que culminaram nos documentos de Araxá e Teresópolis, respectivamente.

Para Paulo Netto (1998, p. 177), o Documento de Araxá é “[...] um texto orgânico expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre seus formuladores.” Quanto as formulações constitutivas do Documento de Teresópolis, afirma: “[...] possuem um tríplice significado no processo de renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora.” (PAULO NETTO, 1998, p. 192).

Neste cenário tenso, segundo lamamoto (1998), evidencia-se o confronto do Serviço Social tradicional X vertente modernizadora da profissão, a qual questiona a própria legitimidade da demanda e os compromissos políticos subjacentes ao exercício profissional, considerando a tentativa de formulação de uma estratégia teórico-prática a serviço do fortalecimento do processo organizado dos setores populares.

⁷⁹ José Paulo Netto (1998) aponta o marxismo acadêmico sob inspiração Althusseriana presente no âmbito acadêmico na época.

Desta forma, cumpre recordar como marco dos anos 1960, o Movimento de Reconceituação, emergido por volta de 1965, sob a égide da autocracia burguesa⁸⁰, com intuito de questionar os referenciais teóricos e a prática profissional até então norteadas pelas matrizes norte-americanas. Paulo Netto (1998) refere-se a renovação da profissão no período pós-1964⁸¹, apontando dois marcos da “intenção de ruptura” do Serviço Social: o Método de BH com teses maoístas e althusserianas, além da aproximação teórica com fontes originais de Marx.

É importante destacar o caráter contraditório e ambíguo deste processo de renovação, pois ao mesmo tempo que reforça o respectivo regime autoritário do Brasil, também o questiona e se lhe opõe. Assim, de maneira expressiva esse movimento se opõe à herança conservadora da categoria, vislumbrando novas dimensões teóricas, políticas e ideológicas. Paulo Netto (1998) aponta três direções diferentes neste processo: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo⁸² e a perspectiva de intenção de ruptura. Essa última é a única que se opõe ao conservadorismo, embora tenha se respaldado em interpretações marxistas equivocadas sob inspiração Althusseriana, sob a égide neopositivista, cujos equívocos só foram enfrentados na década seguinte de 1980.

Neste prisma, vale resgatar ainda, a obra de Faleiros *Trabajo Social, ideologia y método*⁸³, publicada durante seu exílio em Buenos Aires (1970), na qual denuncia o “Serviço Social Tradicional”, evidenciando a dimensão política da prática profissional e sua vinculação histórica ao capitalismo e aos interesses da classe dominante, além de denunciar também o seu inconsistente referencial teórico e sua ação prática: empirista, tecnicista e pragmática.

Conforme nos esclarece Paulo Netto (1998), o sincretismo teórico no Serviço

⁸⁰ Paulo Netto (1998) considera o período da autocracia burguesa compreendido entre 1964 e 1979, destacando sua relevância histórica para o Serviço Social, face a expressiva dimensão alcançada.

⁸¹ Para Paulo Netto (1998) esse processo de renovação do serviço social foi bastante contraditório e heterogêneo, contemplando “[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o serviço social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e, disciplinas sociais. [...] A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem.” (PAULO NETTO, 1998, p. 131).

⁸² Resultante de dois seminários (Araxá em 1967 e o de Teresópolis em 1970), pautada na lógica da eficiência/eficácia e a modernização condizente com o governo vigente de cunho desenvolvimentista, reafirmou a matriz tradicional, respaldadas nas correntes sistêmicas (positivistas) e na fenomenologia, reafirmando assim a tradição conservadora, expressa no método de caso, grupo e comunidade.

⁸³ FALEIROS, V. P. (1974).

Social denunciado no Movimento de Reconceituação, a partir de tendências críticas e renovadoras, quanto ao fato do Serviço Social até então estar pautado no saber das ciências sociais de extração positivista e pensamento conservador. Segundo Yamamoto (1992, p. 180), o ecletismo diferencia-se do pluralismo, enquanto o primeiro expressa-se como conciliação no âmbito das ideias, fruto da tradição política conciliadora da nossa formação socio-histórica, já o pluralismo pressupõe o embate de distintas posições.

Em síntese, pode-se considerar que até aquele momento a organização política da categoria era insipiente e inoperante, estando fortemente vinculada às classes dominantes, contribuindo assim para a lógica da produção e reprodução do capital (SILVA, M.I., 2007).

Este cenário tem como marco histórico, em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (III CBAS), em São Paulo, conhecido como o “Congresso da virada”⁸⁴, quando a categoria passa a se colocar em outra perspectiva, como demonstração de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil pelo grande capital em 1964. Como consequência, em 1982, ocorre a elaboração do novo currículo acadêmico, tendo como foco central a categoria trabalho, possibilitando, então, uma primeira aproximação desses profissionais com a classe trabalhadora.

A partir do final da década de 1970, a incorporação do marxismo pelo Serviço Social é avaliada com a crítica superadora do movimento de reconceituação:

Aí são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico. Em termos políticos, questiona-se o basismo, o voluntarismo, o messianismo, o militarismo, o revolucionarismo. (BARROCO, 2006, p. 166-167).

No entanto, adverte a autora, a referida crítica se ateve aos pressupostos da ética tradicional (tomismo e o pensamento conservador), entretanto não evidenciou uma relação entre os equívocos provenientes da aproximação do Serviço Social com o marxismo (Althusser) e a ética nele imputada. E complementa: “[...] não se revelou

⁸⁴ No III CBAS, em São Paulo, de forma organizada, parte da categoria literalmente virou uma importante página na história do serviço social brasileiro, ao destituir a mesa de abertura do evento, constituída por autoridades oficiais da ditadura militar, sendo substituídos por representantes dos movimentos dos trabalhadores, por isso ficou reconhecido como “*Congresso da Virada*”. Nesse sentido, entendemos que esse marco foi a gênese do projeto ético-político da categoria, que avançou-se na década de 1980, consolidou-se nos anos 1990 e continua em processo de construção, fortemente tensionado pelo projeto neoliberal vigente e pelo crescente neoconservadorismo presente no interior do Serviço Social.

a especificidade filosófica do marxismo, especialmente em relação à sua principal referência inicial – o pensamento de Althusser, negador da fundação ontológica das ações ético-morais e da presença de valores na apropriação teórica da realidade.” (BARROCO, 2006, p. 167).

Neste cenário de apropriação da teoria social crítica de Marx pelo Serviço Social, nos esclarece Paulo Netto (2009, p. 693):

Podem-se distinguir, neste processo de inserção do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, dois momentos: um, primeiro, correspondente ao período que vai do fim dos anos 1970 até o final dos 1980 e aquele que então se inicia e se prolonga até hoje. No primeiro, próprio à crise e à derrota da ditadura e ao afluxo dos movimentos democráticos e populares, a referência formal ao marxismo e a Marx tornou-se dominante entre as vanguardas profissionais; houve mesmo uma espécie de moda do “materialismo histórico”. No segundo, sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de “novos paradigmas”. De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.

A década de 1980 é marcada pelo fim da ditadura militar e o processo de redemocratização política do Brasil, cenário este que possibilita bases objetivas para a explicitação das referidas conquistas. Desta forma, percebe-se o amadurecimento da militância político-profissional, evidenciada na organização sindical nacional da categoria, na articulação com as lutas dos trabalhadores e demais entidades representativas da categoria. Segundo Barroco (2006, p. 168) “[...] o *ethos* profissional é auto-representado pela inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador assalariado e cidadão”, além de ressaltar a alteração do currículo orientado criticamente e comprometido com as classes subalternas.

Somente na década de 1980 o Serviço Social se apropria da discussão sobre a vida cotidiana, por meio dos autores Lukács, Heller e Goldman, entre outros. Os avanços teórico-políticos não estão acompanhados de uma reflexão ética sistemática, conforme evidenciado no novo Currículo do Serviço Social de 1982 a 1984, que embora seja um dos marcos de ruptura com o tradicionalismo, não apontava a revisão das duas disciplinas fundamentais para tal reflexão: a Filosofia e a Ética (BARROCO, 2006).

Neste prisma, a autora adverte: “[...] o Código de 1986, de orientação marxista, não consegue superar a visão presente no marxismo tradicional: a que

reduz a ética aos interesses de classe.” (BARROCO, 2006, p. 175). E complementa: “[...] ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre a política e a ética, entre a prática profissional, o Código reproduz as configurações tradicionais da ética marxista.” (BARROCO, 2006, p. 176)⁸⁵.

É importante ressaltar que embora esse processo de revisão teórica e curricular tenha ocorrido ancorado no sincretismo que historicamente é peculiar à profissão e na apropriação fragmentada da obra marxista, foi um período de inegáveis avanços para o Serviço Social, expressos nas produções científicas nos programas de graduação e pos-graduação *stricto sensu*, reafirmando o legado crítico do movimento de reconceitualização, adensado pelo contexto nacional de luta coletiva dos movimentos sociais em prol do processo de redemocratização do país.

Esse cenário fértil possibilitou gerar um projeto profissional crítico que convencionou-se chamar de “projeto ético-político profissional”, que se materializou na década seguinte, configurando-se uma direção para a categoria profissional⁸⁶.

2.2 O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e o contexto neoliberal

A década de 1990 marca uma intensa mobilização da sociedade civil organizada, em prol da ética na política e na vida pública, que culminou no *impeachment* do então presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1992.

No que tange ao Serviço Social, esse período definiu o seu Projeto⁸⁷ hegemônico Ético-Político Profissional gestado na década anterior, formalizado por meio de três elementos: o Código de Ética de 1993 que orienta a atuação profissional, a Lei número 8662/93 que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996.

Conforme os oportunos esclarecimentos de Marcelo Braz (2013, p. 20):

⁸⁵ Esclareceremos esse posicionamento de Barroco mais a frente (p.86-87).

⁸⁶ De acordo com Marcelo Braz (2013, p. 22) “O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 1990 que explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações) que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos CBAS’s dos anos 1990 que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais.”

⁸⁷ Segundo nos esclarece Marcelo Braz (2013, p.20) “Aliás, o termo “projeto” pode dar a idéia, extremamente legítima, de que haveria uma sistematização mais objetiva do mesmo, onde se suporia a existência de um documento único que o expressasse. Esta certa “confusão” se explica pela precocidade do debate e pela pouca produção teórica afeita ao tema.”

Trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade.

Referindo-se a materialidade desse projeto, esclarece ainda:

O entendimento dos elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão. (BRAZ, 2013, p. 23-24)

Concordando com o entendimento de Paulo Netto (1999, p.7), acreditamos que trata-se de “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” Segundo José Fernando Silva (2013, p. 186, grifo do autor):

Como princípios gerais, tal projeto reafirma o compromisso com a equidade, com a justiça social, com a universalização de bens e serviços, com a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, bem como com uma ampla e radical democratização entendida como socialização da riqueza socialmente produzida. No campo da formação profissional, há uma clara defesa do aperfeiçoamento *intelectual* entendido como (auto)formação acadêmica qualificada, permanente e investigativa. O projeto estabelece, ainda, uma relação diferenciada com as pessoas atendidas, endossando o compromisso com o serviço prestado à população e com uma ampla publicidade e participação dos usuários atendidos.

O referido projeto profissional reconhece como valor central a liberdade, a possibilidade concreta de escolhas, por isso se compromete com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais. Esclarecendo que este projeto está vinculado a construção de um novo projeto societário, sem dominação e exploração de classe. Desta forma, se propõe a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e preconceitos, defendendo o direito ao pluralismo e a diversidade democrática. Também defende a equidade, a justiça social, a universalização de políticas e programas sociais, além da socialização da riqueza socialmente produzida.

Para tanto, é fundamental o aperfeiçoamento intelectual do assistente social, conforme afirma José Paulo Netto (1999, p. 16):

[...] formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Contudo que o referido Código de Ética de 1993 expressa a superação das fragilidades do Código anterior de 1986, evidenciando um avanço teórico. No entanto, adverte Barroco (2006, p. 178), “[...] a objetivação de uma consciência ética, nesse momento, expressa uma insatisfação social cujas determinações não são superadas eticamente.” Trata-se da subordinação do Brasil aos interesses político-econômicos do capitalismo internacional, isto é, ao mundo globalizado e ao projeto neoliberal.

Neste sentido, é oportuno destacar, segundo Antunes (2005b), que na década de 1990, em âmbito mundial, ocorre a expansão nefasta do ideário neoliberal, a partir da reestruturação produtiva, com a privatização, o enxugamento do Estado, a política fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, o desmonte dos direitos trabalhistas, o combate acirrado ao sindicalismo de esquerda, a propagação do subjetivismo e individualismo que a cultura “pós-moderna” é expressão.

Além disso, é importante recordar alguns elementos que marcam esse período, entre os quais a crise estrutural do capital eclodida na década de 1970, que se arrasta aos dias atuais sem perspectivas de superação, o fim da experiência pós-capitalista da URSS e países do leste europeu (pretensamente chamados pelos apologistas da ordem vigente de “fim do socialismo” ou ainda “fim do marxismo”), bem como a crise do Estado de Bem-Estar Social⁸⁸, e as profundas mutações no mundo do trabalho, a exemplo do crescente desemprego estrutural, o subemprego, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas.

No caso específico do Brasil, segundo Maria Izabel da Silva (2007; 2010), não houve uma proteção social garantindo minimamente os direitos sociais, considerando que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ocorre na contramão da emergência da ofensiva neoliberal com sua lógica excludente e destrutiva do

⁸⁸ É importante ressaltar que a ascensão do neoliberalismo é marcada pela crise do *welfare state* com características Keynesianas e social-democrata. O Estado keynesiano não efetivou a prometida estabilidade e tampouco garantiu o pleno emprego, além de cair por terra o sonho da social-democracia, que acreditava no Estado interventor como o regulador da relação entre capital X trabalho. A partir daí, prevalece a ideologia neoliberal, pautada na lógica de mercado, sendo referência na regulação da sociedade do trabalho sob os ditames do capital.

capitalismo. Nesta perspectiva, ocorre a (contra)Reforma do Estado, isto é, o Estado Mínimo (para o social e máximo para o capital), sua desresponsabilização com as políticas públicas, as quais são transferidas em grande medida para a sociedade civil, que, envolvida por apelos ético-morais, em nome da solidariedade e da falácia da “responsabilidade social”, passa a ser responsabilizada quanto ao enfrentamento das expressões da “questão social”⁸⁹. Nesta estratégia neoliberal evidencia-se a refilantropização, a modernização de práticas (pi)filantrópicas e a desmobilização da sociedade civil, que passa a ser substituída pelo chamado “terceiro setor”, pautado na lógica da solidariedade e do voluntarismo⁹⁰.

Para a referida autora, essas condições sócio-econômicas e ideo-políticas da década de 1990 refletem diretamente sobre a classe trabalhadora, atingindo duplamente o Serviço Social. Seus profissionais são atingidos enquanto cidadãos e trabalhadores assalariados e enquanto viabilizadores de direitos sociais. Neste cenário, a questão ética emerge como tema central nos debates da categoria, expandindo-se através dos cursos, publicações, meios de comunicação de massa, atingindo a sociedade em geral. As evidentes consequências devastadoras e destrutivas do projeto neoliberal impõem questões de ordem teórico-práticas e ético-políticas à categoria, quanto ao desafio de viabilização do compromisso profissional, conforme preconiza o seu Código de Ética.

Segundo Barroco (2006), a fragilidade teórico-metodológica e operacional do Código de 1986 não respondia a essas questões, que em termos da vertente de ruptura, expressava o desafio de enfrentar a discussão ética no interior da tradição marxista. Nos anos 1980, a ontologia social de Marx aparece na literatura da categoria, sobretudo, nas obras de José Paulo Netto e na interlocução com cientistas sociais e filósofos estudiosos de Lukács, tais como: Coutinho, Antunes, Lessa, e Tonet. Assim, “[...] a assimilação da discussão ontológica ocorre gradativamente, nos anos 80, orientada pelo tema do cotidiano, da reificação, do método crítico-dialético.” (BARROCO, 2006, p. 181).

A autora acredita que a partir do desenvolvimento das teorias de Lukács,

⁸⁹ Para José Paulo Netto (2001, p. 42), a expressão “questão social” teve origem recente (cerca de 170 anos), começou a ser utilizada na primeira metade do século XIX, por pensadores críticos e filantropos de diferentes segmentos sociais e políticos, referindo-se ao acontecimento histórico inegável desse período na Europa Ocidental: o *pauperismo*. Todavia, essa expressão foi capturada pelo ideário conservador (perdeu seu caráter histórico e naturalizou-se) na tentativa emergente de defender a ordem burguesa/capitalista após as tempestades revolucionárias de 1848.

⁹⁰ MONTAÑO, C. (2008).

emerge uma produção ética capaz de desvelar criticamente os principais limites da ética marxista tradicional, isto é, “sua ética utilitarista e a desconsideração dos traços alienados do próprio *ethos* socialista.” Nessa perspectiva, complementa a autora:

[...] por isso, na produção ética dos discípulos de Lukács é evidente a articulação entre a questão ética e a alienação, tendo em vista ser esse o eixo central do desvelamento das possibilidades e impedimentos para a realização de uma ética dirigida à emancipação humana. (BARROCO, 2006, p. 189).

No que tange ao Código de 1993, Barroco (2006) entende que, pela primeira vez na história dos Congressos Brasileiros, o tema da ética compôs os painéis temáticos do VII CBAS. Este Código foi inovador, tratando questões fundamentais à superação do moralismo e o tradicionalismo profissional. Assim, esclarece: “[...] o Código se opõe não apenas ao liberalismo, mas também, ao humanismo cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista. [...] Supera o marxismo anti-humanista porque repõe a ética no interior da práxis.” (BARROCO, 2006, p. 204).

Segundo oportuna análise de José Fernando Silva (2013, p. 107-108):

O Serviço Social termina os anos 1980 e se envereda pelos anos 1990 desencadeando um balanço crítico do legado reconceituado. As tendências reconceituadas se reafirmam, se aprofundam e se desdobram, deixando um legado que seria recuperado no final da década de 1990 e reapareceria no início do século XXI, necessariamente afetado pelo aprofundamento da ordem monopólica flexível no Brasil. Nesse contexto de lutas que se expressavam e se particularizavam no campo profissional entre as matrizes renovadoras (e ainda sob o impacto inicial e gradual da economia flexibilizada na primeira metade dos anos 1990), o projeto de *intenção de ruptura* (Netto, 1991) emerge como força hegemônica e se aprofunda no debate com o marxismo a partir das fontes originais. Importantes obras, artigos e trabalhos em geral (também publicizados por meio de anais de congressos) são editados a partir do início dos anos 1990 como resultado de estudos e pesquisas, com forte balanço crítico que se adensou recuperando as conquistas da proposta de Belo Horizonte (Santos, 1983) e de sua ampla e diversificada repercussão.

Na década seguinte, com a vitória nas eleições presidenciais em 2002, ocorre a ascensão do Partido dos Trabalhadores - PT à Presidência da República em 2003. No entanto, de acordo com José Paulo Netto (2004, p. 14) “Aquilo que era satanizado pela oposição petista é entronizado pelo governo petista [...]”, tendo em vista a continuidade da política governamental do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, “[...] o prosseguimento e o aprofundamento da macroorientação econômica herdada da era FHC” e os resultados “absolutamente medíocres” (PAULO NETTO, 2004, p. 14-15). Trata-se da continuidade de implementação do projeto neoliberal, e citando Francisco de Oliveira que afirma tratar-se de “um

terceiro mandato de FHC” (PAULO NETTO, 2004, p. 17).

Desta forma, José Paulo Netto (2004) aponta a estreita relação histórica evidenciada a partir dos anos 1980 entre o Serviço Social e o Partido dos Trabalhadores, sobretudo, a partir dos anos 1990, visto que “[...] os imperativos prático-políticos do projeto profissional tinham no PT – na sua ação oposicionista e na sua retórica – um aliado fundamental.” (PAULO NETTO, 2004, p. 23). Entretanto, esta parceria é colocada à prova, face a incompatibilidade desses dois projetos, conforme constatado no exercício de governo do Partido dos Trabalhadores – “Lula”, a partir de 2003, revelando-se puro continuísmo em relação ao governo conservador anterior de Fernando Henrique Cardoso, face a manutenção da implementação das políticas neoliberais e a macro-orientação econômica herdada de FHC⁹¹.

Neste prisma, é oportuno recordar o respectivo cenário mundial, segundo Maria Izabel Silva (2007, p. 42), sobretudo a partir do Consenso de Washington, no qual delinea-se as diretrizes de ajustes fiscais, elaboradas pelos organismos internacionais, o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano (BID) e Organização Mundial do Comércio (OMC), destinadas, sobretudo, aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Tais diretrizes estão centradas, em especial, na reforma do Estado, isto é, a (contra)Reforma do Estado⁹², ao qual é atribuída grande parte da crise estrutural do capital, eclodida no final da década de 1970 e que teve como respostas: o projeto neoliberal e a reestruturação produtiva flexível.

No que tange ao contexto dos anos 1990, cujos traços principais são:

1. a enorme proliferação do neoliberalismo em toda a América Latina, com exceção de Cuba;
2. o desmoronamento do chamado “socialismo real” e a prevalência equivocada da tese que propugnava a vitória do capitalismo;
3. a social-democratização de parcela substancial da esquerda e seu influxo para a agenda social-liberal, eufemismo usado para “esconder” sua real face neoliberal. (ANTUNES, 2011, p. 144).

Referindo-se ao cenário brasileiro, afirma José Paulo Netto (2004, p. 13):

⁹¹ Referindo-se ao governo de Lula, afirma Antunes (2006, p. 49) “Na ponta de cima, atendeu de modo impressionante aos interesses dos grandes bancos, que lucraram muito mais do que no governo FHC. E, na ponta de baixo, em relação aos miseráveis, fez uma política assistencialista vergonhosa para a esquerda, mas que rende votos”, acrescentando “O governo do PT é um servo que realiza com presteza as imposições do Fundo.” (ANTUNES, 2006, p. 40). E adverte “o governo Lula [...] tornou-se uma espécie de paladino do neoliberalismo.” (ANTUNES, 2006, p. 46), concluindo “Lula não é um dos seus, mas faz o que querem: é o servo ideal” (ANTUNES, 2006, p. 50).

⁹² Segundo Behring (2003), ocorre uma verdadeira contra-reforma conservadora, com natureza destrutiva e regressiva, conduzida de forma tecnocrática e antidemocrática.

[...] o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assume a prática “neoliberal” que combateu frontalmente durante a era de FHC – como o comprovam, sobejamente, as relações com o FMI e a condução da contra-reforma do Estado. [...] o governo capitaneado pelo PT excede as exigências daquela agência do grande capital, por exemplo acrescentando o percentual do superávit primário; [...] o indecoroso prosseguimento da reforma previdenciária chegou a um limite a que não se alçou o governo FHC – e ainda não veio à tona a magnitude das alterações que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva pretende imprimir às legislações trabalhista e sindical: pode-se esperar para ver, mas tudo indica que, também aqui, o “espírito” ideológico que inspirou o Consenso de Washington será rigorosamente desposado.

Nesta perspectiva, sob a égide da barbárie neoliberal, segundo Maria Izabel Silva (2007), de acordo com as referidas diretrizes implementadas pelos governos neoliberais, inclusive o PT⁹³, a partir da reestruturação produtiva, com a privatização, o enxugamento do Estado, a política fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, citados anteriormente, o desmonte dos direitos trabalhistas, o combate ao sindicalismo de esquerda, a difusão do subjetivismo e individualismo que são expressões da chamada cultura “pós-moderna”. Isso provoca profundas alterações no mundo do trabalho, entre as quais o crescente desemprego estrutural, o subemprego, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, contraditoriamente ao discurso e promessas feitas durante a campanha eleitoral, quanto a valorização e especial atenção para com os trabalhadores brasileiros que os elegeram e os quais os representou no passado.

Neste prisma, é igualmente importante ressaltar a questão da ética, ou melhor dizendo, a falta de ética dos governos petistas, cuja governabilidade em grande medida se dá, após traição aos trabalhadores, através de compras a altos preços no parlamento e a acordos “inescrupulosos”, antes inaceitáveis e inadmissíveis pelo próprio partido. Como consequência dá-se o agravamento do processo de despolitização da população brasileira, movido pela decepção, descrédito e total desesperança. Referindo-se a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores,

⁹³ Governo petista Luis Inácio Lula da Silva, antes de esquerda, foi eleito com o apoio maciço dos trabalhadores, a quem no passado representava enquanto sindicalista, se comprometendo em campanha eleitoral a defender seus interesses, todavia no decorrer de sua gestão (2003 – 2010), assim como o governo atual de Dilma Russef, reforçou e deu continuidade a política neoconservadora do governo anterior Fernando Henrique Cardoso, revelando-se puro continuísmo, sobretudo quanto a implementação das reformas neoliberais, tendo reflexo perverso no país, em vários âmbitos, sobretudo ideológico, expresso na desmotivação política popular por falta de referência e de perspectivas. Também provocou uma avalanche de escândalos de corrupção envolvendo a cúpula do PT e seus aliados diversos – conhecido como o “mensalão”, os quais foram julgados e condenados por vários crimes, em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido presos. Contudo, a prisão dos mesmos tem sido permeada por tratamentos privilegiados e mordomias, historicamente oferecidos às classes favorecidas.

afirma Antunes (2006, p.45):

[...] o PT chegou, ao final de 26 anos de sua história, como um partido tradicional. É uma espécie de PMDB do século XXI – versão, eu diria, até piorada, se analisarmos as alianças que o PT fez nos últimos anos, que evidenciam sua completa falta de escrúpulos e de limite.

Conforme nos esclarece Antunes (2011, p. 147), trata-se de “[...] um governo que *fala para os pobres, vivencia as benesses do poder e garante boa vida dos grandes capitais*. Uma espécie de *semibonaparte* (para lembrar Engels e Trotski) [...]”. E complementa “Se não fosse trágico, poder-se-ia dizer que o *partido e o seu líder, que surgiram na luta de classes, converteram-se em incentivadores da luta intraclasse*” (ANTUNES, 2011, p.147, grifo do autor). Desta forma, postula:

[...] o governo Lula articulou as duas pontas da barbárie brasileira: sua política econômica remunerou como nenhuma outra as diversas frações burguesas e, no extremo oposto da pirâmide social, onde encontramos os setores mais desorganizados e empobrecidos da população brasileira, que dependem das doações do Estado para sobreviver, ofereceu uma política assistencial, sem tocar sequer minimamente em nenhum dos dois pilares estruturantes da tragédia brasileira (ANTUNES, 2011, p. 146-147).

No que tange a pretensa atribuição desse período Lula como “novo” desenvolvimentismo, nos esclarece Gonçalves (2012, p. 1-3):

[...] o conceito foi apropriado politicamente para destacar a (falsa) inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, as (pretensas) mudanças estruturais e o desempenho econômico do país durante o governo Lula. O intuito dessa apropriação (indevida) é diferenciar o governo Lula da experiência neoliberal e do desempenho (mediocre) do governo FHC. [...] o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*), da mesma forma que o Consenso de Washington, o Pós-Consenso de Washington e as formulações da Nova Cepal.

Diante do exposto, José Paulo Netto (2004, p. 23) acredita que o cenário nacional do governo petista põe à prova a categoria profissional, especificamente quanto a “[...] *autonomia política para conduzir o denominado projeto ético-político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990*.” Nas palavras do autor:

A continuidade desta relação explica-se por uma razão elementar: a substancialidade do projeto ético-político – cuja necessária derivação prático-programática redundava, para dizê-lo em termos sintéticos, na defesa de políticas sociais de caráter estatal e universal, garantidoras e ampliadoras de direitos de cidadania – encontrava (ainda que não exclusivamente) no PT um parceiro e suporte insubstituível. (PAULO NETTO, 2004, p. 23).

Com este entendimento, implica em “[...] compreender o que está envolvido nesta prova supõe retomar componentes histórico-políticos muito expressivos da gênese e do desenvolvimento desse projeto.” (PAULO NETTO, 2004, p. 22). Vale destacar, conforme denuncia Paulo Netto, a captura de parte da vanguarda do Serviço Social, assumindo cargos governamentais, tornando os assistentes sociais defensores de políticas governamentais, o que implica problemas cruciais de ordem política, não condizentes com a direção social definida pela categoria. Considerando que o Serviço Social não é partido político e nem pode ser confundido com a posição político partidária, entretanto, deve-se ter coerência entre o que se propõe coletivamente e o que de fato os profissionais efetivam no seu cotidiano profissional.

Assim, trata-se de um momento importante de reflexão para a organização política da categoria, pressupondo um amplo debate coletivo, envolvendo o confronto de ideias e posições distintas, reiterando os pressupostos democráticos que culminaram no seu Código de Ética de 1993, que norteia a formação acadêmica e sua intervenção profissional, comprometida com os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania.

Contudo, adverte Barroco (2006, p. 207):

[...] considerando que o cenário que se inscreve o processo de legitimação do projeto profissional conectado ao Código de 1993 é pleno de conflitos e desafios; seja em sua fundamentação teórico-filosófica, seja na sua dimensão prática, opera abertamente na contracorrente da conjuntura.

Desta forma, o desafio para o Serviço Social, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2004, p. 79):

[...] é o de uma tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho.

Nesse sentido, afirma a referida associação “O desafio maior com o qual nos defrontamos é o de avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho.” (ABEPSS, 2004, p. 79). Conforme nos indica Braz (2013, p. 25) “O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização, bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e

iluminadas pelas mesmas análises”. Para tanto, torna-se imprescindível:

Reafirmar a importância da contribuição marxiana e de sua tradição para o Serviço Social nos dias atuais significa, necessariamente, perquirir e radicalizar a direção social empreendida por meio do Projeto Ético-Político Profissional, no Brasil, a partir do legado deixado pela perspectiva de “intenção de ruptura” na era pós-reconceituada (formulada, sobretudo, com maior maturidade, na década de 1990), sem deixar de reconhecer as bases conservadoras e reformistas que marcaram a gênese do Serviço Social no mundo e no Brasil (ontologicamente dadas – portanto, insuprimíveis sob a ordem burguesa). Essa afirmação possui o exato sentido de que o legado marxiano e o de parte de sua tradição são essenciais à crítica radical do Serviço Social, desde a sua gênese até os dias atuais. (SILVA, J.F.S., 2013, p. 221).

Nessa perspectiva, conforme nos indica José Fernando Silva (2013, p. 222), ao assumir essa direção no atual contexto, significa “[...] rechaçar toda e qualquer espécie de endogenia que se proponha a explicar o Serviço Social a partir de si próprio, como um movimento que se basta e se autoexplica.”

Diante do exposto, este breve resgate histórico do Serviço Social no Brasil, evidenciou uma profissão que surge no contexto getulista vinculado a Igreja Católica, de cunho conservador, paternalista e legitimador dos interesses das classes dominantes. No decorrer de sua trajetória histórica se constrói de forma articulada com o respectivo contexto histórico, na qual se institucionaliza, expande quantitativamente, se apropria de novos referenciais teóricos, rompe com o conservadorismo e, finalmente, assume compromisso com a classe trabalhadora (da qual faz parte), formalizado por meio de seu projeto hegemônico ético-político, contemplando o Código de ética de 1993 que norteia o exercício profissional, a Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, tendo como valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social⁹⁴.

Há de se considerar a problemática envolvendo esses três pilares: as diretrizes curriculares foram amplamente reduzidas a partir da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996, o que acabou comprometendo a formação profissional; a Lei de regulamentação da profissão existe apenas formalmente, haja vista a inegável precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais; além disso, conforme postula Paulo Netto citado por José Fernando Silva (2013), o “golpe de misericórdia” da captura da vanguarda do Serviço Social pelo governo petista, que

⁹⁴ No entanto, há de se considerar os desafios e as sérias implicações que esses valores “éticos” representam sob a lógica do capital. Além disso as categorias democracia e cidadania tem sido inegavelmente pervertidas no cenário neoliberal, inclusive sob o governo do partido dos trabalhadores, demonstrando a impossibilidade efetiva de transformação social sob a lógica do capital, sendo portanto imprescindível a superação da ordem burguesa.

passa a assumir responsabilidades de gestão, tornando-os defensores das políticas governamentais, numa perspectiva inegavelmente incoerente com o que se propõe o projeto ético político, isto é a “direção social” (PAULO NETTO, 1999) da categoria.

No entanto, é importante ressaltar, conforme nos orienta Marx, a realidade se materializa independentemente da vontade individual dos sujeitos que a vivenciam, neste caso os assistentes sociais. Além disso, apresenta imensos dilemas e desafios ao Serviço Social, especialmente quanto a necessidade de avançar na consolidação e implementação do referido projeto profissional, inscrevendo seus princípios no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais neste atual contexto neoliberal extremamente complexo e adverso e contrário aos seus princípios norteadores.

O desafio está lançado à toda categoria profissional de Serviço Social, cuja efetivação certamente passa pelo viés político, teórico, mas, sobretudo, pela ação profissional cotidiana legitimadora de interesses e projetos diversos, que infelizmente pode ser de manutenção e legitimação da ordem vigente neoliberal, mas também de ação efetiva emancipatória e transformadora. E é com este último viés que esperamos que o Serviço Social continue avançando na legitimação de seu Projeto Ético-político, para o qual torna-se imprescindível uma retomada da crítica à economia política, em Marx.

Cumpramos ressaltar que trata-se de um debate desafiador e tenso, considerando que o Serviço Social é uma profissão interventiva, situada na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, atuando nos programas e projetos sociais vinculados ao gerenciamento da pobreza, na medida em que busca responder as expressões da questão social. Já a teoria social crítica de Marx sob o ponto de vista da totalidade, desvela as contradições intrínsecas da sociedade capitalista, o metabolismo de produção e reprodução ampliada do capital, com vistas a superação da ordem burguesa e da emancipação humana. Conforme nos esclarece Mézáros (2002 apud SILVA, J.F.S., 2013, p.16):

O pauperismo, travestido de “questão social”, como o ponto de intersecção entre Marx, sua tradição e o Serviço Social se expressa, portanto, com uma diferença específica de administrar suas insuperáveis tensões que se particularizam na esfera da vida social e, por outro lado, uma perspectiva revolucionária comprometida com a construção de uma sociedade “para além do capital.

Para tanto, torna-se mister retomar algumas categorias ontológicas cruciais ao debate marxista, entre as quais a autonomia, a revolução e a emancipação humana, entre outras. No entanto, há que se considerar que essa apropriação seja efetivada sem cair nos inegáveis equívocos do passado, reduzindo a teoria marxiana e a tradição marxista ao marxismo vulgar, evitando ainda o histórico messianismo, o idealismo ou ainda o teorismo estéril, que em nada contribui.

A efetivação do referido projeto profissional, considerando seus limites e contradições que lhes são inerentes, dependerá do adensamento e aprofundamento teórico crítico dos assistentes sociais, ao decifrarem a realidade caótica sob a perspectiva da totalidade, assumindo uma direção social coletiva de resistência que vai além do próprio Serviço Social, a partir da profícua articulação orgânica com outras instâncias representativas. Para tanto, torna-se imprescindível considerar os imensos desafios face as inegáveis determinações adensadas no cenário contemporâneo, reafirmando a luta de classes, a centralidade da categoria trabalho (e da classe trabalhadora), compreendendo a “questão social”, isto é o pauperismo como expressão da lei geral de acumulação capitalista, conforme genialmente nos orientou Marx.

No que tange a formação dos assistentes sociais, é oportuno ressaltar os graves problemas enfrentados no âmbito da educação superior brasileira nas últimas décadas, quanto a profunda decadência da pesquisa e da produção do conhecimento, conforme indica Lukács (1981, p. 109-131), bem como o sucateamento das universidades públicas no Brasil, evidenciado tanto na precarização da força humana que trabalha (entre os quais destacamos: a terceirização, a ausência de concursos públicos, a contratação de professores substitutos e estagiários, etc), quanto na queda da qualidade do ensino superior. Assim, percebe-se a supervalorização e expansão do ensino privado de qualidade duvidosa⁹⁵, com o agravante do ensino a distância e o sucateamento do ensino público, demonstrando o descompromisso com a produção do conhecimento. (SILVA; SILVA, 2011).

No atual cenário, sob a égide da barbárie neoliberal e a reestruturação produtiva flexível, vivenciamos a reestruturação universitária em curso com a

⁹⁵ Embora a maioria dos assistentes sociais brasileiros sejam graduados em instituições privadas, não há pesquisas que de fato demonstrem a qualidade dessa formação. O exame de proficiência poderia ser uma maneira de avaliação da formação profissional, seja ela presencial pública ou privada ou ainda na modalidade a distância. (SILVA, J.F.S., 2013).

subordinação da educação ao mercado, sendo, portanto uma mercadoria subjugada aos interesses do capital, impactando irreversíveis mutações nas relações de trabalho nas universidades públicas brasileiras, evidenciadas, entre outras formas, a partir da atual deterioração dessas instituições, conforme supracitado, em prol da valorização das instituições privadas de ensino superior, sob a lógica de mercado e visando a acumulação de capital.

Dessa forma, é importante esclarecer que na perspectiva liberal, a totalidade é um sonho subjetivista impossível, haja visto que ele nega as contradições, acreditando no ideal de um mundo coeso. Com este entendimento, acredita-se os liberais, entre os quais Hayek, o mercado é o agente que potencializa o surgimento das identidades coletivas que redundará no ajuste da sociedade. Para tanto, aposta na ciência de cunho conservador mecanicista, oriunda das ciências naturais e biológicas. Neste prisma, pensa a educação a partir da visão de mundo que se tem (que não é neutra, como acreditava Weber e seus seguidores), pressupõe a visão de homem do futuro a partir do que se tem no presente.

Tais pressupostos de cunho liberal influenciaram em grande medida a formação humana, no final do século XX e início do século XXI, levando as pessoas a sonharem com sua ascensão social via processo educativo, o que é uma grande utopia para boa parte da população, que certamente não terá alcançado seus objetivos. Trata-se, portanto de uma fábrica de sonhos, uma grande ilusão, tanto o fato da formação pretensamente viabilizar sua inserção no chamado “mercado de trabalho” (não existe garantias de nada), bem como sua ascensão por meio deste.

Considerando esse contexto complexo e adverso e seus nefastos reflexos na formação profissional, entendemos que para o Serviço Social contribuir com a tão necessária emancipação social, é fundamental que o assistente social conheça e articule as inúmeras mediações que permeiam o interior da dimensão ética da profissão, embasado por um referencial teórico que o norteie a decifrar a realidade em sua totalidade, sendo imprescindível a pesquisa e/ou diálogo amplo com as diversas áreas de conhecimento, possibilitando assim redirecionar as suas ações profissionais. Essas ações tanto podem ser limitadoras e gerar sentimentos de impotência perante uma dada realidade de intervenção, como também podem ser potencializadoras de uma direção emancipatória alicerçada na construção coletiva de um outro projeto societário. Para tanto, torna-se mister considerar o cotidiano como categoria reflexiva para o exercício profissional, possibilitando assim uma

análise da realidade em sua totalidade numa percepção crítica dos fatos da vida social, visando uma práxis transformadora e reais possibilidades de transformação da sociedade.

A fragmentação econômica, social e política, imposta pela atual face do capitalismo, segundo Chauí (1999, p. 221), corresponde a “[...] uma ideologia automeada pós-moderna”, pretendendo “[...] marcar a ruptura com as ideias clássicas e ilustradas, que fizeram a modernidade.” Segundo essa ideologia:

[...] a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes [...] a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade. (CHAUÍ, 1999, p. 221).

Assim sendo, a pesquisa nessa universidade, “[...] não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa”, configurando-se apenas em “[...] estratégia de um campo de intervenção e controle.” Assim, conclui “[...] é evidente que não há pesquisa na universidade operacional.” (CHAUÍ, 1999, p. 222). Por fim, a autora resume:

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (CHAUÍ, 1999, p. 222).

No caso específico do Serviço Social, face as dificuldades apontadas anteriormente, percebe-se além da decadência e o pragmatismo teórico-prático⁹⁶, a influência nefasta do pensamento “pós-moderno” e do histórico conservadorismo que lhe é peculiar desde sua criação, que são reatualizados face a formação inconsistente e precária, reafirmando o ecletismo e sincretismo teórico presente desde sua origem.

2.3 Elementos introdutórios sobre o debate das obras de Ricardo Antunes no Serviço Social

⁹⁶ José Fernando Silva (2013).

Conforme já mencionado, este estudo pretende contribuir com a produção do conhecimento, em especial com o relevante e polêmico debate sobre a categoria trabalho, o qual tem sido foco de inúmeros estudos e expressivas controvérsias no âmbito acadêmico. Para tanto, é importante considerar no atual contexto de crise estrutural do capital em escala global sem precedentes, prevalecem leituras equivocadas centradas na pretensa ideia do fim do trabalho, da sociedade do trabalho, do potencial revolucionário do trabalho (e da classe trabalhadora), e na impossibilidade de superação do capitalismo. Essa equivocada interpretação sobre o mundo do trabalho, vinculada ao pensamento pós-moderno tem influenciado sobremaneira o âmbito acadêmico, conforme a “decadência ideológica” apresentada por Lukács.

O Serviço Social numa perspectiva contra-hegemônica posicionou-se criticamente a essa avalanche “pós-moderna”, não se submetendo as equivocadas teses do “fim do trabalho” e “fim da história”, fundamentando-se na teoria social crítica marxista, manifestou-se através de seus órgãos representativos CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. Ressaltando que essa perspectiva crítica marxista é o principal referencial teórico do Serviço Social de forma hegemônica e não homogênea, haja visto a inegável influência e adesão de muitos assistentes sociais ao pensamento “pós-moderno”, assim como o conservadorismo histórico que lhe é peculiar.

Neste sentido, é importante ressaltar que nas Diretrizes Curriculares e no Código de Ética do Serviço Social, a temática trabalho ocupa lugar de destaque, sendo eixo central na interpretação das relações sociais da ordem burguesa. O Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão social do trabalho, se defronta no seu cotidiano com as manifestações concretas do mundo do trabalho: a questão social e suas múltiplas expressões, a exemplo da saúde do trabalhador, o desemprego, a miséria, a pobreza, o trabalho infantil, a violência familiar e em geral, a questão da terra e da habitação, entre tantas outras. As expressões da questão social surgem da relação antagônica entre capital X trabalho, reafirmando o espaço sócio-ocupacional do assistente social, cuja ação profissional se viabiliza através de políticas sociais, programas, projetos sociais, etc. Em suma, o assistente social busca dar respostas aos desdobramentos das contradições sociais intrínsecas a sociedade capitalista.

Entretanto o Serviço Social não fica imune a referida avalanche de equívocos no universo acadêmico, percebe-se claramente que muitos assistentes sociais tem sido influenciados pelas chamadas teorias “pós-modernistas”. Além disso, prevalece uma visão reducionista e equivocada predominante no Serviço Social, uma leitura

endógena, focada em si, o que só agrava a situação, embora reconheçamos que haja uma minoria crítica respeitável que heroicamente tem resistido, entre os quais destacamos por aproximação neste trabalho José Paulo Netto, Marilda Vilela lamamoto, Maria Lúcia Barroco e Carlos Montañó.

Desta forma, este estudo pretende contribuir com essa importante discussão no Serviço Social, demonstrando que ela é imprescindível para essa profissão, que estando na divisão sócio-técnica do trabalho, atua nas múltiplas expressões da questão social.

Assim sendo, considerando o rigor teórico marxista de Ricardo Antunes, além de ser um autor amplamente citado e respeitado pelo Serviço Social, este estudo parte da investigação de como os assistentes sociais tem se apropriado das discussões sobre a categoria Trabalho, tendo como referência as duas obras clássicas de Ricardo Antunes – “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*”⁹⁷ e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”⁹⁸. Para tanto, inicialmente apresenta uma incursão preliminar sobre os trabalhos publicados nos eventos mais relevantes da categoria: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010)⁹⁹.

Trata-se de um dos autores mais conceituados e respeitados atualmente no âmbito das ciências sociais e humanas, no Brasil e no âmbito internacional, por sua ampla abordagem teórica acerca da categoria trabalho, ancorado em Marx e Lukács, revelando seu comprometimento com a emancipação humana, sendo portanto um dos interlocutores mais referenciados no Serviço Social.

Cumpramos resgatar que no período da publicação das referidas obras (décadas de 1990 e 2000), situação que ainda se mantém, predominam teorias fragmentadas “pós-modernas”, sob a égide da barbárie neoliberal, as quais desconsideram o papel central, ativo e transformador do trabalho e da classe trabalhadora. Dentre elas

⁹⁷ De acordo com a declaração de Alain Bihl, em sua contra capa “Ricardo Antunes, com este livro, coloca-se decididamente na contracorrente da ideologia dominante. Sem cair nas facilidades desta última, ele nos oferece uma análise minuciosa das transformações que atingem hoje em dia a realidade do trabalho, tanto de maneira objetiva quanto subjetiva. Para além da ideologia do “[...] fim do trabalho”, apresenta uma refutação sem dúvida definitiva, mostrando que ela se assenta na confusão que costuma haver entre trabalho concreto e trabalho abstrato (e, com isso, somos remetidos a Marx).”

⁹⁸ Conforme já afirmado neste estudo, cumpre esclarecer que a escolha dessas obras clássicas se justifica pela sua significativa importância para este relevante debate, tendo sido inegavelmente um divisor de águas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

⁹⁹ Também pretende evidenciar se a pretensa polêmica do Serviço Social ser (ou não) trabalho é de fato uma discussão da categoria, ou se trata apenas de alguns profissionais (grupo de M. lamamoto X S. Lessa).

destaca-se a obra de André Gorz: “*Adeus ao proletariado*”, cuja previsão do fim do trabalho (e do proletariado enquanto classe revolucionária), elaborada a partir da visão equivocada sobre a redução expressiva do operariado industrial, teve expressiva repercussão no âmbito acadêmico e político. Para Antunes (2005a, p.17) “Ensaio muito instigante e abusivamente problemático, *Adeus ao Proletariado* tentava questionar, na raiz, a revolução do trabalho e desse modo ajudava a desnortear ainda mais a esquerda tradicional.”

Em resposta a essas teses equivocadas, entre as quais a de Gorz, Ricardo Antunes publicou em 1995 a primeira edição de “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” com o objetivo de “[...] *tentar oferecer*, com o olhar situado neste canto particular de um mundo marcado por uma *globalidade desigualmente articulada*, alguns elementos e contornos básicos presentes neste debate.” (ANTUNES, 2005a, p. 18, grifo do autor). Para o autor, na década de 1980, a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu sua mais aguda crise do século XX, atingindo sua materialidade e subjetividade, afetando a sua forma de ser.

Posteriormente, complementando a obra anterior, em 1999, publicou “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”, na qual Antunes se contrapõe a outras teses que buscavam invalidar a centralidade do trabalho pela perda de sentido da teoria de valor ou pela substituição do valor-trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa e informacional, conforme acredita Habermas, se contrapondo a formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria do valor.

Vale ressaltar que essas teses defendidas por Ricardo Antunes tiveram expressiva relevância e repercussão nas universidades, nos movimentos sociais, nos sindicatos dos trabalhadores e nos espaços de esquerda, entre outros, a partir do reconhecimento da centralidade da classe trabalhadora (a *classe-que-vive-do-trabalho*) na transformação social contemporânea, sendo, portanto, um novo paradigma no âmbito das ciências sociais e humanas.

Desta forma, entendemos que estas obras de Ricardo Antunes são imprescindíveis para fomentar e subsidiar o debate polêmico e muito pertinente sobre a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, bem como trazem elementos analíticos fundamentais para também fazermos a discussão pertinente o trabalho do assistente social na contemporaneidade.

Por fim, como resultados desta pesquisa bibliográfica e empírica, na forma de tese de doutorado, esperamos contribuir na produção de conhecimentos para o Serviço Social (e áreas afins), a partir desta discussão teórica tão relevante e oportuna atualmente à categoria, bem como evidenciar a importância das referidas obras de Ricardo Antunes como um divisor de águas no âmbito das ciências sociais e humanas, evidenciando a possibilidade real de emancipação humana enunciada por Marx no século XIX.

Para tanto, inicialmente, realizou-se uma análise preliminar das produções científicas publicadas nos eventos mais relevantes da categoria no Brasil (CBAS - 2007/2010 e ENPESS - 2008/2010), com o intuito de apreender como o Serviço Social tem se apropriado do debate do trabalho, a partir das obras de Ricardo Antunes.

Assim sendo, após esses breves e relevantes esclarecimentos históricos, resgatados a partir da teoria social crítica marxiana e marxista, os próximos subitens do capítulo II demonstram como o Serviço Social tem se apropriado do debate sobre a categoria trabalho, priorizando a interlocução com Ricardo Antunes, a partir de suas obras *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”* e *“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.”*

Tendo em vista a complexidade da temática trabalho, considerando suas implicações de ordem teórica e política, este estudo se posiciona a favor do trabalho (e da classe trabalhadora), enquanto categoria fundante da sociabilidade humana e defendendo-o como potência emancipatória na luta de classes.

Com esse entendimento, reiteramos que a escolha das referidas obras clássicas de Ricardo Antunes se justifica por seu inegável reconhecimento e respeitabilidade em âmbito global, revelando seu inquestionável comprometimento com a emancipação humana, sendo, portanto uma leitura obrigatória para todos aqueles comprometidos com a luta de classes e que acreditam na possibilidade efetiva de superação da ordem burguesa. Ricardo Antunes faz parte da minoria crítica que não se subverteu aos pretensos encantos da pos-modernidade que inegavelmente tem pervertido o espaço acadêmico e político contemporâneo.

2.4 O Serviço Social e a Categoria Trabalho

Inicialmente, cumpre resgatar o direcionamento das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no qual o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo. Nas referidas diretrizes, a discussão sobre a inserção do assistente social nos *processos trabalho* é de fundamental importância para a organização curricular do curso de Serviço Social, e para o entendimento das particularidades da profissão na divisão social do trabalho.

A temática *processos de trabalho e Serviço Social* começou a ser discutida pelos assistentes sociais a partir do momento em que a profissão estabeleceu a interlocução com a teoria social crítica, o que propiciou as condições teóricas e históricas para o debate. Nesta perspectiva, o Serviço Social, nos anos de 1990 e 2000, produziu significativas pesquisas sobre a temática trabalho, com heterogêneas abordagens, o que resultou em relevante contribuição teórica para as ciências sociais e humanas. Esse movimento colocou para a categoria a polêmica discussão sobre a identificação entre Serviço Social e trabalho. Nesse sentido, põe em pauta dois amplos eixos de análises:

- A) Serviço Social é trabalho e se insere como profissão nos diversos processos de trabalho;
- B) o Serviço Social não é trabalho se tomado como referência limitada e equivocada de alguns pesquisadores a concepção marxiana do que é trabalho, isto é, enquanto produtor direto de mais-valia.

Em âmbito nacional o principal debate sobre o Serviço Social ser ou não trabalho concentra-se na produção teórica de Lamamoto (1998; 2000; 2007) e Lessa (2007a; 2007b). De forma sintética, a polêmica situa-se na afirmação de Lamamoto, que alega o Serviço Social ser trabalho em razão de estar situado na divisão sócio-técnica do trabalho na esfera da organização e valorização do capital e, portanto, é analisado como trabalho na reestruturação produtiva, sendo situado no setor de serviços. Os assistentes sociais, em muitos casos, estão inseridos no trabalho coletivo, por exemplo, nas organizações empresariais. Em contrapartida, Lessa afirma que o Serviço Social não é trabalho, principalmente, se tomar a concepção marxiana de trabalho como estatuto ontológico em que o trabalho se afirma como categoria fundante da existência humana e do metabolismo entre homem e natureza.

A análise do Serviço Social como trabalho inserido no processo histórico nos remete à dinâmica do setor de serviços e, particularmente, no campo das políticas sociais na fase monopolista de expansão do capital. O debate sobre os processos de trabalho e Serviço Social deve ser situado na compreensão do significado sócio-histórico da profissão, a partir da análise das relações sociais e da divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 1998; 2000; 2007).

Os processos de trabalho são, sobretudo, as combinações das formas e dos espaços de realização da produção sob certas condições, as quais são determinadas pelas relações sociais vigentes numa dada formação social. Os processos de trabalho que o Serviço Social se insere devem ser pensados na sua articulação histórica com as mudanças do desenvolvimento capitalista, com destaque às relações técnicas e organizacionais que lhe são intrínsecas.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho sofre os impactos das alterações sofridas no interior do modo de produção capitalista. As mudanças no mundo da produção incidem diretamente sobre todas as esferas – política, econômica e social – da sociedade e determinam as modificações no setor de serviços e, conseqüentemente nos processos de trabalho que os assistentes sociais se inserem. Todavia, não podemos deixar de problematizar os elementos constitutivos dos processos de trabalho e Serviço Social sem levar em consideração a submissão que o capital inflige ao trabalho, principalmente da lógica que movimenta a produção de mercadorias e que se verifica na própria prestação de serviços e na forma como o trabalho do assistente social se insere no movimento de acumulação e produção da mais-valia, traços característicos do modo de produção da vida material capitalista.

Essas afirmações nos impõem a discussão sobre os processos de trabalho no setor de serviços e nos remete a analisar o que é trabalho produtivo e improdutivo. Almeida (1996), ao analisar trabalho produtivo e improdutivo, parte de Marx e busca elementos em Braverman, no seu livro *Trabalho e capital monopolista*. As mudanças na esfera da produção como na distribuição do excedente geraram dupla dimensão do trabalho improdutivo, que conservou, na fase monopolista, sua distinção em relação ao trabalho produtivo, ou seja, o fato de não produzir mais-valia, mas que acabou estruturando-se, na sociedade moderna, da mesma forma que o trabalho produtivo. Esta colocação é o ponto nodal que afirma o Serviço Social ser trabalho e, por conseguinte, assegura a inserção do Serviço Social nos processos de trabalho,

como uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 1998).

Com as mudanças no mundo do trabalho, especialmente os avanços da tecnologia a partir dos anos 1970 e as novas formas de produção, circulação e consumo do capitalismo mundializado, a discussão sobre o processo de trabalho, no setor de serviços, ganhou novos elementos à medida que houve a combinação de velhas e novas formas de controle do trabalho, assim como de novas e velhas bases de organização social da produção, que nas atuais circunstâncias passam a compor um cenário econômico e político que, aparentemente, conserva ou reatualiza os padrões de organização da produção.

No capitalismo contemporâneo, há uma dinâmica de acumulação que cria novos processos e postos de trabalho com a incorporação crescente de tecnologia de última geração e, ao mesmo tempo, incrementa processos de trabalho pautados na larga utilização precária da força de trabalho, como a terceirização. O setor de serviços, no conjunto das contradições da produção social capitalista, incorpora o “velho” e o “novo” entrando no processo de valorização do capital ao cooptar a grande maioria das formas de trabalho improdutivo pelo círculo do capital. O setor de serviços que, em outras épocas ocupava uma posição marginal no sistema capitalista, se expande e passa a ter uma contribuição considerável no capital social agregado.

O assistente social, como profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, situa-se no setor de serviços, mais especificamente no conjunto significativo de formas de distribuição do excedente econômico, em que estão situados os chamados serviços sociais. “Sua materialização, contudo, deu-se no interior do aparato estatal e privado de operacionalização desses serviços, a partir de uma especialização crescente da divisão do trabalho que não se restringiu à esfera produtiva.” (ALMEIDA, 1996, p. 39; IAMAMOTO, 1998, 2000).

Os autores (Iamamoto, 2000; Barbosa, Cardoso e Almeida, 1998) que afirmam a identificação entre Serviço Social e trabalho, partem da compreensão da *centralidade do trabalho*, se preocupam em entender o Serviço Social como profissão inserida nos processos de trabalho e, para isso, ampliam a discussão sobre o “conceito” processo de trabalho. Superado o entendimento do processo de trabalho operado na relação de transformação entre sujeito, objeto e instrumentos tendo como resultado um produto, destaca-se que o trabalho e seu processo respondem às exigências características do sistema de dominação baseado na

apropriação do trabalho por parte do capitalismo, no controle sobre o modo de trabalhar e na conseqüente propriedade sobre o produto que deixa de responder somente a necessidades sociais de produção (valor de uso) para adquirir valor de troca por meio da transformação da força de trabalho e do produto em mercadorias.

Para Marx, o processo de trabalho e o processo de formação de valor constituem uma unidade do processo de produção capitalista e, portanto, o processo de trabalho não pode ser apreendido em suas particularidades somente por elementos simples – objeto, meios e finalidades. Na medida em que são apreciadas as relações sociais que atravessam o processo de trabalho nos diferentes contextos históricos, ou seja, as relações entre os trabalhadores e os detentores do capital (burgueses), as condições técnicas, sociais e políticas em que o processo de trabalho se desenvolve, o modo como é garantida a valorização ao capitalista, é que podemos compreender a inserção das ocupações sócio-técnicas, como por exemplo, o Serviço Social (LARA, 2011).

Nas análises de lamamoto (1998; 2000) e Barbosa, Cardoso e Almeida (1998, p. 113), o trabalho do assistente social ganha relevância como processo laborativo inserido na divisão social do trabalho capitalista e no seu processo de dominação, posto que se “[...] entende que a demanda em torno da prática do assistente social não se dirige diretamente à produção de conhecimentos e mesmo sendo uma prática científica é fundamentalmente um trabalho.” O assistente social, embora se aproprie de concepções científicas sobre as carências sociais – materiais e imateriais – de socialização urbano-industrial, dirige o seu trabalho no âmbito da divisão social do trabalho para a obtenção de efeitos específicos sobre as práticas sociais. Disso decorre a interpretação “suficientemente difundida” de que o trabalho do assistente social é requerido como especialidade da divisão sócio-técnica e na forma de assalariado para responder às estratégias de dominação burguesa no enfrentamento da “questão social” que emerge do conflito de classe. Segundo lamamoto (2007, p. 421):

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha -, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.

No que tange a discussão polêmica sobre “processo de trabalho e serviço social”, argumenta lamamoto (2007, p. 429):

[...] não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado.

Nesta perspectiva, lamamoto (2007, p. 430-431) complementa advertindo:

[...] existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social, contra o mito de um único processo de trabalho do assistente social. Quando se admite o processo de trabalho do assistente social, opera-se uma simples mudança terminológica de “prática” para “trabalho” mediante uma sofisticação epidérmica da nomenclatura, sem que se altere o universo de sua construção teórica abstrata.

Para os autores que afirmam ser o Serviço Social trabalho, os processos de trabalho e a inserção do assistente social como trabalhadores coletivos assalariados nos remetem a pensar os serviços sociais e as políticas sociais como campo de tensão que configura a particularidade do Serviço Social, diante da conjuntura de crises que marcam o mundo do trabalho na contemporaneidade.

Polemizando com as afirmações anteriores, Holanda (2002), Lessa (2007a; 2007b) retomam o polêmico debate sobre trabalho e Serviço Social. Os autores, a partir de estudos referendados em Marx e Lukács, problematizam certos elementos acerca da temática processos de trabalho e Serviço Social.

Essa segunda vertente que afirma o Serviço Social não ser trabalho, desenvolve as análises sobre as conexões entre teleologia e causalidade esforçando-se em apresentar a captura da essencialidade do trabalho como protoforma da práxis social. Marx e Lukács, ao analisar a sociabilidade em suas determinações e concretude, conferem ao trabalho um lugar central cuja função primordial é mediar o intercâmbio do homem com a natureza. Lessa (2007a; 2007b) afirma que o Serviço Social não é trabalho, pois a práxis social não pode ser reduzida ao trabalho, por mais que toda práxis social tenha sua forma originária no trabalho. Para tanto, é importante considerar as capacidades teleológicas.

Nesse sentido, é oportuno recordar Mészáros (2002) ao inferir às mediações de primeira (produz coisas úteis) e segunda ordem (produz mercadoria, ou seja valor de uso e de troca), ressaltando como as mediações de segunda ordem afetam

profundamente as mediações de primeira ordem, ao estabelecer hierarquias estruturais de dominação e subordinação, introduzindo elementos fetichizadores e alienantes do controle social. A primária tem como objeto um elemento da natureza e a secundária age sobre as condutas humanas, com objetivos de tencionar a consciência humana e impulsionar ações. Isso explica porque toda práxis social é derivada do trabalho, mas não podemos confundir e reduzir toda práxis social a trabalho. As diferenças entre teleologia primária e secundária têm papel central na argumentação de Holanda (2002), pois a autora discute a relação entre processo de trabalho e Serviço Social e toma por base o fato de que, no processo de produção e reprodução das relações sociais, há uma íntima relação, embora não exista identidade entre Serviço Social e trabalho.

Lessa (2007a; 2007b) e Holanda (2002, p. 20) argumentam que diferentemente das demais práxis humanas originadas das posições teleológicas secundárias, o trabalho, por ser originário da teleologia primária, é a categoria *fundante*, por ser a única práxis social que se dirige aos nexos causais próprios do desenvolvimento do ser natural. Portanto, não há qualquer identidade possível entre trabalho e outras práxis sociais, pois a função de transformar a natureza nos bens materiais necessários à reprodução humana é exclusividade do trabalho. Este é portador de caráter universal independente do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em que se encontre determinada sociedade. Logo, o Serviço Social não é trabalho, mas uma práxis social. Os “problemas”, em relação à identificação entre Serviço Social e trabalho, se elevam nas afirmações de Holanda (2002), conforme sua análise:

[...] sendo o trabalho a única categoria no mundo dos homens que tem a peculiaridade de fundar os demais complexos sociais que compõem a totalidade social, qualquer outro complexo constitutivo dessa esfera do ser será sempre – mesmo com todas as transformações ocorridas no mundo do trabalho – um complexo fundado, jamais *fundante*. Essa afirmativa vale tanto para o Serviço Social quanto para qualquer outro complexo da sociabilidade humana.

Ora, ao se identificar a ação do assistente social a trabalho (posição que parece dominante no interior da profissão), elimina-se a diferenciação ontológica entre esta categoria e das demais práxis sociais e, com ela, o estatuto de centralidade do trabalho postulado por Marx e Lukács.

[...] a inserção do Serviço Social no contexto da divisão social do trabalho como uma das especializações requisitadas pelo desenvolvimento do capital não parece ser argumento suficiente para afirmar ser o Serviço Social trabalho. Parece haver aqui certa imprecisão teórica, pois, se tomarmos isto como verdadeiro anularemos a concepção marxiana de ser o trabalho a categoria *fundante* do mundo dos homens, onde os demais complexos da sociabilidade se põem, de maneira crescentemente mediada, como

fundantes por esta forma originária.

[...] consideramos extremamente complicado afirmar que a ação profissional é trabalho. Pois uma coisa é entender o Serviço Social no contexto da reprodução da vida social como uma profissão inserida na divisão social do trabalho; outra bem distinta é concebê-la como “processo de trabalho” ou como “trabalho”. O que não faz qualquer diferença, já que o caráter processual é imanente a todo complexo existente no mundo dos homens. (HOLANDA, 2002, p. 20-21, grifo do autor).

Destacamos tais passagens do texto de Holanda (2002), por considerar serem os pontos nodais que fazem o embate direto com as colocações dos autores que afirmam que o Serviço Social é trabalho.

Essa segunda concepção presente nos textos de Lessa (2007a; 2007b) e Holanda (2002) se esforça para afirmar a não-existência de qualquer identificação entre Serviço Social e trabalho, pois ao trabalho cabe a função social de categoria *fundante* dos demais complexos sociais, portanto, as funções exercidas pelo assistente social na sua ação profissional não elimina a condição de complexo social mediadamente *fundado* pelo trabalho. Para os autores, considerar trabalho (em sentido ontológico) e Serviço Social como categorias idênticas, compromete a *centralidade do trabalho*, principalmente quando o trabalho é igualado às demais práxis humanas.

Creemos que esta segunda concepção (o Serviço Social não é trabalho) torna-se pertinente quando é retomado o trabalho na acepção marxiana: o trabalho “[...] é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.” (MARX, 2002a, p. 64). Observando a afirmação de Marx, compreendemos que o trabalho é a categoria fundante de todas as organizações sociais, sejam elas capitalistas, feudais, socialistas e, as mudanças nos processos de produção como as ocorridas na “reestruturação produtiva” não nos dão condições de alargar a concepção de trabalho como fundamento ontológico da vida social, mas também não devemos esquecer que as mudanças nas organizações e nos processos de produção tencionaram mutações significativas ficando difícil assegurar que o trabalho no setor de serviços pouco significa na valorização do capital, principalmente pelas relações da “produção socialmente combinada” e a dificuldade de conceber o trabalho improdutivo que não seja solapado pela valorização do capital (LARA, 2011).

Embora essa discussão não seja foco central deste estudo, torna-se oportuna,

uma vez que nos permite evidenciar como o Serviço Social (ou parte dele) tem se apropriado da categoria trabalho. Desta forma, entendemos que Lessa e seu grupo apresentam uma interpretação um tanto reducionista e sem as devidas mediações, uma vez que ao abordarem a categoria trabalho, consideram apenas a obra *O Capital - livro 1 de Marx*, desconsiderando suas obras posteriores. Ao fazerem isso, perdem de vista outras mediações imprescindíveis a essa relevante discussão, pois os mesmos não consideram a importante dimensão da historicidade do movimento do real, não identificando as expressivas metamorfoses do século XIX para o XXI, contrariando assim o próprio método materialista histórico dialético em Marx. Desta forma, embora reconheçamos sua meritoria trajetória intelectual, acabam reduzindo drasticamente essa importante discussão entre o Serviço Social e a categoria Trabalho a uma crítica simplificada, reducionista, que pouco contribui, ao contrário agrava ainda mais a apropriação histórica equivocada da teoria social crítica pelo Serviço Social.

Dessa forma, discordamos com a reflexão do Lessa, pois entendemos que o Serviço Social (e nenhuma outra profissão) não pode ser entendida como trabalho concreto no sentido estrito ontológico. O trabalho deve ser apreendido por inteiro, considerando suas dimensões concreto-abstrato, conforme se objetivou no capitalismo, considerando o trabalho concreto subsumido ao trabalho abstrato/alienado, segundo a lógica do capital. No entanto, concordamos com Yamamoto e Lessa, ao inferirem que os profissionais do Serviço Social desenvolvem determinada forma de trabalho na ordem burguesa definida pelo capital, como trabalho abstrato, na divisão social do trabalho imposta pelo padrão toyotista de produção. Assim, atuam na relação homem-homem.

Entretanto, a partir daí percebe-se uma apropriação um tanto equivocada por parte de Lessa, com a qual não podemos concordar, pois o mesmo demonstra desconsiderar a noção histórica ontologicamente determinada, ao inferir ao Serviço Social como trabalho concreto estrito e não como trabalho abstrato-concreto, isto é determinada forma de trabalho regido pelo capital. Isso porque é impossível no capitalismo dissociar essas duas dimensões do trabalho. É oportuno ressaltar que o trabalho concreto é subsumido ao abstrato, mas não é eliminado, portanto não perde sua potência criativa e revolucionária, conforme nos esclarece Marx em suas obras.

Nesta perspectiva, Antunes (2005a) afirma que ao se falar em crise da sociedade do trabalho, é fundamental esclarecer de qual trabalho está se referindo:

ao trabalho concreto (produz valor de uso) ou o abstrato/coisificado/alienado (produz valor de troca). Quando não se faz essa distinção, comete-se um grave equívoco analítico, pois desconsidera a dupla dimensão do trabalho (ANTUNES, 2005a).

Cumprir recordar ainda que, em sua provocativa obra *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, Lessa (2007a) apresenta críticas aos teóricos que representam o que ele chama de três adeuses ao proletariado. Uma vertente nos anos 1960-1970, outra nos anos 1980-1990, além de uma terceira vertente brasileira, constituída pelos teóricos Ricardo Antunes, Marilda Iamamoto e Demerval Saviani, que segundo interpretação de Lessa, seriam exemplos de ajustes nacionais à liturgia do adeus ao proletariado. Ancorado numa leitura dogmática da obra *O capital livro I*, desconsiderando as demais obras de Marx, argumenta “[...] o abandono da prioridade exegética do Livro I de *O Capital* teve sempre um mesmo e único resultado: a dissolução da classe operária em outras classes sociais como os assalariados ou uma amorfa classe média.” (LESSA, 2007a, p. 250, grifo do autor). Apresenta um debate a partir de três enfoques. O primeiro, de cunho ontológico, foca as teses que entendem que as transformações nos processos produtivos teriam mudado a essência das classes sociais. O segundo, de caráter sociológico, refere-se aos autores que consideram trabalho como idêntico a emprego fordista. O último, de cunho político, indaga se o proletariado ainda é a classe revolucionária atual.

Dessa forma, Lessa apresenta uma abordagem de negação da ampliação da classe trabalhadora e a recusa de qualquer outro protagonista que não o proletariado – entendido como o trabalhador manual da cidade e do campo – para o projeto comunista. O proletário seria apenas o trabalhador assalariado que desenvolve atividades diretamente no intercâmbio com a natureza e em consequência servir como base para a formação do “capital social total” (LESSA, 2007a, p. 171). Assim sendo, proletários e assalariados não são partícipes da mesma classe social porque as “[...] classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva.” (LESSA, 2007a, p. 178).

Nesse sentido, entende que o trabalhador intelectual não faz parte do proletariado, “[...] com a gênese das sociedades de classe surge e se intensifica a divisão social do trabalho e, o trabalho manual e o intelectual, antes ‘interligados’ no ‘sistema natural cabeça e mão’, ‘separam-se até se oporem como inimigos’” (LESSA, 2007a, p. 148). Lessa refuta, portanto, a idéia de que os trabalhadores que exercem trabalho intelectual façam parte do proletariado, alegando que as

atividades voltadas para supervisão, concepção e controle, são exteriores ao conjunto de atividades próprias do proletariado, pois são expressões da dominação de classe e não devem ser consideradas como parte do trabalhador coletivo (LESSA, 2007a, p. 190). Assim, concebe a distinção entre o proletariado e os demais assalariados, inferindo apenas ao primeiro o caráter revolucionário. Nessa perspectiva, Lessa tece críticas a Ricardo Antunes, alegando que o mesmo estaria dando adeus ao proletariado, por exemplo ao utilizar a terminologia *classe-que-vive-do-trabalho*.

Embora essas pretensas críticas sejam infundadas, superficiais e reducionistas, formuladas a partir de uma apropriação teórica fragmentada da obra de Marx, entendemos ser oportuno salientá-las, pois demonstram equívocos recorrentes no cenário contemporâneo, em especial no Serviço Social, ao inferirem as categorias cruciais da obra marxiana, a exemplo do trabalho concreto-abstrato e trabalho produtivo e improdutivo.

No entanto, cumpre elucidar que Antunes não dá adeus ao proletariado, ao contrário ele refuta veementemente e com expressivo rigor teórico as equivocadas teses que pretensamente anunciam o fim do trabalho e do proletariado, inclusive no próprio título do seu livro ele questiona (e não afirma) *Adeus ao trabalho?* No que tange a expressão *classe-que-vive-do-trabalho*, não carece de muita argumentação, pois Antunes deixa explícito em sua obra que teve o intuito de atualizar a visão da classe proletária no cenário contemporâneo, a qual certamente não é a mesma do século XIX do Marx. Lessa não consegue apreender esses relevantes esclarecimentos, pois sua fundamentação teórica em Marx não ultrapassa o livro 1 de *O capital*, além de ser restrita. Assim, negar a evidente constatação da alteração do operariado industrial tradicional e a expansão do capital financeiro no processo de acumulação capitalista contemporâneo constitui-se um total absurdo, ao desconsiderar o movimento dialético histórico do real. Ao conferir ao proletariado somente aquele que atua na relação orgânica homem-natureza, ficando os demais na práxis social (relação teoria e prática), Lessa demonstra desconsiderar outras importantes obras marxianas, entre as quais *O capítulo inédito*. Para compreender a grandiosidade da obra marxiana, torna-se imprescindível considerá-la como um todo em sua complexidade, cujo processo de elaboração foi construído conforme o próprio amadurecimento do autor. Dessa forma, ao apresentar uma visão parcial de Marx, desconsiderando algumas de suas importantes obras, o que significa reduzi-lo

e até mesmo negá-lo, não devendo portanto ser considerada e nem ser foco de atenção com tais reflexões parciais e superficiais.

Conforme preposto neste estudo, a seguir apresentamos a análise preliminar das produções científicas publicadas no ENPESS (2008 e 2010) e CBAS (2007 e 2010), priorizando os eixos temáticos pertinentes a nossa pesquisa e que estejam respaldados nas duas obras de Ricardo Antunes: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*”.

2.5 Análise dos trabalhos publicados no ENPESS (2008 e 2010) e CBAS (2007 e 2010): uma incursão preliminar¹⁰⁰

Conforme já enunciado, embora não seja o foco principal desse estudo, acreditamos que a discussão do Serviço Social ser (ou não) trabalho é oportuna e relevante à categoria, pois traz à tona questões cruciais que nos remontam a necessidade de retomada da teoria social crítica em Marx. Nesse prisma, percebe-se que, em grande medida, nossa investigação revelou que essa discussão não tem sido acessível a toda a categoria, pelo menos não tem aparecido nas produções científicas apresentadas nos eventos mais representativos da categoria. Os raros trabalhos encontrados referem-se a profissionais relacionados com os grupos mais reconhecidos que apresentam essa discussão: Iamamoto x Lessa.

Preliminarmente, a questão não é saber se o Serviço Social é ou não trabalho, pois trata-se de uma profissão legitimada sócio-historicamente e legalmente amparada em códigos de leis, com um saber especializado universitário e expressivas produções científicas acumuladas, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho social. Percebe-se que a discussão refere-se ao exercício profissional dos assistentes sociais, isto é, suas particularidades na divisão social e técnica do trabalho na contemporaneidade, o que nos apresenta o desafio de cunhar uma articulação entre os fundamentos do Serviço Social e o seu trabalho profissional especializado cotidiano, imprescindível na busca para esclarecer o significado social do trabalho do assistente social. Sendo um trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho em múltiplos espaços, exercendo assim um

¹⁰⁰ Conforme esclarecido neste estudo, trata-se de uma análise preliminar a qual pretendemos futuramente aprofundar a partir de uma pesquisa ampla e criteriosa com dissertações e teses que discutam essa temática no Serviço Social.

trabalho alienado e estranhado, submetendo-se aos ditames do capital. No entanto, é necessário considerar as particularidades desses múltiplos espaços de inserção, tendo em vista a privatização e a mercantilização dos serviços sociais.

Cumprido ressaltar que essa análise deve ser problematizada, sob a perspectiva de totalidade, considerando o contexto atual bastante complexo e adverso, no qual o trabalho e o processo de produção e reprodução das relações sociais assume contornos típicos do capital mundializado, prevalecendo o capital financeiro profundamente fetichizado, o que dissimula e mistifica a relação social entre capital e trabalho (aparentemente invisível). Assim sendo, entendemos que há expressivas alterações no metabolismo orgânico do capital que precisam ser retomadas e consideradas, a fim de subsidiar tal discussão, sendo imprescindível apreendê-las conforme sua historicidade. Sob a ótica da teoria social crítica, a reprodução das relações sociais na ordem burguesa deve ser apreendida em sua totalidade concreta, considerando o seu movimento e suas contradições.

Neste sentido, ao contrário do que faz Lessa, não se trata apenas de uma simples questão de transpor o século XIX para o XXI, é fundamental considerar a historicidade das relações de produção e reprodução ampliada do capital contemporâneo, isto é, as substanciais metamorfoses ocorridas no metabolismo orgânico do capital, sobretudo, em resposta a sua grave crise estrutural que se arrasta há quatro décadas, sem aparentes perspectivas de superação. Deve-se ainda pautar-se no conjunto complexo da obra de Marx e não apenas considerar os fragmentos de sua importante obra, conforme equivocadamente se apropria Lessa.

Desta forma, o objetivo inicial desta tese era constatar como o Serviço Social tem se apropriado das discussões sobre a categoria Trabalho, por meio da interlocução com as obras de Ricardo Antunes: *Adeus ao trabalho? [...]* e *Os sentidos do trabalho: [...]*. Para tanto, fez-se uma análise preliminar dos trabalhos publicados nos eventos mais relevantes do Serviço Social brasileiro: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010).

No que tange a categoria trabalho, constatou-se sua importância e significado especial para o Serviço Social, expressando uma dimensão de centralidade, conforme definido pelas diretrizes da ABEPSS¹⁰¹. De acordo com o pressuposto dessa pesquisa, também evidenciou a relevância das obras de Ricardo Antunes para

¹⁰¹ Encontramos um número expressivo de artigos abordando a categoria trabalho, entretanto foram considerados somente as produções respaldadas nas duas obras supracitadas de R. Antunes.

o Serviço Social, haja vista que são amplamente citadas em boa parte das suas produções científicas, demonstrando uma profícua interlocução com o autor, todavia essa pesquisa delimitou apenas pelas duas obras supracitadas¹⁰².

Ao analisar os trabalhos, percebe-se que em sua grande maioria, essas duas obras tem sido referenciadas para contextualizar o cenário contemporâneo capitalista de crise estrutural, reestruturação produtiva e seus reflexos perversos no “mundo do trabalho”, o qual reiteradas vezes é entendido de forma reducionista ao “mercado de trabalho”, desconsiderando outras importantes dimensões entre as quais a política, a econômica, a social, a cultural, etc. Também demonstram não apreender a categoria trabalho em sua totalidade, com seus distintos sentidos em diferentes momentos históricos, não diferenciando trabalho concreto (produção de valor de uso – categoria ontológica protoforma do ser social e da práxis social) do trabalho assalariado (coisificado/alienado) típico da sociedade capitalista, referindo-se ao trabalho como se abarcasse tudo e fossem sinônimos. Daí o recorrente equívoco de se fazer a crítica simplificada sobre a centralidade do trabalho defendida por Marx, Lukács e Antunes, a partir de uma interpretação reducionista e parcial, considerando apenas o trabalho assalariado¹⁰³.

Conforme nos orienta Antunes (2005a, p. 215) “[...] sem a precisa e decisiva incorporação dessa distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão.” Dessa forma, adverte: “[...] a *crise da sociedade do trabalho abstrato* não pode ser identificada como sendo *nem o fim do trabalho assalariado* [...] *nem o fim do trabalho concreto*, entendido como fundamento primeiro, *protoforma* da atividade e da omnilateralidade humanas”

¹⁰² Entre as obras citadas, destacam-se artigos publicados em revistas, entre as quais a **Serviço Social e Sociedade** – Cortez; além dos livros: **A Dialética do Trabalho** (Expressão Popular, 2004); **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. In: *Capacitação em Serviço social e Política Social* (CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999); **O Averso do Trabalho** (Expressão Popular, 2010); **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual** (Boitempo Editorial, 2009); **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. (Boitempo, 2006); **O Caracol e a sua Concha** (Boitempo, 2005); entre tantos outros.

¹⁰³ A exemplo de Batista (2007), o qual se propõe a refletir sobre a centralidade da categoria trabalho, respaldado em Antunes (2004), Lafargue (1983) e Marx (Formações Econômicas e Pre-capitalistas, 1964). Ressalta o caráter ontológico do trabalho enquanto protoforma do ser social, no entanto, ao abordá-lo na sociedade capitalista, não faz distinção entre trabalho concreto e abstrato, trata a categoria trabalho como homogênea, desconsiderando o contexto histórico e respectivas relações de produção e reprodução social, além de não mencionar o trabalho enquanto potência revolucionária, isto é a classe trabalhadora no processo de emancipação humana. Refere-se ao suposto equívoco do Serviço Social ser trabalho e possuir um processo de trabalho na concepção de Marx, entretanto não argumenta a respeito, não apresentando as implicações teóricas dessa suposta apropriação equivocada.

(ANTUNES, 2005a, p. 168, grifo do autor). Para o autor, é um grande equívoco imaginar o *fim do trabalho* nessa sociedade produtora de mercadorias; todavia, afirma ser “[...] imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes conseqüências.” (ANTUNES, 2005a, p. 16).

Embora a grande maioria dos trabalhos analisados apresente uma apropriação problemática das obras de Ricardo Antunes, cumpre ressaltar que também encontramos algumas produções coerentes com a perspectiva crítica desse autor¹⁰⁴. Dessa forma, entre a imensa maioria de trabalhos com equívocos, apresentamos neste estudo alguns mais reveladores e que abordam temáticas distintas, evitando assim desnecessárias repetições.

É oportuno ressaltar que um tema recorrente em vários artigos é a questão da “qualidade de vida dos trabalhadores” ou “saúde dos trabalhadores”, apontada como “nova” temática e supostamente alvo de intervenção do Serviço Social, no sentido de prevenir seu adoecimento, o qual pode ser enfrentado e até “prevenido” pela atuação do assistente social por meio de dinâmicas de grupo, diálogos e atividades lúdicas e físicas, favorecendo sua “auto-estima”. Isso demonstra uma visão aparente da questão da saúde do trabalhador, desconsiderando as relações intrínsecas que o envolvem na relação contraditória capital x trabalho.

Na ótica crítica de totalidade, abordar a qualidade de vida do trabalhador na sociedade sob a ordem burguesa é um desafio impossível, seria almejar conciliar categorias contraditórias e inconciliáveis. Assim, definem estratégias que pretensamente buscam humanizar a exploração do trabalhador¹⁰⁵. Neste prisma, muitos assistentes sociais norteiam sua leitura da realidade e posterior ação profissional pautado na visão messiânica, absurda e impossível de humanizar o capitalismo e suas contradições.

Nesse prisma, cabe destacar o artigo de Soares (2007), o qual aborda a questão do trabalho informal, especificamente os catadores de lixo no aterro sanitário de São Gonçalo-RJ. Apresenta uma análise superficial das “questões

¹⁰⁴ Silva, Carmo e Mustafa, (2010). Barros (2010). Pascoal, Junior e Mariano (2010).

¹⁰⁵ Segundo Lara (2011, p. 168) os primeiros estudos sobre essa temática surgiram com a teoria das relações humanas em 1932 com as pesquisas de Elton Mayo e, posteriormente com a teoria comportamental em 1957 com os trabalhos de Maslow, Herzberg e McGregor. Para o autor “[...] fundamentam-se no comportamento individual das pessoas, tornando-se necessário o estudo da motivação humana.” Na verdade, o intuito é aumentar a produtividade e não a satisfação e bem estar do trabalhador, embora estando o trabalhador “motivado” certamente produza mais.

sociais” enquanto objeto de intervenção do assistente social, ao qual confere a responsabilidade de resgatar a dignidade e cidadania desses cidadãos, “educando-os e qualificando-os”, resgatando sua “auto-estima”, inserindo-os “pela porta da frente” na sociedade humana. Assim, além de demonstrar uma visão messiânica do Serviço Social, não consegue compreender a questão do desemprego, do trabalho informal como elementos intrínsecos à sociedade capitalista, a questão social e suas múltiplas expressões, bem como a problemática do aterro e do lixo excessivo como expressão da auto destrutibilidade do modo de produção capitalista, já anteriormente explicitado por Karl Marx e recuperado por Meszáros e Antunes. Nesse sentido, cumpre recordar a genialidade de Marx ao entender que os homens fazem sua própria história, não de modo arbitrário e segundo suas escolhas, mas nas situações encontradas que são determinadas pelos fatos e tradição.

Vale mencionar o artigo de Paiva e Vergasta (2010), sobre o trabalho desenvolvido pelo Lar Fabiano de Cristo em Salvador, especificamente ao grupo de jovens Juventude e Adolescência (JUVA), que segundo as autoras contempla “[...] um plano de ação voltado para a emancipação e protagonismo juvenil, através de atividades que estimulam a auto estima e de cursos profissionalizantes [...], cuja atuação do assistente social contribui na superação do desemprego estrutural, por meio da inserção “digna” ao meio social, conforme relato: “Vários relatos confirmaram a disponibilidade e habilidade dessa profissional, sobretudo no tocante aos encaminhamentos necessários para que esses jovens que se encontram à margem da sociedade, possam ser inseridos de forma digna no meio social”. (PAIVA, VERGASTA, 2010, p.9). Além disso apresentam uma abordagem bastante otimista sobre a atuação do terceiro como possibilidade de contribuir na superação de desemprego estrutural: “Sua colaboração é notória e significativa diante o crescimento da desigualdade e da miséria social”. (PAIVA, VERGASTA, 2010, p.9).

Dessa forma, além de demonstrarem uma visão simplista do modo de produção capitalista, sobretudo na concretude histórica contemporânea, não desenvolvem uma análise mais ampla e crítica sobre o desemprego estrutural e o trabalho assalariado, conforme demonstra Antunes em suas obras. Também não analisam criticamente o terceiro setor no cenário neoliberal, além de acreditarem que a ação profissional do assistente social possa alterar de forma significativa a realidade da população atendida.

No trabalho apresentado por Borsani, Carlos e Carvalho (2010), embora

façam uma análise consistente sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a questão de gênero, focando a inserção das mulheres no mercado de trabalho e suas implicações: jornadas duplas e triplas de trabalho, considerando que ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico, impedindo-as de terem acesso ao direito de lazer, demonstram não apreender o lazer sob os ditames do capital, o qual segundo Antunes, não há verdadeiramente tempo livre no capitalismo, o qual está poluído pelo fetichismo da mercadoria, visando o consumo. Também demonstram exagerado otimismo ao acreditarem que por meio das políticas públicas possam obter a igualdade entre os sexos, conforme afirmam: "torna-se necessário a criação de políticas públicas que visem à igualdade entre os sexos, além de iniciativas que contribuam para a conscientização sobre os papéis sociais de gênero, a fim de conter os impactos causados no mundo do trabalho". (BORSANI, CARLOS E CARVALHO, 2010, p. 8).

Cabe referenciar ainda o artigo de Cruz (2010, p. 1), apresentando uma pesquisa em andamento com os orientadores da instituição CASE/Feira na Bahia, os quais desenvolvem funções socioeducativas¹⁰⁶ ao trabalharem com os adolescentes privados de liberdade, com o "compromisso de educar, proteger e promover." So o prisma preliminar das entrevistas com os orientadores, a autora percebeu a dificuldade dos mesmos encontrarem emprego e a falta de qualificação, entretanto não desenvolveu essa importante questão na concretude capitalista, apontando alguns motivos que os levaram a "optarem" pela função:

[...] mesmo não sendo o trabalho desejado e/ou escolhido por muitos, a carga-horária de 24/72 horas desperta a atenção para aqueles que procuram obter mais de um vínculo empregatício, por trabalhar em escala de "plantões" proporcionando ao trabalhador uma elasticidade de folgas condizente com o cargo que ocupa. (CRUZ, 2010, p.8).

Complementando essa análise um tanto superficial sobre o trabalho assalariado e as relações entre as classes trabalhadora e burguesa, afirma:

Nesse processo de trabalho a função de Orientador não pode ser realizada mecanicamente, ou preocupado em ter mais de um vínculo de trabalho para a sua sobrevivência, ou em tirar folgas devido às escalas de plantão que a função exige, pois o bem maior que esse profissional retorna à sociedade é o "adolescente recuperado". (CRUZ, 2010, p.9).

Convém apontar também o trabalho de Silva, R.C. (2010), no qual a autora se

¹⁰⁶ Sobre o trabalho socioeducativo no prisma crítico do Serviço Social, sugerimos José Fernando Siqueira Silva (2013).

propôs a refletir sobre as transformações ocorridas na essência do trabalho na era do capital. Embora desenvolva uma análise histórica consistente ancorada em três obras de Ricardo Antunes e duas de Marx, a autora não explicita uma questão que é crucial para os referidos autores, que é a apreensão ampla da complexidade da categoria trabalho, considerando sua dupla dimensão: concreto e abstrato, esclarecendo que no modo de produção capitalista, equivocadamente chamado pela autora de "modelo de produção capitalista" (SILVA,R.C., 2010, p. 4), a dimensão concreta do trabalho não deixa de existir, ela está subsumida ao trabalho abstrato. Nas palavras da autora:

[...] transformações ocorridas na essência do trabalho na era do capital, apresentando aspectos que evidenciam a forma como o trabalho perde seu sentido original – como atividade essencial para a vida humana, que expressa a condição racional do homem, sua humanidade, sua condição de ser criador de valor e também sua condição de ser social [...]

No trabalho de Anjos (2010), apresenta resultados parciais de sua pesquisa em andamento sobre o mercado de trabalho do assistente social, a partir do instrumental com os editais de concursos públicos no âmbito municipal no estado do Rio de Janeiro (período 2002 a 2008). Embora a autora se respalde em Antunes para compreender a precarização do trabalho no cenário contemporâneo, o desemprego estrutural, focando a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, não demonstra apreender essa questão em sua complexidade, conforme sua referência a atuação do Estado aos segmentos mais vulneráveis que não superaram a "competitividade": "[...] um Estado que intervêm para os mais vulneráveis ao sistema capitalista, aqueles que não conseguiram superar os dilemas da competitividade, atuando em grupos específicos, ou seja, aqueles considerados mais pobres, "incapazes" de encarar o mundo globalizado". (ANJOS, 2010, p.3).

Referindo-se a precarização da formação profissional dos assistentes sociais, em função da ampliação do ensino superior privado e o agravante com a modalidade a distância, acredita que "[...] estão sujeitas as instituições privadas na atualidade, sobretudo, de enriquecimento do capitalista educacional e de resposta à crise, prestando uma formação, muitas vezes, de pouca ou nenhuma qualidade". Dessa forma, conclui que "[...] estes requisitos não vão de encontro ao nosso projeto de formação profissional como descrito em nossas diretrizes curriculares, assim como não garantem aos profissionais chances reais de ingresso ao mercado profissional de trabalho já tão restrito na Contemporaneidade".

Em outros momentos, a autora reitera a relação entre a qualificação do trabalhador e a sua inserção no mercado de trabalho, fato esse que conforme nos orienta Antunes, na sociedade capitalista não há garantias para o trabalhador, o qual quando fora do mercado de trabalho sob a pretensa justificativa da falta de qualificação ou muitas vezes pelo excesso de formação. Contudo, há de se considerar que trata-se de uma pesquisa em andamento e portanto sem informações e/ou reflexões conclusivas.

Outro trabalho a ser mencionado é o artigo de Canoas (2007) o qual faz uma breve menção a categoria trabalho, sem apresentar qualquer distinção entre o trabalho concreto e abstrato, em seus diferentes contextos históricos, embora se reporte a obra de Antunes (2005b). Aborda o envelhecimento populacional contemporâneo, focando o desafio das políticas públicas em atender este segmento populacional, e em especial ao assistente social que as executa. Acredita ser de suma importância para o Serviço Social investigar a qualidade de vida, trabalho e o processo de envelhecimento das pessoas com mais de 45 anos de idade, sobretudo daqueles com expectativa de atingir os 60 anos de idade, provavelmente sem trabalho, configurando-se segundo o autor uma preocupante questão social mundial, pressupondo assim, que fundamentado em Robert Castel, provavelmente acredita que haja outras “questões sociais”, além da possibilidade real da “qualidade de vida” dos trabalhadores com menos de 45 anos de idade, e sua ampliação para além da referida idade. Assim, refere-se aos idosos (mais de 60 anos de idade) como aposentados afastados do trabalho, mas que desejam retornar ao trabalho para se sentirem “válidos” e garantir sua sobrevivência com mais dignidade e qualidade de vida.

Essa é uma tendência de outros assistentes sociais que também vislumbram uma pretensa “qualidade de vida” dos trabalhadores, sendo possível de ser viabilizada pelas suas atuações profissionais cotidianas. Com uma visão romântica, reducionista e distorcida que mistifica a realidade, esses assistentes sociais não se reconhecem enquanto trabalhadores assalariados explorados que adoecem e não tem essa tal qualidade de vida, assim como os cidadãos estudados, independente da idade cronológica. Assim como faz Canoas, ao considerar que os trabalhadores se sentem “válidos” (valorizados) ao retornar ao trabalho, demonstra conferir uma noção de dignidade ao trabalho assalariado, visão condizente com o dogma histórico de que o “trabalho assalariado” dignifica o homem.

Cumpram-se destacar ainda o trabalho de Santana et al (2010) que trata da saúde

do trabalhador no contexto complexo atual, sob o prisma de que as mazelas decorrentes – o adoecimento dos mesmos, não tem sido respondidas adequadamente pelo Estado. Aborda a situação dos bancários do antigo Banco do Estado do Ceará (BEC), vendido ao Bradesco em 2005, focando o seu adoecimento por doenças ocupacionais como a LER/DORT e os constantes casos de assédio moral e sexual, cujos alvos mais frequentes tem sido as mulheres, os homens homossexuais ou com deficiência e ainda os negros. Assim, apresenta uma leitura parcial do contexto atual, além de equivocada sobre o modo de produção capitalista:

Estudos feitos no nosso país mostram que a terceirização ameaça a inclusão social e a estabilidade do emprego e a saúde do trabalhador. Os apontamentos desse estudo mostram que essa situação acaba fazendo com que os trabalhadores se sintam sozinhos diante de uma sociedade altamente competitiva que não reconhece o valor do seu trabalho e sua capacidade realizadora. As conseqüências disso são drásticas, o indivíduo tenta recuperar a sua auto-estima através de alternativas individuais, como a marginalidade, a corrupção e a violência, tudo isso buscando o acesso ao consumo. [...] No ambiente do trabalho o sujeito tem tido seu potencial criativo limitado, classificado, o que inferioriza sua auto-estima, já que não tem autonomia para criar, dar idéias, se sentir peça importante para o bom andamento do trabalho como um todo. (SANTANA et al., 2010, p. 3).

Percebe-se uma expressiva dose de ingenuidade¹⁰⁷ ao analisar o modo de produção capitalista, pois acreditam na possibilidade de inclusão social, estabilidade do emprego e saúde do trabalhador, ameaçados pela terceirização, fruto das pretensas “novas relações no mundo do trabalho” fundamentadas em Robert Castel. Além disso, afirmam que a capacidade criativa do trabalhador não tem sido reconhecida, refletindo de forma negativa na sua auto-estima que o leva à marginalidade/violência, estimulado pelo consumismo. Ao nosso ver, demonstram uma visão equivocada/mistificada do real, fantasiada com a possibilidade de que o capitalismo pode ser humanizado, dadas condições de realização criativa e de realização do homem pelo trabalho assalariado, embora não tenham feito qualquer distinção sobre qual trabalho estão falando.

Diante do exposto, percebe-se que embora a temática "saúde do trabalhador" seja apontada como um tema “novo”, não passa de um retorno ao conservadorismo histórico do Serviço Social, reconhecido como “tradicional” (PAULO NETTO, 1998) e inspirado pelas matrizes norte-americanas, atuava no sentido de psicologização do sujeito, ou seja, responsabilizar o sujeito “desajustado” pela sua própria condição.

¹⁰⁷ Entendido aqui como expressão da precarização da formação profissional dos assistentes sociais.

Assim, cabia ao assistente social ajustá-lo ao meio. Configura-se, assim, um retrocesso histórico da profissão¹⁰⁸, o (neo)conservadorismo que ainda permeia a atuação dos profissionais, embora no discurso tenham avançado e pretensamente “rompido” com o histórico tradicionalismo, sendo portanto, incompatível com o projeto hegemônico ético-político da categoria.

Embora reconheça as boas intenções dos colegas assistentes sociais quanto a “ajudá-los”, conforme citado reiteradas vezes, inspirados por sentimentos humanistas e solidários, percebe-se a prevalência da “visão messiânica”, historicamente imbricada com essa profissão, pois salvo raras exceções, não aparece nenhuma iniciativa de luta coletiva, no sentido de buscar seus direitos via representação coletiva (seus respectivos sindicatos de categoria). Apresentam uma visão reducionista e equivocada sobre a “saúde do trabalhador” e “qualidade de vida”, como se isso fosse possível de se obter no capitalismo pela atuação profissional do assistente social, como afirmou no artigo, possibilitando “[...] discussões que visem à garantia da saúde e de uma vida mais digna e com mais qualidade.” Numa visão mistificadora do real, acreditam que a solução seja conversar com o trabalhador, para que ele consiga garantir sua saúde, uma vida “digna” com qualidade. Ingenuamente, demonstram acreditar que num passe de mágica, a saúde e a qualidade de vida “digna” dos trabalhadores pode ser obtida por meio de sua intervenção profissional, favorecendo sua “auto-estima”, sentindo-se “messianicamente” preparados para tal feito, embora deixem claro que vai depender do “sujeito” sua própria melhora (auto-estima).

O trabalho de Pereira (2010) se propõe a abordar o “processo de trabalho do assistente social”, a partir de uma análise crítica face aos dilemas postos pela cultura política local clientelista, no município de Casimiro de Abreu (RJ), inserido na Subsecretaria de Assistência Social de Barra de São João, buscando, através destes elementos, problematizar os limites e desafios profissionais para a consolidação da política pública de Assistência Social como “direito universal”. Fundamentada em Antunes, contextualiza o cenário atual de acumulação flexível, desregulamentação de direitos sociais, políticas sociais fragmentadas, focalizadas, destinadas a contingentes cada vez mais pauperizados. “É neste cenário que se insere o

¹⁰⁸ Chamado “Serviço Social Clínico”, cujo discurso de “novo” encobre de fato um retrocesso ao seu passado tradicional e conservador, com ações psicologizantes e terapêuticas focadas no “indivíduo” responsável por sua própria condição, cuja defesa de muitos assistentes sociais é pretensamente justificada pela ampliação de campos de trabalho para o Serviço Social.

assistente social, destacando que, apesar de ser reconhecido como um profissional liberal.” (PEREIRA, 2010, p. 1). Face a cultura local clientelista, afirma:

[...] sinalizamos que o profissional do Serviço Social tem sua autonomia comprometida pela falta de democratização ao acesso à política pública, exigindo que o assistente social seja um trabalhador propositivo, crítico, dialético para, assim, ser capaz de responder as demandas dos usuários dentro dos limites e contradições institucionais. (PEREIRA, 2010, p. 4).

Desta forma, apresenta alguns equívocos analíticos, a exemplo do “processo de trabalho do assistente social” mencionado reiteradas vezes referindo-se a dimensão operativa profissional, bem como a atribuição da política de Assistência Social como “universal”, haja vista que a própria Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) delimita “a quem dela necessitar”, ou seja não é para todos, destina-se aqueles em situação de maior miserabilidade. Além disso, o assistente social não é um profissional “liberal”, pois vende sua força de trabalho ao empregador, a quem se subordina e tem sua autonomia relativizada aos ditames do capital. Ao desconsiderar essa ampla visão de exploração da classe trabalhadora, a autora acredita que a autonomia do assistente social está comprometida devido a falta de democratização ao acesso à política pública, “exigindo” que seja um “trabalhador propositivo, crítico, dialético”, capaz de dar respostas aos usuários “dentro dos limites e contradições institucionais”. É importante ressaltar que ao desconsiderar o assistente social na condição de trabalhador assalariado e as implicações dessa relação de subordinação ao capital, confere ao profissional uma expectativa de dar respostas e alterar a realidade que vai muito além de suas reais possibilidades imediatas, configurando-se assim uma visão messiânica da profissão.

Já no trabalho de Cunha, Serpa e Freitas (2010) analisam as condições de trabalho dos “trabalhadores de rua” no centro de Fortaleza, marcadas pela precarização, insegurança e incerteza. Os autores abordam a “crise estrutural do capital dos anos 1970 e 1980”, que trouxe fortes impactos para o mundo do trabalho, entre os quais o contexto de precarização dos trabalhadores de rua do centro de Fortaleza, criando alternativas para além do chamado mercado formal de trabalho, os quais “[...] constroem uma realidade marcada pela precarização, insegurança e incerteza em uma conjuntura de negação ao direito ao trabalho.” (CUNHA; SERPA; FREITAS, 2010, p. 1). Outra concepção interessante dos referidos autores:

A presença significativa de jovens trabalhando nas ruas traz à tona a questão da qualificação profissional apontada como razão maior para a não-contratação dos mesmos, demonstrando toda a conjuntura de precarização do trabalho e da educação. O desemprego estrutural das cidades globalizadas é sinal de que não há interesse nesse momento histórico para que esses jovens alcancem um espaço de trabalho, enquanto atividade social humana. (CUNHA; SERPA; FREITAS, 2010, p. 2).

E concluem sobre a centralidade do trabalho:

[...] a ideia de que o trabalho, ainda que precário, ocupa uma posição central e estruturante em suas vidas. Na ausência e na impossibilidade da carteira assinada, a atividade de camelô significa estar vivo, enfim, de se manter ativo que não se limita apenas à sobrevivência física do trabalhador, ou seja, “manter-se vivo envolve questões valorativas, como a moral, o direito, a justiça, etc., que se fundam no trabalho, mas que são remetidas para além dele, ou seja, para a totalidade social. (CUNHA; SERPA; FREITAS, 2010, p. 7).

Desta forma, percebe-se uma concepção de que a crise estrutural do capital ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, e que hoje vivemos apenas suas consequências, entre as quais a precarização, o desemprego, a negação do “direito” ao trabalho. A busca de alternativas como o “trabalho de rua” é pretensamente atribuída a falta de qualificação profissional e da educação, atingindo sobretudo os jovens, devido a “falta de interesse histórico” de inseri-los no mercado de trabalho “enquanto atividade social humana”. Por fim apontam a centralidade do trabalho, ainda que precário e informal, na vida desses trabalhadores, mantendo-os “vivos” e “ativos” que significa questões valorativas, como a moral, o direito, a justiça, etc, que se fundam no trabalho.

Ao nosso ver, apresentam uma expressiva confusão em torno da equivocada leitura das obras do prof. Antunes sobre a centralidade do trabalho, além de não discernirem qual trabalho se referem, pois ao atribuírem valorações ao trabalho (assalariado) como fundante da moral, o direito e a justiça, demonstram uma análise equivocada e incoerente com a obra consultada. Além disso, atribuem o desemprego entre os jovens como “falta de interesse histórico” e de “educação – qualificação”, demonstrando senso comum concernente ao discurso patronal vigente.

Nesse sentido, salientamos os oportunos esclarecimentos de Antunes (2005b, p.200):

[...] segundo a OIT, hoje mais de 1 bilhão de homens e mulheres que trabalham estão precarizados, subempregados [...] ou encontram-se desempregados. A força humana de trabalho é descartada com a mesma tranquilidade com que se descarta uma seringa. Assim faz o capital, e há

então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército industrial de reserva que se expande em toda parte¹⁰⁹.

Embora os autores se reportem a Antunes, não conseguem estabelecer uma reflexão coerente com a perspectiva crítica de totalidade do autor, desconsiderando as relações contraditórias intrínsecas ao mundo do trabalho, não compreendendo o trabalho em sua complexidade, ao demonstrar total desconhecimento dessa relevante categoria, não apreendendo-o enquanto categoria ontológica e suas particularidades sob a subsunção ao capital.

Outra produção a ser mencionada é o artigo de Stampa (2010), o qual examina as possíveis articulações entre o movimento sindical de trabalhadores com outros movimentos sociais, com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania. Assim, vislumbra as referidas articulações, ampliando sua base de atuação política, na “[...] perspectiva de articular *questões sociais* mais amplas com a luta específica das categorias que representam.” (STAMPA, 2010, p. 2). Também não acredita no fim do papel central do trabalho (e da classe trabalhadora), por mais difícil que seja enfrentar o desafio de aglutinar forças nesse cenário de “metamorfose do trabalho”, ainda é possível resgatar, em relação aos trabalhadores, o sentido de pertencimento de classe. Ressalta a importância de outras questões como as mudanças na legislação sindical e trabalhista, objeto de discussão no Fórum Nacional do Trabalho, instalado pelo governo petista “Lula” e vê de forma positiva “[...] a relação do movimento sindical com o Estado é outro elemento subjacente a esta abordagem, sobretudo na conjuntura atual, onde se destaca a intensa presença de sindicalistas em cargos estratégicos do governo federal.” (STAMPA, 2010, p. 7). Apesar da autora acreditar na centralidade do trabalho, embora não desenvolva tal temática, apresenta uma leitura equivocada das “questões sociais” e demonstra uma visão romântica sobre a proximidade de alguns líderes sindicais com o governo federal do PT. Assim, acredita na pretensa parceria entre classes antagônicas que ambos representam: ex-líderes sindicais atualmente ministros (e outros cargos governamentais) coniventes com as atuais diretrizes neoliberais (que priorizam o capital em

¹⁰⁹ O desemprego na atualidade para Mézáros (2002, p. 22) “[...] já não se limita a um ‘exército de reserva’ à espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital [...]”, como ocorreu no passado. E complementa “Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico.” Dessa forma, o desemprego estrutural em escala global atinge todos os trabalhadores, independente de idade, qualificação, raça, etnia, região, etc.

detrimento da classe trabalhadora) e de outro lado os trabalhadores explorados e cada vez mais expropriados de seus direitos.

Percebe-se uma visão exageradamente otimista da autora, assim como de muitos petistas, entre os quais boa parte dos assistentes sociais, ao desconsiderarem o fato de que o governo do PT – Lula/Dilma, assim como o anterior de FHC, consolidaram a ofensiva neoliberal e a política macroeconômica financeira no Brasil, em detrimento da classe trabalhadora que os elegeram, ambos efetivando políticas públicas seletistas e focalistas, de cunho assistencialista e interesses evidentemente eleitoreiros, voltados aos segmentos mais vulnerabilizados, a histórica massa de manobra.

Diante do exposto, embora seja uma incursão preliminar, o conteúdo dos artigos mencionados (e demais analisados) revelou expressivas dificuldades na apropriação das obras de Ricardo Antunes pelos assistentes sociais, sendo que boa parte deles (maioria) demonstra não ter apreendido o que de fato significa o debate da “centralidade do trabalho” (e classe trabalhadora) para o autor, enquanto potencial revolucionário e possibilidade real de transcendência da ordem burguesa e a emancipação humana. Sendo essa perspectiva concernente ao projeto ético-político profissional do Serviço Social, demonstra, portanto, que boa parte desses profissionais não tem claro discernimento do referido projeto.

Em consequência dessa apropriação equivocada, as interpretações são incoerentes e parciais, no que tange a forma que decifram a realidade, bem como da sua posterior intervenção profissional, conforme tem sido interpretado como “gestor da questão social” (o pauperismo absoluto e relativo, segundo Marx). O exemplo disso verificado reiteradas vezes, confere aos constantes equívocos “processos de trabalho do Serviço Social” referindo-se a dimensão operativa profissional, ou ainda “questões sociais”, o que revela na sua essência uma aproximação do que convencionou-se chamar de “pensamento pós-moderno”¹¹⁰, que considera o efêmero, aparente, suprimindo as manifestações das relações intrínsecas antagônicas e contraditórias. Percebe-se ainda a prevalência de uma visão endógena, que entende o Serviço Social em si, que se autoexplica. Também revelou uma visão reducionista da sociedade burguesa, a qual acreditamos que numa perspectiva crítica de totalidade, faz-se necessária uma análise dos principais

¹¹⁰ Sobre a temática da “modernidade” e “pós-modernidade”, indicamos os artigos da Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – *Temporalis*, n. 10, 2005.

elementos constitutivos desse cenário, isto é, a apreensão mais totalizante da crise contemporânea que afeta diretamente o mundo do trabalho, o que significa ir além da aparência.

Nesta perspectiva, considerando que o projeto profissional da categoria tem inspiração em Marx e sua tradição, cumpre reportar-nos a José Fernando Silva (2013, p. 119), conforme constatado em sua pesquisa:

As análises realizadas até o presente momento revelaram os inúmeros problemas e desafios para estimular a aproximação entre uma determinada teoria social crítica (o marxismo – considerando-se sua diversidade e seus pressupostos) e uma profissão cuja gênese está vinculada ao conservadorismo e ao sincretismo ontologicamente dados pela inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo.

Esse delicado, polêmico e relevante debate entre a tradição revolucionária marxiana e marxista e o Serviço Social nos impõe inúmeros cuidados especiais “[...] necessidade de uma interlocução refinada, cuidadosa e, portanto, não imediata, pragmática ou utilitarista entre eles (uma tarefa desafiadora considerando-se o legado da profissão, seus desafios contemporâneos e o permanente empobrecimento da razão pós-moderna).” (SILVA, J.F.S., 2013, p. 120).

Conforme elucidação de Paulo Netto (1989 apud SILVA, J.F.S., 2013, p. 121):

A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais [...]. O que ocorreu, a meu juízo, foi uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas”. [...] Estou convencido de que o recurso à tradição marxista pode nos clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional.

Concordando com o autor, acreditamos ser fundamental recuperar esse debate, enquanto condição imprescindível para estimular discussões sobre o contexto atual na perspectiva crítica de totalidade, em Marx e sua tradição, assim como para orientar a formação acadêmica e posterior intervenção profissional do assistente social nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais, os quais ele vem ocupando. Conforme afirma José Fernando Silva (2013, p. 121, grifo do autor) “[...] *é condição básica para negar qualquer tipo de reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, caminho necessário para reafirmar e radicalizar o Projeto Ético-Político Profissional em curso.*”

Desta forma, é fundamental ressaltar que o referido reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, está impregnado e pervertido pela negação da perspectiva ontológica e de totalidade dominante no âmbito acadêmico, sobretudo as Ciências Sociais e Humanas, ou “Ciências Sociais Aplicadas”, entre elas o Serviço Social, configurando-se a “decadência ideológica” denunciada por Lukács. Para tanto, é fundamental não perder de vista o respectivo contexto atual de crise estrutural do capital em escala global e suas perversas estratégias de se recompor, possibilitando sua produção e reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002).

Diante do exposto, ficou constatado os inegáveis equívocos analíticos nas produções socializadas nos principais eventos do Serviço Social ENPESS (2008 e 2010) e CBAS (2007 e 2010), a partir de uma leitura distorcida das obras clássicas de Ricardo Antunes, e por conseguinte uma apropriação problemática e reducionista da teoria social crítica de Marx, inclusive não se apropriando da importante discussão sobre a centralidade da categoria trabalho (e da classe trabalhadora), enquanto possibilidade concreta de emancipação humana.

Diante dessa constatação, entendemos ser de fundamental importância a entrevista realizada com o prof^o Ricardo Antunes, com a certeza de contribuir com o debate contemporâneo da discussão sobre o Serviço Social e trabalho. Desta forma, também pretendemos ressaltar o inegável reconhecimento da relevância das obras clássicas desse respeitável e importante autor, imprescindível para as chamadas “Ciências Sociais e humanas” e/ou “Ciências Sociais Aplicadas”.

Por fim, acreditamos ser imprescindível a retomada a *Crítica da Economia Política de Marx*, para que à luz da teoria social crítica, possamos decifrar o contexto atual, suas contradições intrínsecas, amplamente mistificadas pelas ideologias dominantes. Torna-se necessário desmistificar o movimento do real, suas contradições para definir a intervenção profissional, coerente com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Nessa perspectiva, apresentamos a seguir o capítulo III, o resultado da entrevista com o prof^o Ricardo Antunes, com vistas a contribuir com esse importante debate, esclarecendo assim, os equívocos analíticos constatados nas produções do Serviço Social. Para tanto, abordamos o relevante debate sobre a categoria trabalho, a luz da teoria social crítica marxiana, a partir da interlocução de Ricardo Antunes, o qual assim como Marx, considera o trabalho a categoria fundante da sociabilidade humana, enquanto condição eterna entre homem e natureza.

CAPÍTULO 3 A CATEGORIA TRABALHO EM RICARDO ANTUNES

No terceiro capítulo perquirimos o debate sobre a categoria trabalho, numa perspectiva marxista, a partir da abordagem de Ricardo Antunes, defendendo a centralidade do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e da práxis social, evidenciando seu potencial revolucionário. Nessa perspectiva, apresentamos o resultado da entrevista realizada com o referido autor, com vistas a contribuir com o debate contemporâneo da discussão sobre o Serviço Social e trabalho, considerando que esse autor tem sido amplamente referenciado no Serviço Social, contudo com expressivos equívocos analíticos, conforme evidenciado no capítulo anterior. Para tanto, iniciamos com o resultado da entrevista com Ricardo Antunes, resgatando importantes reflexões sobre a categoria trabalho, a partir da teoria social de Marx, bem como elucidando alguns pontos polêmicos em debate, além de cruciais para a atualização da teoria marxiana ao século XXI. Em seguida apresentamos algumas reflexões sobre o polêmico debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e destacamos algumas das principais teses de suas duas obras: *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”* e *“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.”*

3.1 Uma nota biográfica introdutória

Conforme enunciado, o objetivo inicial deste estudo foi constatar como as obras de Ricardo Antunes tem contribuído com a reflexão do mundo do trabalho no Serviço Social, por meio da interlocução dos livros *“Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”* e *“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”*.

Para tanto, entendemos ser de fundamental importância a entrevista com o profº Ricardo Antunes, na certeza de contribuir com o debate contemporâneo sobre o Serviço Social e trabalho¹¹¹. Além disso, também pretendemos evidenciar o inegável reconhecimento da relevância das obras clássicas desse respeitável e

¹¹¹Cumpramos esclarecer que a entrevista com o profº Antunes não teve o intuito de responder diretamente os limites constatados nas produções do Serviço Social ao incorporarem suas obras, embora seja inegável que seus valiosos esclarecimentos contribuirão para a autocrítica dos próprios assistentes sociais e contribuirão para o avanço teórico da categoria.

importante autor, imprescindível para as chamadas “Ciências Sociais e Humanas” e/ou “Ciências Sociais Aplicadas”.

Inicialmente, com o intuito de conhecer melhor sua história, indagamos sobre seus dados pessoais e sua formação acadêmica, obtendo os seguintes dados de sua trajetória¹¹²:

Nasci em São Paulo, em 05/fevereiro/1953, família de classe média, meu pai advogado e minha mãe funcionária pública. Fiz o ensino primário em escola privada, mas o ginásio e colégio em escola pública. Entrei na Fundação Getúlio Vargas em 1972, onde concluí o curso de Administração Pública em 1975. Em 1976 ingressei no mestrado em Ciência Política da Unicamp, tendo defendido minha dissertação em 1980, intitulada “A classe operária, sindicatos e partidos do Brasil”, publicada pela Editora Cortez. De 1981 a 1986 cursei o doutorado na USP, cuja tese intitulada “A rebeldia do trabalho”, foi publicada pela Editora da Unicamp em 1988. Em 1979 ou 1980, eu me transferi para a Unesp e em 1986, quando estava terminando o doutorado, prestei o concurso e entrei na Unicamp. A partir daí continuei minhas pesquisas, resultando em 1994 na minha tese de livre docência o “Adeus ao trabalho? [...]”, e em 1999 “Os sentidos do trabalho: [...]” como titular. Então, a grosso modo essa é minha formação acadêmica.

No que tange a sua inserção nos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, respondeu-nos:

Foi no começo dos anos 70 na FGV dando aulas como professor, dando aulas de história me obrigava a refletir sobre o país que a gente vivia. Eu já era um jovem professor de história influenciado pela obra de Caio Prado, do Nelson Werneck Sodré e nesse período 1975 eu tinha proximidade com setores ligados ao partido comunista (PCB).

No entanto, recordou-se de um fato que foi fundamental em sua formação profissional e decisivo no seu processo de construção crítico marxista:

Ah isso foi uma coisa importante da minha formação, quando eu entrei em 1972 na FGV, em poucos meses eu e um amigo meu decidimos fazer uma coisa que foi absolutamente decisiva na minha vida, nós começamos a ler *O capital*, uma decisão nossa. Nós nos reuníamos todo sábado e líamos conjuntamente e discutíamos *O capital*, e fizemos isso durante todo o período da minha graduação. De modo que eu entrei numa escola de Administração para ser um administrador de empresas, um gestor do capital, quando li a obra do Marx, ela mudou completamente a minha cabeça e nessa época eu li também a obra do Lenin, intensamente [...] A obra do Lenin eu li com muita intensidade também, além da do Marx, especialmente a obra política do Lenin. E foi decisivo para minha formação quando eu terminei o curso de graduação em 1975 eu tinha claro que tinha uma formação marxista, mais adensada pela obra de *O capital*, e foi aí que eu decidi que queria fazer Ciência Política. Em 1976 entrei na Unicamp e em 1981 iniciei o doutorado em Sociologia na USP. Foi essa minha formação.

¹¹²Entrevista concedida à pesquisadora no dia 12/Abril/2013, em Uberlândia-MG.

Nesse sentido, o prof^o Antunes ressalta que conhecer a obra do Marx mudou radicalmente sua vida, sua visão de mundo, inclusive passou a interessar-se pela luta política:

Quando saí como administrador público pela FGV em 1975, fui dar aulas na FGV de sociologia e de política. Eu dava vários cursos, mas o que mais gostava era um curso de teoria do estado, que eu começava com Hegel, Marx, Lenin até Gramsci, esse era meu curso de teoria do estado na FGV. [...] Quando eu comecei a estudar o Marx, era inegável que eu comecei a me interessar também pela luta política contra a ditadura.

Referindo-se a sua trajetória de militância, lembrou-se de sua inserção no movimento de oposição sindical ao sindicato pelego de professores e sua proximidade com o partido comunista, em plena ditadura militar:

[...] eu participava do movimento de oposição aos professores que eram de um sindicato pelego, estávamos todos na ilegalidade naquela época. Um grupamento de militantes do partido comunista e por aí iniciou minha militância política, oposição sindical e militância política. O partido comunista estava completamente esfacelado pela ditadura militar. Tinha muitas tendências. A gente tinha a ideia que com o tempo mostrou-se um pouco ilusão, que talvez fosse possível ter uma tendência crítica que fosse capaz de pensar a revolução brasileira no interior do partido comunista. Essa concepção era muito positivamente influenciada pelo Caio Prado. Mas com o tempo mostrou-se impossível de ser realizado. Em 1980, no contexto de grave crise do partido comunista, quando saiu Prestes, nós também saímos. Em 1983 entramos no PT, onde militamos por bastante tempo, fiquei no PT até 2003, quando decidi mandar uma carta de desfiliação ao diretório municipal de Campinas.

Quanto a sua permanência no PT, afirmou nunca ter tido grandes expectativas em relação a esse partido enquanto propulsor real de transformação social, embora naquele período tivesse sua relevância enquanto representante da classe trabalhadora:

Eu e meus colegas que militávamos no PCB e depois no PT, nós nunca achamos que o PT fosse se tornar um partido efetivamente socialista, mas nós reconhecíamos que o PT tinha grupos socialistas muito importantes. Eu nunca achei que o PT fosse se tornar um partido socialista, capaz de participar das transformações profundas da sociedade brasileira. Nunca achei, verdadeiramente nunca achei. Mas sabia que qualquer coisa com alguma importância que fosse ocorrer no Brasil, passaria por setores que estavam dentro do PT, e que hoje muitos deles estão fora do PT, e especialmente pela classe trabalhadora que o PT naquele momento representava mais do que todos os outros partidos. Então nós estávamos no PT porque queríamos estar juntos daqueles grupamentos e movimentos vinculados a classe trabalhadora.

Em seguida, perguntamos como a categoria trabalho tornou-se central em suas reflexões, obtendo a seguinte resposta:

Lendo Marx. Quando a gente lê o primeiro volume de *O capital*, ele começa com a mercadoria e sua dupla face, valor de uso e valor de troca. E valor de uso é a expressão do concreto e o valor de troca expressão do trabalho abstrato. [...] Mas digamos a percepção do peso da categoria trabalho na obra do Marx, eu li várias de suas obras, mas o texto que eu estudei anos seguidamente foi *O capital*, ao longo dos anos 70 a 75 o volume I e de 76 a 80 os volumes II e III. Ele foi vital na minha formação, mas a percepção do trabalho também estava na medida em que eu já trabalhava, desde os 18 anos me tornei professor de história e muito pouco tempo na militância nós passamos a acompanhar também o movimento operário do ABC. Então foi uma conjugação de elementos. Estava havendo um monumental processo de renascimento da luta sindical depois de 10 anos de uma ditadura virulenta, de 64 a 75, e a minha militância política começa então nesse período. Eu acho que comecei a ler *O capital* em 73 e em 74 eu já estava como professor na oposição sindical aos professores, e em termos de militância política em áreas próximas ao partido comunista.

Em relação a apropriação teórico crítica a partir das discussões nos espaços democráticos representativos (sindicatos e partidos), respondeu-nos que naquele tempo havia debates a partir da apropriação teórico crítica de seus importantes intelectuais, o que infelizmente não tem ocorrido na atualidade:

Hoje mudou muito, naquela época havia, por exemplo fica aqui uma modesta homenagem minha a ele: Carlos Nelson Coutinho, que morreu muito precocemente há poucos meses, era um amigo querido. O partido comunista brasileiro tinha intelectuais de peso, o Carlos Nelson, o Leandro Konder. Atrás deles tinha um historiador de peso Caio Prado Junior, que aliás era um historiador maldito dentro do partido comunista. E tinha um historiador que não era considerado "maldito", mas reconhecido, cujo pensamento brasileiro sempre foi muito injusto, que era o Nelson Werneck Sodré. Se eu gosto mais da analítica Caiopradiana para a particularidade brasileira, o Nelson Werneck Sodré bastaria dizer isso, é um autor que navega na história econômica, na história social, na história política, na história da cultura, no jornalismo, na história da imprensa, enfim é um historiador multiforme, amplo. Era um general, um general marxista por suposto. Hoje o quadro é muito mais desolador em certo sentido, porque os partidos sentiram muito, o marxismo viveu uma crise muito dura. Porque naquele tempo na USP você tinha núcleos de estudo do marxismo desde os anos 60, estudando *O Capital*, tínhamos vários professores marxistas da USP, como Florestan, Octavio Ianni na sociologia, tinha na filosofia, na economia. Então era um período de efervescência, muito diferente de 2013. Estamos saindo de 40 anos de contrarrevolução burguesa poderosa.

Referindo-se as pretensas teses do fim do trabalho, amplamente difundidas na década de 1980, esclareceu-nos sobre o surgimento desse movimento na Europa nos anos 1970 e que só repercutiu tardiamente no Brasil nos anos 90, a partir da difusão das obras de André Gorz, Claus Offe, Robert Kurz e Habermas:

Começam a ganhar peso as teses do pretense fim do trabalho, nos anos 80 com André Gorz, Claus Offe. Essa tese teve ampla incidência nos movimentos de esquerda italiana, na esquerda francesa, seus livros eram

publicados com muita intensidade em outros países, ou seja, o fim do trabalho coincidiu com o momento de desencanto da esquerda europeia, ele é então expressão um pouco disso. Esse impacto ocorreu na Europa e não no Brasil, porque quando o Gorz escreve o *Adeus ao proletariado*, esse livro teve impacto na Itália, na França, em especial na esquerda da Itália. Nós estávamos aqui no Brasil ressurgindo com um movimento operário sindical muito vigoroso, então a incidência da obra do Gorz, do Claus Offe e depois do Habermas, ela virá tardiamente. Porque nos anos 80 bastaria dizer nós criamos aqui o PT, a CUT, o MST, o Brasil teve quatro greves gerais importantes, teve as mais altas taxas de greve do mundo na década de 80, greves selvagens, greves por categoria, greves gerais, foi um movimento muito importante. Então aqui não fazia sentido dizer que a classe trabalhadora não tinha importância. Mas essas teses comecem a chegar aqui com mais força no final dos anos 80, começo dos anos 90, quando esse ciclo espetacular de lutas operárias, sindicais, do trabalho, movimentos sociais, começam com a derrota do Lula em 1989 para o Collor, com a entrada do neoliberalismo. Nós tivemos uma onda conservadora e reacionária muito forte, a partir da propagação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital aqui, que entraram no Brasil pesadamente, não nos anos 70 como na Europa (73, 74 em diante até 79), entraram aqui nos anos 90, de maneira intensa. Isso fez com que os livros como o do Gorz, do Claus Offe, o artigo do Offe em meados de 80 começasse a ter incidência muito grande nos anos 90. E foi esse movimento, Gorz, Offe, lembra que em 1980 o Habermas publicou a sua *Teoria da ação comunicativa*, mas ele já tinha publicado antes *Para reconstrução do materialismo histórico*, ele tinha publicado antes ainda, se minha memória não falha, no final dos anos 60, um ensaio que foi muito marcante, onde ele já dizia que a classe operária tinha perdido seu sentido, sua potência transformadora. Depois você pode adicionar nos anos 90 numa outra linguagem, ora influenciado por Marx, ora como crítico do Marx como o Robert Kurz. Em meados de 1990 J. Rikflin publica *O fim dos empregos* nos Estados Unidos [...] Foi um período da onda que tentou sepultar pela enésima vez o Marx.

Quando indagamos se sua obra *Adeus ao trabalho?* foi uma resposta a obra do Gorz *Adeus ao proletariado*, respondeu-nos que não, afirmando que foi uma resposta as teses “eurocêntricas” do pretense fim do trabalho, entre as quais destacava André Gorz:

Eu diria que não. Eu escrevi o *Adeus ao trabalho?* pelo seguinte: quando terminei minha tese de doutorado em 1986 (sobre as greves operárias do ABC paulista, o livro chama-se *A rebeldia do trabalho*). Eu fiquei de 1986 até 1990 estudando as mudanças que estavam ocorrendo no sindicalismo brasileiro nos anos 80, inclusive publiquei um pequeno livro chamado: *O novo sindicalismo no Brasil*. Dando continuidade a um livrinho que eu publiquei em 1980 que é *O que é sindicalismo*, da Brasiliense. Acho que foi em 1989 eu tive um convite para ficar um mês na Itália, em Bolonha, fazendo o que seria quase um pós doutorado em Bolonha. E indo para a Itália, eu percebi uma coisa que para mim foi muito importante, já na Itália era forte esse pensamento fragilizador do trabalho, enfraquecedor da revolução, o caminho era a via social democrática. A tese fundamental é que vinha ocorrendo mudanças no capitalismo e a classe operária, a grosso modo, vinha perdendo força. E esse um mês na Itália foi muito importante para perceber o seguinte: eu tenho que fazer uma pequena inflexão no meu estudo, eu fiquei de 75 até 88 estudando a classe operária no Brasil. O tema vital da minha pesquisa foi sempre muito Lukacsiano, se você for ler meu livro *Classe operária e sindicatos e partidos no Brasil*, eu queria estudar a consciência da classe no

operariado dos anos 30, se você ler *A rebeldia do trabalho*, eu queria estudar a consciência de classe a partir das greves operárias do ABC paulista. Porque para mim a consciência de classe é fundamental, ela aparece no *Adeus ao trabalho?* e depois também em *Os sentidos do trabalho*. Sem consciência de pertencimento de classe não teremos transformação. Só há um grande livro no marxismo sobre esse tema: *História e consciência de classe* do Lukacs. E mesmo assim com problemas, muitos méritos e lacunas. Então eu percebi que eu tinha que começar a estudar as mudanças no mundo do trabalho que estavam ocorrendo nos países de capitalismo avançado. Foi aí que eu comecei a estudar o Japão, a experiência Toyotista. E a partir daí eu fiz uma pausa nos meus estudos sobre a classe operária brasileira, sempre continuando a ler Marx, Lukacs, Gramsci. É claro que alguns autores foram centrais na minha polêmica, um deles foi o Gorz. Então eu respondi o Gorz naquele livro? Não, eu tentei responder a uma pergunta: o que vem ocorrendo com a classe trabalhadora? Então o Gorz era o interlocutor nº 1.

No entanto, além do Gorz, o entrevistado aponta outros autores nessa mesma vertente eurocêntrica do pretense fim do trabalho, entre os quais Robert Kurz, Claus Offe e Habermas:

[...] escrevendo o *Adeus ao trabalho?*, que eu pesquisei entre 90, 91, 92 e 93, foi publicado, se minha memória não falha, em 92 um livro no Brasil do Robert Kurz *O colapso da modernização*. Esse livro eu li em um dia e meio, e esse livro também mexeu muito comigo no seguinte sentido, ao mesmo tempo que era um livro explosivo, espetacularmente explosivo, e espetacularmente problemático e equivocado, as duas coisas, tanto é que você vai ver na primeira edição do *Adeus ao trabalho?* tem um apêndice "a crise vista em sua globalidade", uma resenha a crítica do livro do Robert Kurz, dizendo o que dele é altamente positivo e altamente problemático, foi um livro que me provocou. Um outro autor que me provocou no *Adeus ao trabalho?* foi o Habermas, especialmente o Habermas de Técnica e Ciência enquanto Ideologia. Eu tinha razoáveis elementos objetivos, empíricos, concretos para dizer: a classe operária não acabou nem na Europa. Essas teses são eurocêntricas, você não pode falar em classe trabalhadora só olhando a Europa, você tem que olhar a China, a Índia, a América Latina, a África. Então eu não posso dizer adeus ao trabalho olhando a Alemanha e a França. Eu dizia, não me parecem verdadeiras essas teses nem para a Alemanha e nem para a França. Mas olhando a Índia, a China e a América Latina, elas são ainda mais falsas, são profundamente eurocêntricas, porque elas desconsideram 2/3 da humanidade que trabalham, que são os países, o chamado o sul do mundo. E foi isso que me levou a escrever o *Adeus ao trabalho?*, que foi minha tese de livre docência.

Cumprir ressaltar que o profº Antunes não tinha conhecimento do impacto dessa importante obra naquele momento, contudo hoje já publicou a 15ª edição, em vários idiomas e países da América Latina e Europa:

A partir daí, eu tinha ideia do impacto dessa obra? Não, nem de longe. Eu comecei a perceber que ela ia ser uma obra que ia marcar quando eu ia debater, e o pessoal perguntava quando ia sair o livro .. Mas eu fiquei assustado quando fui lançar esse livro no congresso do serviço social na Bahia. O Cortez levou 400 livros, nós fizemos o lançamento de manhã, estava o Zé Paulo na mesa, a B. Mota. O Cortez chegou para mim e disse:

Ricardo, eu não sei o que aconteceu, mas os 400 livros acabaram, eu já pedi para o pessoal mandar hoje mais 200 .. você imagina 400 livros. Eu lembro que em 20 dias, não sei se 2000 ou 3000, estava esgotado. Aí foi a 2ª edição, mais um mês esgotou. E aí foi até hoje a 15ª edição. [...] Vou te dizer em quais os países: o 1º foi Venezuela, o 2º Argentina, o 3º Colômbia, 4º Espanha, 5º Itália, além de uma edição especial que o Cortez fez para o México. O *Adeus ao trabalho?* foi publicado em 6 países e tenho chance de publica-lo em Francês e inglês ainda.

No que tange a sua obra *Os sentidos do trabalho* ser um aprofundamento da obra anterior *Adeus ao trabalho?* , respondeu-nos:

Sim e não. Sim porque eu percebi quando eu terminei o *Adeus ao trabalho?*, que eu tinha que enfrentar um autor: o Habermas. Eu tinha que agora ler o Habermas com todas as dificuldades de quem não é filósofo, eu não sou filósofo de formação. Tanto é que eu fui estudar na Inglaterra, na Universidade de Sussex, eu fui convidado para ser professor visitante, pesquisador visitante pelo Mészáros. E foi ótimo, porque o Mészáros é um crítico áspero do Habermas. Mas o aluno do Mészáros, lá do passado que era digamos o pensador organizador do núcleo de pensamento social, chamado William Outhwaite, era um marxista muito influenciado pelo Habermas. Então eu falei, eu vou ter dois interlocutores muito especiais, um habermasiano e um Lukacsiano. E eu fui para a Inglaterra e fui estudar, me permitiu reler a *Ontologia do ser social*, ler a *Teoria da ação comunicativa*, apropriar-me de um conjunto de autores europeus, ingleses, italianos e franceses, da nova safra dos críticos marxistas. Então era para ser continuidade, é um outro projeto. *Os sentidos do trabalho* foi publicado: primeiro na Argentina, na Itália, e este ano 2013 acaba de ser publicado nos EUA, Holanda e Inglaterra, simultaneamente. É uma editora europeia de língua inglesa. E acaba de ser publicado em fevereiro/2013 também em Portugal. Na era que a precarização do trabalho chegou para valer na Europa. Então nesse sentido é muito grato ver um livro 14 anos depois de sua publicação, ser publicado em língua inglesa, ele pode ser lido hoje nos EUA, Inglaterra e Holanda e nos outros países Austrália, Índia, onde a referida editora tem inserção. Em Portugal, onde há um movimento dos trabalhadores precarizados, chamado precários inflexíveis, muito intenso. Uma coisa que sempre faço: eu nunca mudo meus textos, meu texto do *Adeus ao trabalho?* é o mesmo de 1995, *Os sentidos do trabalho* é 1999. O que eu faço, na medida que são muitas edições (*Os sentidos do trabalho* está na 12ª edição) é introduzir apêndices novos, atualizados. Ou seja, a edição inglesa eu coloquei além do prefácio para a edição inglesa e para a edição portuguesa, eu coloquei além de apêndices novos, artigos mais recentes que atualizam os dados.

Quanto a considerar o *Adeus ao trabalho?* uma de suas principais obras, esclareceu-nos sua preferência pelo *Os sentidos do trabalho*, por ser uma obra mais densa, embora reconheça que a primeira seja a obra da explosão:

E você pergunta qual dos dois livros, eu como autor é estranho isso, eu dou maior peso para *Os sentidos do trabalho*, porque ele é mais denso. Agora O *Adeus ao trabalho?* é o livro da explosão e talvez seja mais acessível pedagogicamente falando. Nesse, eu considero um problema central o abandono por parte dos críticos do trabalho a dupla dimensão do trabalho, trabalho concreto e trabalho abstrato. Se você dilui essa distinção marxiana,

fala só no trabalho, fica muito simples você falar no fim do trabalho ou qualquer coisa do tipo, mas isso não imacula nenhuma das formulações do Marx, mais importantes. Então *Os sentidos do trabalho* me permitiu avançar ... por exemplo tem um capítulo dedicado ao polêmico debate entre Habermas e Lukacs, tem um capítulo dedicado a reelaborar a minha discussão do toyotismo, tem um capítulo inteiramente novo dedicado a crítica ao neoliberalismo inglês (Thatcher, depois Tony Blair), um capítulo dedicado a quem é a classe trabalhadora.. No *Adeus ao trabalho?*, eu tinha usado uma expressão classe-que-vive-do-trabalho, que eu uso até hoje, mas eu não tinha explicado a noção em detalhes, porque sempre pareceu tão óbvio para mim, sinônimo de classe trabalhadora, nunca foi nada diferente. Em *Os sentidos do trabalho*, eu expliquei: o que é a classe-que-vive-do-trabalho, a forma de ser da classe trabalhadora hoje. Me obrigou a entrar em um tema que ganhava força, que era a questão do trabalho imaterial, como o Marx tinha tratado o trabalho imaterial e como os autores pós marxistas e ex marxistas como Negri, Lazzaratto, Gorz e outros tratavam esse tema. Eu tive que enfrentar, então temas que não estavam no *Adeus ao trabalho?* Então nesse sentido ele é continuidade, mas é outro livro. Quem me chamou a atenção para isso pela primeira vez foi o Zé Paulo Neto, ele me disse: Ricardo, eu pensei que *Os sentidos do trabalho* fosse uma retomada do *Adeus ao trabalho?*, mas é um livro inteiramente novo, a presença do Mészáros é mais forte. Porque quando eu chego na Inglaterra em 97 eu estava terminando de ler *Para além do capital*, do Mészáros, ainda em inglês, não tinha em português. Então esse livro me ajudou ... eu conhecia a obra do Mészáros, mas *Para além do capital* é o seu livro mais completo.

No que se refere a forma que suas obras tem sido apropriadas pelos seus respectivos leitores, entre os quais o Serviço Social, o profº Antunes não tem conhecimento a respeito e prefere deixar que essa pesquisa o revele, no entanto esclarece que para compreender suas obras é necessário que se tenha uma base teórico crítica a partir da teoria social de Marx:

Então eu estava dizendo, a leitura que se faz do meu livro é muito difícil comentar, entende? Porque: primeiro eu não conheço. Eu sei que no serviço social os 2 livros são citados, mas são citados no direito do trabalho na economia, na administração, na filosofia, na medicina do trabalho, na enfermagem do trabalho, é claro que nesse conjunto enorme de autores que citam meu trabalho, há públicos diferenciados. Em *Adeus ao trabalho?* como eu tive que escrever 100 páginas, onde deveriam ser 250, **eu estou supondo que quem está lendo meu livro está familiarizado com o fundo da teoria marxiana, porque eu não fico explicando o Marx disse isso ... disse aquilo** ... Por isso que no apêndice tem lá: trabalho estranhamento, para ajudar a entender. A crise vista como global .. a crise dos sindicatos, entendeu? É natural que nas várias leituras que meu livro teve e tem, muita gente tenha essa leitura da obra do Marx, e muita gente não tem. (grifo nosso).

A partir desse pressuposto, acredita que essa pesquisa possa contribuir com o debate, acrescentando ainda alguns importantes esclarecimentos sobre a categoria trabalho, a partir de suas duas obras supracitadas:

Mas eu acho que seu trabalho poderia ajudar a clarear isso, no Serviço Social, entende? Porque é claro eu não faço uma defesa do trabalho em geral, o sub título do livro *Os sentidos do trabalho* é claro: os sentidos no plural e não no singular. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Ou seja o crucial aí é a distinção marxiana entre o trabalho, no plano como ontológico, no seu plano mais geral como criação de coisas úteis, e portanto imprescindível em qualquer forma de sociedade humana. Mas, o trabalho torna-se valores de troca sob o capitalismo, daí a noção marxiana de trabalho abstrato, sua resultante alienação do trabalho. Não são dois tipos de trabalho. Marx nunca trabalhou com tipologias, é a dupla dimensão do processo de trabalho presente no capitalismo, que é o que eu estou estudando. Se todos nossos leitores fazem essa distinção ou não, eu tenho certeza que não. Deve haver um certo uso, digamos de algumas teses do *Adeus ao trabalho?* sem levar em conta esta nota: deve, mas seria muito difícil para mim julga-los, primeiro porque o peso do *Adeus ao trabalho?* eu devo a todos os meus leitores. Segundo, o livro se fundamenta na análise do valor criado pelo trabalho, nessa dupla dimensão do trabalho: trabalho concreto: criador de valores úteis, e trabalho abstrato criador de valores de troca, o valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso, que se torna apêndice, do que resulta um trabalho alienado, e é essa resultante, digamos assim, que faz com que a potência criadora do trabalho possa rebelar-se contra o capital, porque quem cria o capital é o trabalho [...]

Em relação a repercussão de suas obras no Serviço Social, o autor ressalta que tem tido bons diálogos e afinidade com alguns profissionais assistentes sociais:

Eu preferiria neste capítulo dizer: olha provavelmente há usos diferenciados, mas é muito difícil para mim, porque primeiro eu não conheço todos meus leitores, eu sei por exemplo meu diálogo com Zé Paulo Neto, com Marilda Iamamoto, Montaño, esses são diálogos com muita afinidade, porque inclusive a gente vem da mesma escola, eles conhecem Marx com profundidade, eles conhecem Lukács com profundidade, eles fazem uma crítica ao capital e ao capitalismo muito forte.

Quanto a sua percepção sobre a ciência sob a lógica do capital, ou seja o que esperar da ciência burguesa, como reverter o perverso quadro atual para que a ciência esteja de fato comprometida com a humanidade e não com o capital, postula:

Ótimo, primeiro é compreensível que a razão instrumental tenha dominado esses últimos 40 anos, se fundamentalmente esses 40 anos foram um período de contrarrevolução burguesa, neoliberalismo e reestruturação produtiva, foram décadas de derrotas da classe operária, da classe trabalhadora, da esquerda e do socialismo. Essa derrota começou com o massacre de 1968 na França, em 69 na Itália, mas em 69 se esparramou para vários países. E as primeiras retomadas das lutas operárias e sociais nós estamos vendo na última década, como você olha nos países de capitalismo avançado por exemplo, eu vejo com muita simpatia a retomada das lutas na Europa nesse momento de crise, ainda que num quadro difícil, eu já escrevi sobre isso você conhece, eu não vou falar aqui de uma coisa que já falei. Então o que eu quero dizer com isso de modo muito breve: há uma retomada das lutas sociais e essa nos impulsiona ... por exemplo a recuperar o Marx. Então eu não vejo a ciência instrumental, que é a ciência do capital, a ciência do mercado, é a desciência do mercado destrutivo. E nosso monumental esforço é recuperar com a ciência crítica um marxismo crítico, não o marxismo

dogmático. Marx seria o primeiro autor a dizer: temos tantas questões hoje, que nós não conhecemos e precisamos compreender.

Nesse sentido, deixa claro a necessidade imprescindível de se considerar o movimento do real, conforme nos orienta Marx:

Claro, claro, alguém acha que o capitalismo de 2013 é o mesmo de 1750 em tudo, só quem, só quem tiver digamos, tiver a cabeça enterrada embaixo do solo e não enxergando nada. Então a retomada da ciência ontológica da razão emancipada e emancipadora é um pensamento que florescerá cada vez mais com a ampliação das lutas sociais. É por isso que hoje é capaz de termos encontros com socialistas e marxistas, com milhares de pessoas, tá certo ... e autores importantes, eu queria citar Mészáros, o Chesnais, o David Harvey como autores bastante conhecidos aqui no Brasil e que são autores sem os quais não entenderíamos a crise estrutural do capitalismo. O que esses 3 autores tem em comum, para não entrar em outros elementos: todos os 3 são profundamente inspirados na crítica da economia política do Marx e isso é vital. E conhecer a ancoragem da classe trabalhadora neste processo também é vital. É aí que eu entro com meus textos e tento ajudar a entender esse fenômeno decisivo.

Nessa perspectiva, para compreender o século XXI, nos esclarece sobre a leitura do trabalho produtivo e improdutivo, além do trabalho material e imaterial, já apontados por Marx no século XIX:

Quando o Marx conceitua trabalho, ele diferencia o pior arquiteto da melhor abelha. Ao conceituar o trabalho e exemplifica-lo com o arquiteto, demonstra uma visão abrangente do trabalho, para o Marx o trabalho compreende o trabalho produtivo gerador da mais valia e compreende também o trabalho improdutivo que não gera mais valia, mas é parte imprescindível, são os falsos custos imprescindíveis para o capital.

Esses valiosos esclarecimentos são imprescindíveis para orientar o debate sobre o Serviço Social e Trabalho, sendo vital a distinção analítica da dupla dimensão do trabalho, no qual o trabalho concreto é subsumido ao abstrato/alienado, todavia não é eliminado, não perde sua potência revolucionária. Para tanto, é crucial apreender a grandiosidade da obra marxiana, torna-se imprescindível considerá-la como um todo em sua complexidade.

No que tange ao debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, afirma ser imprescindível fazer a apropriação do trabalho considerando sua respectiva concretude histórica determinada, conforme genialmente fez Marx ao analisar o trabalho na concretude capitalista:

Primeiro, pensar na categoria trabalho, implica em toma-la de forma totalizante, enquanto tal o trabalho é parte da ontologia do ser social, o trabalho é digamos assim o modo cotidiano pelo qual milhares de homens e mulheres vivem a sua vida produzindo e reproduzindo sua existência. Por isso é possível dizer que há uma ontologia singularmente humana do trabalho. O Lukács foi no século XX o mais importante filósofo que recuperou essa tese no Marx. Mészáros tem sido um dos seus principais formuladores do mundo contemporâneo, e meus livros tentam trabalhar nessa direção. Agora dizer que há uma ontologia singularmente humana do trabalho, para usar a expressão do Mészáros. Ou o papel fundante do trabalho na constituição e na gênese e no devir do ser social como Lukács, ou o trabalho “uma necessidade natural e eterna na relação metabólica entre humanidade e natureza” como diz Marx.[...]

Quando não se considera o respectivo contexto histórico, comete-se um enorme erro analítico, demonstrando falta de discernimento histórico e de método, ao desconsiderar o movimento dialético histórico do real, conforme nos orientou Marx.

Com esse entendimento, referindo-se aos teóricos que profetizaram o fim da centralidade da categoria trabalho, afirma:

Na sociedade capitalista atual, falar em centralidade do trabalho, é porque é o trabalho que cria mais valia. Os teóricos Habermas, Toni Negri, Offe, Gorz, kurz, todos aqueles que disseram que a teoria do valor trabalho perdeu importância ou desapareceu erraram, eu tenho mostrado isso nos meus estudos mais recentes. Está saindo hoje 24/maio o livro *A riqueza e miséria do trabalho no Brasil II* que mostra isso, está muito lindo. [...] Quando o trabalhador perde o trabalho, qual é o sonho dele? Trabalhar. Mesmo o trabalho estranhado tem coágulos de sociabilidade que a vida fora do trabalho é a completa dessociabilidade. Por isso eu chamo no meu livro *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. Se eu não trato esse tema nessa complexidade, corro o risco de fazer um resgate parcial do trabalho. É evidente que tem muita polêmica nesse tema, os marxistas, alguns influenciados pelo Marx, como Robert Kurz, vão dizer que Marx separa o trabalho da atividade autônoma. Eu não considero correta essa leitura, mas tenho que respeitar um autor como o Kurz. Eu não faço parte do marxismo dogmático, que acha que só existe uma leitura do Marx.

Novamente o prof^o Antunes ressalta a necessidade de se considerar a categoria trabalho em sua dupla dimensão, a partir da apreensão ampla e geral da importante obra marxiana em sua complexidade e grandiosidade, possibilitando assim uma análise da sociedade capitalista contemporânea, sob a perspectiva de totalidade, constatando que a centralidade da teoria do valor trabalho não perdeu importância ou desapareceu, como pretensamente afirmam os apologéticos da ordem, ao contrário ela se amplia na atualidade.

Nesse sentido, esclarece que o objetivo de seus estudos e obras publicadas tem sido no sentido de contribuir e avançar com esse debate e compreender o mundo do trabalho e do capital do século XXI:

Meus trabalhos desde o *Adeus ao trabalho?* eu tenho tentado entender a nova morfologia do trabalho, da classe-que-vive-do-trabalho, como o Marx fala por exemplo desde os *Manuscritos econômicos filosóficos* ... quando ele usa a expressão "classe de homens que apenas trabalha", como ela se conforma, se desenha ... desde seus primeiros textos, a classe dos homens que trabalham, que dependem, vivem de seu trabalho. A partir daí ele avança nos anos 40 a classe que gera mais valia (ainda no plano mais abstrato). Depois dos anos 50 e 60 ele entra fundo na sua conquista espetacular, a classe dos trabalhadores que criam valor, geram a mais valia absoluta, relativa, o seu complexo analítico vai se tornando pleno .. é nesta direção que eu procuro modestamente contribuir, mas com certeza ainda há lacunas a se discutir, especialmente quando nosso objetivo é compreender o que se passa hoje. A minha preocupação é compreender o mundo do trabalho e do capital do século XXI, condição básica para transformá-lo.

Nessa perspectiva, na sociedade contemporânea complexa, a categoria trabalho deve ser entendida em sua totalidade, considerando a complexidade do contexto sócio histórico, a partir do qual nos esclarece sobre o trabalho produtivo e improdutivo, além de situar algumas profissões entre as quais o Serviço Social:

O Marx nos ensinou desde *O capital*, que o trabalho é um complexo, coletivo e social. Hoje por exemplo você pega um computador, onde cada parte é fabricada em uma parte do mundo, envolvendo desde trabalhadores mais intelectualizados até aqueles mais manuais, aquele que coloca a capa do computador. É um trabalho global, social, coletivo, combinado, de tal modo que a mais valia que disso resulta é uma mais valia média, um dispêndio de energia física e intelectual como diz o Marx, que gera valor. Este complexo do trabalho produtivo carece do trabalho não produtivo para preservá-lo. O trabalho é tudo isso. *Não pode pairar a menor dúvida no Marx que o professor, o assistente social, o escritor na sociedade capitalista em última instância são prisioneiros da lógica do mercado e do valor. Produtivamente ou improdutivamente, que isso é trabalho, nunca pairou na cabeça do Marx essa dúvida, jamais.*

Quanto ao setor de serviços, ao contrário do que muitos afirmam não ter sido tratado pelo Marx, o prof^o Antunes nos esclarece que Marx abordou este tema, entretanto num outro contexto é claro, quando inclusive já apontava algumas exceções¹¹³:

O setor de serviços ampliou bastante, não como serviços públicos geradores de valor de uso... Marx dizia: o professor que gera um serviço no sentido capitalista do termo para a apropriação privada para o empresário capitalista gera mais valia, o mesmo professor que presta seu trabalho como valor de uso numa escola pública não gera mais valia, isso na época do Marx, ele fala da escola em geral. Claro que o debate hoje está aberto, esses são os fundamentos que o Marx coloca, embora na sua época os serviços fossem predominantemente improdutivos, ele já abria exceções, ele dizia que essas

¹¹³Esses valiosos esclarecimentos são imprescindíveis para embasar o debate sobre o Serviço Social e trabalho, considerando que o assistente social situa-se no setor de serviços, especificamente no conjunto de formas de distribuição do excedente econômico (chamada serviços sociais). Para tanto, torna-se mister uma apreensão ampla e totalizante, considerando o atual contexto sociohistórico.

exceções eram heranças da subsunção formal do trabalho ao capital. Heranças de uma época manufatureira do capitalismo na era industrial nascente. Hoje temos que estudar especialmente o neoliberalismo e a mercadorização dos serviços, a informação tornou-se parte do mundo da mercadoria, a informação e assim como o trabalho imaterial estão inseridos na lógica do trabalho material gerador de mercadoria e mais valor. Assim, está aberto o debate sobre o caráter atual da sociedade de serviços, o que dele é produtivo e o que dele é improdutivo.

No que tange a possibilidade real de superação da ordem burguesa, acredita que é possível e que para tanto é fundamental a retomada da crítica da economia política de Marx:

Sim, e que por sua vez depende do revivescimento das lutas de classe e das lutas sociais hoje. Então nós vamos ter um processo muito articulado entre retomada das lutas sociais com o pensamento emancipador.

Quando indagado sobre o fato da categoria trabalho em grande medida ser considerada no âmbito acadêmico objeto de estudo da sociologia do trabalho, esclareceu-nos tratar-se de um limite das ciências humanas ao fazer uma leitura parcelar e não totalizante como nos orientou Marx:

Por um limite das ciências humanas, na medida que as ciências humanas foram fragmentadas. A sociedade tayloriano fordista do século XX foi muito funda, o capitalismo do século XX compartilhava a produção, com muitas diferenças. O próprio nascimento da sociologia, o Lukács nos lembra isso, os seus primeiros formuladores tinham ideia de ter uma leitura mais parcelar contrapondo-se a leitura totalizante da crítica da economia política do Marx.

Nesse sentido, analisando a leitura que atualmente se faz da teoria social crítica de Marx, Antunes nos adverte que são leituras contrárias a Marx e não apenas equivocadas:

Eu não diria uma visão equivocada do Marx, pois essa vertente da sociologia, da ciência política, da filosofia não faz uma leitura equivocada do Marx, eles são contra, não é que leem errado, eles dizem: não é possível uma visão totalizante, é preciso uma análise fragmentada e parcial. É claro que a ciência é um movimento complexo, ela combina análises totalizantes e combina análises parciais. É por isso que não nasce uma obra como *O Capital* a cada ano. *O Capital* é uma obra de um projeto de vida. Sabemos que é uma obra inacabada Agora podemos ter boas análises parciais, podemos ter boas dissertações de mestrado e boa tese de doutorado quando dão conta de um problema, avançam para a ciência. O Marx só pode chegar a concluir sua obra a partir da crítica da economia política clássica, como a de David Ricardo e a crítica idealista de Hegel, etc. Uma obra de síntese totalizante não nasce a todo momento. Há uma complexa dialética do todo e as partes e o Marx fez isso como ninguém o fez.

Frente aos importantes elementos apresentados pelo Prof^o Ricardo Antunes em nossa entrevista, desenvolveremos a seguir algumas reflexões baseadas em suas perspectivas sobre o polêmico debate em relação à centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

3.2 A categoria trabalho em debate

É oportuno recordar que no atual contexto de crise estrutural do capital em escala global sem precedentes e sem perspectivas de superação há três décadas, prevalecem leituras equivocadas e mistificadoras do real, centradas na ideia do pretense fim do trabalho, da sociedade do trabalho e do potencial revolucionário da classe trabalhadora, não havendo possibilidades de superação do capitalismo. Nesse sentido, vale esclarecer que a sociedade capitalista vem sofrendo profundas mudanças em escala global, tanto em sua estrutura produtiva, quanto em seus ideários, valores, com expressivas repercussões em suas dimensões: econômica, social, política, cultural, etc, além de causar profundas metamorfoses no mundo do trabalho.

É igualmente importante salientar ainda que o mundo do trabalho tem sido foco de inúmeras pesquisas e estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, gerando polêmicas que se intensificaram, sobretudo, a partir de 1980 com o lançamento do livro de André Gorz (1982) "*Adeus ao proletariado*". Gorz defende o fim da sociedade do trabalho, no qual a classe trabalhadora não teria mais importância política no processo revolucionário, face ao surgimento das novas tecnologias e a expressiva redução do operariado industrial nos países centrais. Tais formulações tiveram enormes impactos no âmbito acadêmico e político.

O sociólogo austríaco André Gorz, radicado na França foi um autor polêmico, tendo exercido considerável influência sobre expressivos setores da esquerda reformista. O autor aborda um tema central aos marxianos e marxistas: o futuro do trabalho no capitalismo, no qual anuncia a abolição do trabalho e da classe trabalhadora. Em *Adeus ao proletariado*, Gorz acredita no anacronismo da teoria marxista, pela impossibilidade de apresentar propostas para a construção de uma outra sociedade. Segundo o autor "O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário." (GORZ, 1982, p. 13) Para tanto, argumenta "[...] entramos na era da abolição do trabalho." (GORZ, 1982, p. 154). Nessa perspectiva, a crise do

marxismo e do movimento operário são decorrentes da abolição do trabalho.

Diante da crise da racionalidade econômica capitalista, segundo a teoria de Gorz, com a perda da centralidade do trabalho, os indivíduos superariam a heteronomia do trabalho, construindo uma nova sociedade, pautada no princípio do “tempo livre”¹¹⁴. Para Gorz, o único projeto societário socialista possível seria uma sociedade de tempo livre. Também acredita no fim da lei do valor, com a diminuição do trabalho vivo da esfera produtiva, no qual o trabalho deixa de ser fonte de riqueza, fundamento do valor, como nos orientou Marx. Numa perspectiva Habermasiana, acredita que a ciência e a comunicação linguística passam a ser os pilares da produção, substituindo o tempo do trabalho incluso nas mercadorias. Com extremo otimismo, Gorz anuncia a sociedade do futuro, livre da alienação do trabalho, a partir do trabalho livre e das atividades denominadas “auto-organizadas”.

Posteriormente este debate ganhou força com Claus Offe, o qual considerava que o trabalho deixou de ser a categoria fundante da sociabilidade humana, conforme entendeu Marx: o trabalho enquanto condição eterna entre homem e natureza. Inicialmente Offe apresenta sua reflexão considerando que houve uma mudança na hipótese principal que norteava os estudos da sociologia clássica, isto é, a ideia de que a sociedade se estrutura e pode ter sua dinâmica explicada a partir do trabalho. Essa hipótese, argumenta Offe, não pode derivar-se do simples fato que a sociedade deve resultar produtos que garantam a sobrevivência de seus membros; para ele trata-se de uma “trivialidade sociológica.” Para Offe (1989), as preocupações temáticas centrais da sociologia atual não mais consideram a centralidade do trabalho como sua hipótese central. Assim, a principal questão consiste em decifrar se essa alteração teórica equivale à uma mudança efetiva.

Para ele, o trabalho torna-se “abstrato de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica.” Entre os múltiplos fatores que teriam resultado a ruptura na homogeneidade do trabalho, Offe considera as diferenças entre as formas de trabalho “produtivo” e de “serviços”. (OFFE, 1989, p. 184). O autor apresenta uma definição bastante restrita de “trabalho produtivo”, considerando uma dupla redução: da racionalização ao taylorismo e do

¹¹⁴Refutando essa defesa de Gorz sobre a pretensa abolição do trabalho, o não-trabalho, considerando que a transformação social não mais está centrada na classe trabalhadora e sim na “não-classe” e “não-trabalhadores”, nos esclarece Antunes (2005a, p. 132) “É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova *forma de trabalho*, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social.”

trabalho "produtivo" ao trabalho taylorizado. Dessa forma, atividades de produção material que não estejam submetidas aos métodos de racionalização fordista – a exemplo da produção artesanal e tantos outros da produção industrial atual - não são consideradas "trabalho produtivo" pelo autor.

Além disso, Offe acredita que os "[...] processos de racionalização técnica e organizacional [...] que resultam na eliminação do "fator humano" e de suas faculdades morais da produção industrial;" considerando ainda "[...] a degradação do trabalho e a extinção das especializações profissionais frequentemente observadas, a dimensão subjetiva do trabalho [...] também é enfraquecida." (OFFE, 1989, p. 184). Finalmente Offe argumenta que o aumento da experiência do desemprego implica um provável desaparecimento da estigmatização moral que este envolve e a criação de uma cultura "fora do trabalho" e hostil a este.

Cumprido apresentar ainda uma terceira tese que pretensamente defende a perda da centralidade do trabalho e que, segundo Antunes (2005b), destaca-se como a mais sofisticada: a crítica sócio-filosófica de Habermas. Como tese central acredita que na sociedade contemporânea, a “[...] *centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade.*” (ANTUNES, 2005b, p. 146, grifo do autor). Todavia, adverte Antunes (2005b), essa teoria “[...] relativiza e minimiza o papel do trabalho na socialização do ser social, na medida em que na contemporaneidade este é substituído pela esfera da *intersubjetividade*, que se converte no momento privilegiado do agir societal.” (ANTUNES, 2005b, p.147, grifo do autor).

Segundo Antunes (2005b, p.155, grifo do autor), a separação entre o *mundo da vida* e o *sistema* diante da complexificação das formas sociais, levou Habermas a concluir que a “[...] *utopia da idéia baseada no trabalho perdeu seu poder persuasivo [...] perdeu seu ponto de referência da realidade.*” Assim, as condições necessárias a possibilitar uma vida emancipada “[...] *não mais emergem diretamente de uma revolucionarização das condições de trabalho, isto é, da transformação do trabalho alienado em uma atividade autodirigida.*” Em outras palavras, “[...] *a centralidade transferiu-se da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa, onde se encontra o novo núcleo da utopia.*” (ANTUNES, 2005b, p.155, grifo do autor). Neste sentido, Antunes afirma discordar de Habermas, quando este confere à esfera intercomunicacional como elemento fundante e estruturante do processo de socialização do homem. Nas palavras do autor:

O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, *protoforma do ser social*, porque possibilita a *síntese* entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social. O trabalho, a sociabilidade, a linguagem, constituem-se em *complexos* que permitem a gênese do ser social. (ANTUNES, 2005b, p.156, grifo do autor).

Dessa forma, ao separar *mundo da vida e sistema*, Habermas supervaloriza a autonomização da esfera comunicacional, defendendo, assim, a *colonização do mundo da vida pelo sistema*. Contrário a essa separação analítica, adverte Antunes (2005b, p. 158, grifo do autor):

O sistema não *coloniza o mundo da vida* como algo exterior a ela. “Mundo da vida” e “sistema” não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas são partes integrantes e constitutivas da totalidade social que Habermas, sistêmica, binária e dualisticamente secciona.

No que tange a tese habermasiana da *pacificação dos conflitos de classes* no contexto do capitalismo tardio, a qual mostrou-se frágil face aos fatos ocorridos, Antunes tece duras críticas:

[...] começou a desmoronar a tese habermasiana da “pacificação das lutas sociais”, que encontrava ancoragem [...] na possibilidade de vigência duradoura do *welfare state* e do Keynesianismo. Com a erosão crescente de ambos [...], ao longo das últimas décadas e em particular dos anos 90, a expressão *fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes* – a que Habermas queria conferir estatuto de determinação – vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da “*incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio*” (que Habermas tão efusivamente endereçou a Marx) mostra-se em verdade uma fragilidade do *constructo* habermasiano. (ANTUNES, 2005b, p.162, grifo do autor).

Neste cenário de múltiplas interpretações e calorosos debates, a chamada cultura “pós-moderna” toma proveito das interpretações equivocadas do “fim do trabalho” e “fim da história”, influenciando o espaço acadêmico nas Ciências Sociais e Humanas, conforme a “decadência ideológica” denunciada por Lukács. Esclarecendo que o pensamento “pós-moderno” busca explicar e justificar as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, a partir da fragmentação do social, considerando apenas os aspectos superficiais e singulares das relações sociais, desconsiderando as contradições intrínsecas a sociedade burguesa.

Resistindo a essa avalanche “pós-moderna” e não acreditando no “canto da sereia” hegemônico que inegavelmente tem encantado boa parte dos intelectuais, encontra-se uma minoria que fundamentada na teoria social crítica e numa

perspectiva de totalidade, consegue ir além do capital. Entre os intelectuais críticos que compõem esse grupo, destaca-se Ricardo Antunes, defendendo o caráter ontológico da categoria trabalho e sua centralidade social, evidenciando o potencial revolucionário do trabalho (e da classe trabalhadora) no processo de superação da ordem burguesa.

Numa perspectiva marxista, Antunes (2005b) concebe o trabalho como instância de realização do ser social e condição para sua existência e humanização, destacando o seu caráter ontológico e centralidade social como protoforma do ser social e da práxis social. Contudo, no modo de produção capitalista, o que deveria ser a finalidade básica do ser social (*no/pelo* trabalho) é pervertido e degradado, isto é, o trabalho é subjugado ao capital, considerando que o processo de trabalho é apenas meio de sobrevivência, a força de trabalho é mercadoria que produz outras mercadorias. Para o referido autor, o trabalho gera o antagonismo da riqueza-miséria, da acumulação-privação e do possuidor-possuído (ANTUNES, 2005b).

3.3 Recuperando algumas das principais teses contidas nas obras de Ricardo Antunes

Diante da inegável extensa, reconhecida e respeitável produção científica de Ricardo Antunes, destacamos duas obras pela sua relevância e impacto no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, em especial no Serviço Social: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.*”

Sua célebre obra *Adeus ao trabalho?* foi publicada pela primeira vez em 1995, tendo sido revisada e ampliada em 2000 em sua 7ª edição. Em seu prefácio Antunes afirma que o objetivo central do livro foi: “[...] num momento de forte questionamento ao significado da categoria *Trabalho*, problematizar, polemizar e mesmo contestar as teses que defendiam o fim da *centralidade do trabalho* no mundo capitalista contemporâneo.” (ANTUNES, 2005a, p. 9, grifo do autor). Segundo o autor, essas formulações de cunho “pós-moderno” tiveram fortes impactos e consequências nas universidades, movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos e o movimento dos trabalhadores, considerando que em síntese recusavam-se a reconhecer o papel central da classe trabalhadora na transformação social contemporânea. Dessa forma, sem perspectiva, a classe trabalhadora não teria mais o seu potencial

revolucionário, capaz de superar a ordem capitalista, conforme genialmente nos demonstrou Marx. Numa perspectiva marxista, concordando com o autor, acreditamos que faz-se necessária uma análise dos principais elementos constitutivos desse cenário complexo, isto é, uma apreensão mais totalizante da crise contemporânea que afeta diretamente o mundo do trabalho, o que significa ir além da aparência.

Com este entendimento, cabe salientar que diante do esgotamento do modelo rígido de produção fordista, o capital buscou alternativas e novas formas de sua valorização (reestruturação produtiva flexível, toyotismo, neoliberalismo), permanecendo a dominação do capital sobre o trabalho, ou seja, altera-se a aparência, as formas de organização do trabalho, entretanto sua essência permanece intacta. Trata-se da crise estrutural do capital eclodida na década de 1970, em escala global, e que teve como respostas a partir da década seguinte: na esfera política o neoliberalismo e na esfera produtiva a reestruturação produtiva de acumulação flexível, pautada nos princípios do modelo japonês “toyotismo” ou “ohnismo”. Essa crise é tão profunda que levou o capital a desenvolver o que Meszáros chama de “[...] práticas materiais da destrutiva auto reprodução ampliada do capital, fazendo surgir inclusive o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 188).

Neste sentido, nos reportamos a Giovanni Alves (2000), o qual concebe o capitalismo global como uma incrível fábrica de sonhos, que difunde valores-fetiches alienantes focados no mercado, no qual o capital se apropria de valores humano-genéricos para mistificar o metabolismo da barbárie social instaurada a partir de sua crise estrutural. Numa perspectiva crítica e de totalidade, Antunes (2005a, p. 180) destaca os elementos mais relevantes presentes neste cenário, demonstrando a incontrollabilidade total do sistema:

1. Há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos;
2. Deu-se o fim do Leste Europeu , onde parcelas importantes da esquerda se social-democratizaram.
3. Esse processo efetivou-se num momento em que a própria social-democracia sofria uma forte crise.
4. Expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal.

No que tange ao mundo do trabalho, Antunes (2005a) adverte que o cenário

está marcado pela aguda crise estrutural e várias mistificações, cujas formulações tem o intuito de ocultar a dimensão dessa crise contemporânea. O autor destaca duas delas, as quais considera as mais nefastas, sendo a primeira mistificação com o fim da URSS e o pretense fim do socialismo, conforme postula:

[...] responsável pelo entendimento que se propagou, a partir da derrocada do Leste em 1989, com o desmantelamento da URSS e praticamente de todos os países que compreendiam o equivocadamente chamado “bloco socialista”.

[...] a crença na vitória do capitalismo, que teria, com a derrota do Leste, criado as condições para sua “eternização.” (ANTUNES, 2005a, p. 143).

Nesta perspectiva, é importante recordar que a ascensão do neoliberalismo é marcada pela crise do welfare state com características Keynesianas e social-democrata. O Estado keynesiano não efetivou a prometida estabilidade e tampouco garantiu o prometido pleno emprego, além de cair por terra o sonho da social-democracia, que acreditava no Estado como o principal regulador da relação antagônica entre capital x trabalho, isto é, entre as classes burguesa e proletária. A partir daí, prevalece a ideologia neoliberal, pautada na lógica de mercado, sendo referência na regulação da sociedade do trabalho sob os ditames do capital, cuja incrível voracidade tem acentuado seus traços autodestrutivos, expressos no aprofundamento das contradições intrínsecas da sociedade capitalista.

Em sua obra *“Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”*, Antunes se contrapõe as teses que desconsideravam a centralidade do trabalho pela perda de sentido da teoria de valor ou pela substituição do valor-trabalho pela ciência, bem como pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa e informacional (Habermas), se contrapondo a formulação marxiana da centralidade do trabalho e da teoria do valor. Conforme já mencionado, a referida crise estrutural do capital teve como consequências mutações complexas econômicas, sociais, políticas e ideológicas, sobretudo, no mundo do trabalho, entre as quais destaca Antunes (2005b, p.15):

[...] o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Neste contexto de barbárie neoliberal, segundo o referido autor, a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização, a empresa enxuta são

expressões de uma lógica societal que supervaloriza o capital em detrimento da força humana que trabalha, a qual é considerada apenas como parcela imprescindível para a reprodução do capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo, pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas de trabalhadores, mas não pode extingui-lo.

É oportuno esclarecer que as transformações evidenciadas no mundo do trabalho ocorreram na sua estrutura produtiva e na representação sindical e política e foram tão intensas que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu sua mais aguda crise do século, atingiu não só sua materialidade como também sua subjetividade, a partir da cooptação dos trabalhadores para assumir o projeto do capital chamado de envolvimento manipulatório levado ao limite (ANTUNES, 2005a).

Nesta perspectiva, portanto, concordamos com Antunes que não é o fim do trabalho, percebe-se a ampliação absurda dos níveis de exploração do trabalho, da intensificação do tempo e ritmo do trabalho, ou seja, a jornada pode até diminuir, mas o tempo se intensifica. Houve uma diminuição do operariado industrial tradicional, mas ampliou e complexificou a classe-que-vive-do-trabalho, através da subproletarização do trabalho: trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado (setor de serviços, economia informal, voluntariado, etc). Assim, vale destacar um fato curioso. Para Antunes (2005b), embora muitos autores persistem em anunciar *adeus ao proletariado e ao trabalho*, defendendo a ideia da não centralidade do trabalho e também o fim da emancipação humana a partir do trabalho, curiosamente há uma ampliação crescente do número de seres humanos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, em escala mundial.

Com este entendimento, portanto, ao se falar em crise da sociedade do trabalho, é fundamental esclarecer de qual trabalho está se referindo: ao trabalho concreto (produz valor de uso) ou o abstrato/ coisificado/alienado (produz valor de troca). Dessa forma, afirma Antunes (2005b, p. 215), “[...] sem a precisa e decisiva incorporação dessa distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz adeus ao trabalho, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão.” O autor adverte, ainda: “[...] a crise da sociedade do trabalho abstrato não pode ser identificada como sendo *nem o fim do trabalho assalariado* [...] nem o fim do *trabalho concreto*, entendido como fundamento primeiro, *protoforma* da atividade e da omnilateralidade humanas.”

(ANTUNES, 2005b, p. 168, grifo do autor).

A partir dessa premissa, é um grande equívoco imaginar o *fim do trabalho* nessa sociedade produtora de mercadorias; todavia, ressalta ser “[...] imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências.” (ANTUNES, 2005b, p. 16). Quanto ao mundo do trabalho, aponta um conjunto de tendências que configuram um quadro crítico, expresso em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital.

Nessa perspectiva, torna-se mister responder à seguinte indagação: Quem são os trabalhadores do mundo do início do século XXI ou, segundo Antunes, a *classe-que-vive-do-trabalho*? Certamente não são os mesmos proletários do Marx do século XIX. A classe trabalhadora atual ou, segundo Marx, o proletariado atual ampliou-se em relação ao proletariado industrial do século XIX, embora, adverte Antunes (2005b, p. 198, grifo do autor), “[...] o proletariado industrial moderno se constitua no *núcleo fundamental* dos assalariados, desse campo que compõe o mundo do trabalho, uma vez que ele é *centralmente o trabalhador produtivo*.”

Há “[...] uma diminuição da classe operária industrial tradicional”, mas ao mesmo tempo “[...] efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc.”; houve, portanto, uma “[...] significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho.” (ANTUNES, 2005b, p. 209, grifo do autor). Em suma, conclui: “[...] houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho.” (ANTUNES, 2005b, p. 211).

Neste prisma, compreender a classe trabalhadora atual numa visão ampla “[...] implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção.” (ANTUNES, 2005b, p.201). Assim sendo, a *classe-que-vive-do-trabalho* atual, para o autor, refere-se a todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo o proletariado rural (os chamados boias-frias) e o precarizado¹¹⁵. O mesmo conclui que

¹¹⁵O autor não considera o que João Bernardo chamou de “os gestores do capital”, os quais integram a classe dominante, assim como os altos funcionários que recebem salários altíssimos por terem “papel de controle no processo de valorização e reprodução do capital, no interior das empresas”. Também desconsidera ainda os pequenos empresários por serem “detentores – ainda que em pequena escala – dos meios de produção”, assim como também “aqueles que vivem de juros e da

essa “[...] é a versão ‘moderna’ do proletariado do século XIX.” (ANTUNES, 2005b, p. 200).

Antunes (2005b, p. 204) conclui “[...] o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de *intensificação do tempo e do ritmo de trabalho*.” E ressalta “[...] a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica.” Discordando da tese do fim do trabalho e do fim da revolução do trabalho, conclui: “A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no trabalho, do trabalho e pelo trabalho*.” No entanto, admite ser “[...] um empreendimento societal mais difícil, uma vez que não é fácil resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital e suas formas de dominação (inclusive a decisiva esfera da cultura) procuram mascarar e nublar.” (ANTUNES, 2005b, p. 205, grifo do autor). O desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho* atual é:

Soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)socialização. Condição imprescindível para se opor, hoje, ao brutal desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global e que se constitui no exemplo mais evidente do caráter destrutivo e nefasto do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2005b, p. 192, grifo do autor).

Neste prisma, destaca ainda as múltiplas lutas emancipatórias, considerando a “[...] questão da emancipação humana e da *luta central contra o capital*” fundamental nesse processo, “[...] a emancipação do gênero humano em relação às formas de opressão ao capital”, bem como outras formas de opressão: “[...] de classe, dadas pelo sistema do capital, a opressão de gênero que tem uma existência que é pré-capitalista”. Assim, conclui: “[...] a emancipação frente ao capital e a emancipação do gênero são momentos constitutivos do *processo de emancipação do gênero humano frente a todas as formas de opressão e dominação*.” (ANTUNES, 2005b, p. 202-203, grifo do autor).

Por fim, a partir das reflexões iniciais abordadas sobre o Serviço Social e das importantes contribuições do prof^o Ricardo Antunes resgatando imprescindíveis categorias aferidas por Marx, tecemos a seguir nossas considerações finais.

especulação.” (ANTUNES, 2005b, p. 200-201).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A história de todas as sociedades que já existiram
é a história de luta de classes. [...].
Que a classe governante trema diante da revolução comunista.
Os proletários nada têm a perder fora suas correntes;
têm o mundo a ganhar.
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!
(MARX,K.; ENGELS,F. O Manifesto Comunista)*

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que este trabalho não teve o intuito de almejar conclusões definitivas sobre a temática abordada, por se tratar de um processo dinâmico que não se esgota, desenvolvido dialeticamente em constantes transformações. Nessa perspectiva, o objetivo inicial foi constatar a contribuição das obras de Ricardo Antunes: “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” e “*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*” para o Serviço Social. Para tanto, inicialmente fez-se uma incursão preliminar a partir dos trabalhos publicados nos eventos mais relevantes do Serviço Social brasileiro: CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010)¹¹⁶.

No que tange a esta categoria trabalho, a partir da nossa análise, ficou evidenciado sua importância e significado especial para o Serviço Social, expressando uma dimensão de centralidade, conforme definido pelas diretrizes da ABEPSS¹¹⁷. Também constatamos a relevância das obras de Ricardo Antunes para o Serviço Social, haja vista que são amplamente citadas em boa parte de suas produções científicas, demonstrando uma profícua interlocução com o autor, inclusive suas outras obras foram expressivamente referenciadas, todavia essa

¹¹⁶Conforme já afirmado, analisou-se as produções inseridas nas sessões temáticas pertinentes a nossa pesquisa, isto é sobre a categoria trabalho e que estivessem fundamentadas nas duas obras supracitadas de Ricardo Antunes. Convém esclarecer que em momento algum desqualificamos os trabalhos produzidos pelos colegas assistentes sociais, ao contrário os méritos são inquestionáveis, haja vista o acúmulo teórico produzido pela categoria. O intuito foi analisar como os colegas tem se apropriado do debate sobre a categoria trabalho, particularizando as duas obras clássicas de Ricardo Antunes. Diante dos equívocos analíticos constatados, pretendeu-se então contribuir com esse relevante debate no Serviço Social (e para além dele).

¹¹⁷De acordo com o mencionado neste estudo, a análise realizada constatou um número expressivo de produções sobre a categoria trabalho, entretanto analisamos apenas aquelas que se reportavam as referidas obras de Ricardo Antunes. Embora tenhamos constatado que a categoria trabalho seja amplamente abordada nas produções do Serviço Social, a análise de seus conteúdos revela que prevalece um expressivo pragmatismo e visão endógena de se reduzir esse relevante e complexo debate teórico a dimensão operativa cotidiana do assistente social.

pesquisa delimitou apenas pelas duas supracitadas.¹¹⁸

Em alguns artigos analisados, a maioria reportou-se às suas obras para contextualizar o cenário contemporâneo capitalista de crise estrutural, reestruturação produtiva e dos desdobramentos perversos no “mundo do trabalho”¹¹⁹, o qual reiteradas vezes tem sido compreendido de forma reducionista ao “mercado de trabalho”. Como agravante, também não apreenderam a categoria trabalho em sua totalidade, com seus distintos sentidos em diferentes momentos históricos, não diferenciando o trabalho concreto (produz valor de uso – categoria ontológica protoforma do ser social e da práxis social) do trabalho assalariado (coisificado/alienado – produz valor de troca) típico da sociedade capitalista, referindo-se ao trabalho como se abarcasse tudo e fossem sinônimos. Embora saibamos que artigos produzidos para anais são limitados ao número de páginas, podendo não estar explicitado todo o pensamento dos autores, pudemos constatar preliminarmente o recorrente equívoco de se fazer a crítica simplificada sobre a centralidade do trabalho defendida por Marx, Lukács, Mészáros e Antunes, a partir de uma interpretação reducionista considerando apenas a dimensão do trabalho assalariado.

Desta forma, em uma primeira reflexão, o conteúdo dos artigos revelou expressivas dificuldades na apropriação dessa leitura clássica, sendo que boa parte deles (maioria)¹²⁰ demonstrou não ter apreendido o que de fato significa a discussão da “centralidade do trabalho” (e da classe trabalhadora) para o prof. Antunes, enquanto potencial revolucionário e possibilidade real de transcendência da ordem

¹¹⁸Conforme já informado, constatamos que Ricardo Antunes é amplamente referenciado nas produções analisadas, contudo priorizamos somente aquelas fundamentadas nas duas obras supracitadas. Embora a maioria dos trabalhos analisados apresente uma apropriação problemática dessas obras, cumpre esclarecer que também encontramos produções (minorias) coerentes com a perspectiva crítica do autor. Apresentamos neste estudo alguns mais reveladores e que abordam temáticas distintas, evitando assim desnecessárias repetições.

¹¹⁹Demonstrando a perspectiva de compreender e explicar a realidade social, inclusive algumas vezes citando o próprio Marx, o que a nosso ver evidencia significativa incoerência, pois ao contrário de Max Weber que buscou compreender e contemplar a sociedade capitalista, Marx foi muito além, sua teoria social crítica visa a superação da sociedade burguesa de classes. Não almejamos um Serviço Social com pensamento único e dogmático, ao contrário o debate é fundamental, contudo é inaceitável que se faça a apreensão da realidade pela sua aparência, de forma fragmentada e superficial, como fazem os “pos-modernistas”, além de fazerem uma colcha de retalhos com as distintas teorias. Nessa perspectiva, defendemos que deve haver uma aproximação entre o que é proferido pelas instâncias representativas do Serviço Social – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO e a ação profissional cotidiana dos assistentes sociais nos múltiplos espaços sócio ocupacionais. Essa importante questão deve inclusive estar na pauta dos eventos CBAS e ENPESS, contribuindo assim para o avanço da categoria no combate ao neoconservadorismo imperante na academia e presente no Serviço Social.

¹²⁰No entanto, cumpre ressaltar que também encontramos produções condizentes com a perspectiva crítica de Antunes. (BARROS, 2010); (ABREU, 2010).

burguesa e a emancipação humana, perspectiva essa concernente ao projeto ético-político profissional do Serviço Social, demonstrando, portanto, o desconhecimento de muitos profissionais sobre esse projeto, entendido por nós como a direção estratégica coletiva.

Em consequência dessa apropriação, que pensamos equivocada, há um comprometimento da interpretação no que tange a forma que decifram a realidade, além de comprometer também sua posterior intervenção profissional¹²¹, configurando-se muitas vezes um gestor da questão social, um administrador da pobreza¹²². Conforme verificado nos trabalhos analisados do CBAS (2007 e 2010) e ENPESS (2008 e 2010), constatou-se expressivos equívocos analíticos, abordando os fenômenos pela sua aparência como uma questão do indivíduo e não social, apontando o assistente social para promover-lhe atividades terapêuticas de grupo, o qual desprovido de qualquer reflexão crítica, acredita que de forma messiânica possa resolver “seu problema” como num passe de mágica. Nessa perspectiva, acredita que possa messianicamente humanizar o capital e suas intrínsecas contradições.

Revela na sua essência um retorno ao histórico (neo)conservadorismo presente na profissão desde sua origem, além de uma aproximação do que convencionou-se chamar de “pensamento pós-moderno”, o qual considera o efêmero, o aparente, o fragmento e parcelar, desconsiderando as manifestações das relações intrínsecas antagônicas e contraditórias. Também revelou uma visão reducionista da sociedade burguesa, a qual acreditamos que numa perspectiva crítica de totalidade, faz-se necessário uma análise dos principais elementos constitutivos desse cenário, isto é, a apreensão mais totalizante da crise contemporânea que afeta diretamente o mundo do trabalho, o que significa ir além da aparência, isto é dos fenômenos emergentes no cotidiano profissional caótico do assistente social.

Diante dessa constatação, destacamos a importância da entrevista com o

¹²¹Atribui-se ao Serviço Social o caráter de profissão interventiva, que deve dar respostas *práticas* para as contradições sociais, o que acaba comprometendo essa atuação profissional, pois muitas vezes, almeja-se receituários que orientem a ação profissional sem considerar o respectivo processo sociohistórico, reforçando assim o empirismo peculiar da profissão. Numa perspectiva crítica e de totalidade, o assistente social deve ter competência teórico-metodológica e política para apreender as intrínsecas conexões do real, possibilitando-lhe traçar caminhos mais seguros com vistas a dar respostas concretas em sua intervenção profissional condizentes com o projeto ético-político.

¹²²José Fernando Silva (2012).

prof^o Ricardo Antunes, cujos valiosos esclarecimentos foram imprescindíveis para contribuir com o debate contemporâneo sobre o Serviço Social e trabalho, demonstrando a necessidade de uma imediata aproximação com a teoria social crítica marxiana. Dessa forma, para compreender a profundidade de suas reflexões, torna-se fundamental uma leitura prévia da teoria social crítica de Marx, conforme nos afirmou o próprio entrevistado.

Neste sentido, é oportuno ressaltar que o delicado, polêmico e relevante debate entre a tradição revolucionária marxiana e marxista e o Serviço Social nos impõe inúmeros cuidados especiais, conforme nos orienta José Fernando Silva (2013, p. 120, grifo do autor):

[...] necessidade de uma *interlocução refinada, cuidadosa e, portanto, não imediata, pragmática ou utilitarista entre eles (uma tarefa desafiadora considerando-se o legado da profissão, seus desafios contemporâneos e o permanente empobrecimento da razão pós-moderna).*

Concordando com o autor, acreditamos ser fundamental recuperar esse debate, enquanto condição imprescindível para estimular discussões sobre o contexto atual na perspectiva crítica de totalidade, em Marx e sua tradição, assim como para orientar a formação acadêmica e posterior atuação profissional do assistente social nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais, os quais vem ocupando. Conforme afirma José Fernando Silva (2013, p. 121, grifo do autor) “[...] *é condição básica para negar qualquer tipo de reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, caminho necessário para reafirmar e radicalizar o Projeto Ético-Político Profissional em curso.*”

Desta forma, torna-se mister ressaltar que o referido reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, está impregnado e pervertido pela negação da perspectiva ontológica e de totalidade dominante no âmbito acadêmico, sobretudo as “Ciências Sociais e Humanas” e/ou “Ciências Sociais Aplicadas”, entre elas o Serviço Social, configurando-se a “decadência ideológica” apontada por Lukács (1981). Para tanto, é necessário não perder de vista o respectivo contexto atual de crise estrutural do capital em escala global e suas perversas estratégias de se recompor, possibilitando sua produção e reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002).

Diante da constatação dos equívocos analíticos evidenciados nas produções

socializadas nos principais encontros do Serviço Social ENPESS (2008 e 2010) e CBAS (2007 e 2010), torna-se imprescindível a necessidade imediata dessa apropriação crítica¹²³.

Conforme já indicado neste estudo, o fato do Serviço Social ser uma profissão interventiva reforça ainda mais a relevância da pesquisa, no sentido de propiciar através da investigação mais subsídios que possibilitem ao assistente social uma apreensão da realidade social em sua totalidade, articulando a teoria-prática. Para tanto, é fundamental o embasamento teórico que o norteie a interpretar essa realidade social e, por conseguinte intervir de forma coerente ao que se propõe a categoria profissional, isto é, o projeto ético-político, uma direção profissional na perspectiva emancipatória visando contribuir de fato com a construção de outro projeto societário.

Neste sentido, acreditamos que a única teoria clássica capaz de orientá-lo de maneira concernente ao referido projeto profissional é o materialismo histórico dialético, possibilitando desvelar as relações sociais que estão além do imediatismo de seu cotidiano, o que segundo Marx significa ir além da aparência rumo a essência. Isso nos remete a apreender o objeto de estudo, inserido no contexto maior, considerando as relações de produção e reprodução social ampliada sob a lógica voraz do capital em sua totalidade, bem como a inserção da profissão num terreno tenso de múltiplos interesses e disputas em constantes lutas.

No que tange a formação dos assistentes sociais, conforme já abordado, os desafios são enormes, face os graves problemas enfrentados no âmbito da educação superior brasileira nas últimas décadas, quanto a profunda decadência da pesquisa e da produção do conhecimento, conforme aponta Lukács (1981, p. 109-131), além do sucateamento das universidades públicas no Brasil, a supervalorização e expansão do ensino privado de qualidade duvidosa, com o agravante do ensino a distância, refletindo na queda da qualidade do ensino superior, demonstrando o descompromisso com a produção do conhecimento. Além dessas dificuldades, percebe-se o pragmatismo teórico-prático, a influência nefasta do pensamento “pós-moderno” e do histórico conservadorismo peculiar ao Serviço Social desde sua criação, que são reatualizados face a formação inconsistente e precária, reafirmando o ecletismo e sincretismo teórico presentes desde sua origem.

¹²³ Conforme informado neste estudo, trata-se de uma incursão preliminar que nos aponta a necessidade de uma investigação mais aprofundada, a partir da análise criteriosa em dissertações e teses sobre a temática abordada no Serviço Social.

Quanto a inegável constatação do pragmatismo teórico-prático presentes no Serviço Social, nos esclarece José Fernando Silva (2013, p. 127, grifo do autor):

No que diz respeito particularmente ao Serviço Social, os problemas relativos à decadência e ao pragmatismo teórico-prático têm sido retomados a partir de modismos requeitados e (re)atualizados com o discurso de que existe uma preocupação primeira com os problemas reais enfrentados pelos assistentes sociais (com requintes que reeditam certo tipo de endogenia). Qualquer teoria social que não responda imediatamente às angústias e às demandas imediatamente impostas aos profissionais *é rapidamente descartada e rotulada de inadequada, demasiadamente complexa, "genérica", "fora da realidade" ou, de forma mais direta, "ineficiente" e "ultrapassada"*. A solução, então, recupera um leque de conhecimentos ecléticos que reforçam o sincretismo presente na profissão desde sua origem.

Referindo-se aos desafios dessa formação profissional, José Fernando Silva (2013, p. 233) aponta "[...] o absoluto abismo entre a academia e os mais remotos confins da intervenção profissional", considerando a precarização do ensino superior, que refletem em "[...] problemas relacionados com a superficialidade e com o ecletismo teórico e uma errônea visão sobre o significado do pluralismo profissional." Neste prisma, postula:

A unidade diversa entre teoria e prática no âmbito da profissão, a práxis profissional, deve ser evidentemente plural, mas no sentido de incorporar e superar, criticamente, sem eliminar o necessário debate, orientações distintas. Precisa, ainda, ter uma direção coletiva (hegemônica) assumida pela categoria profissional. O assistente social deve estar voltado à construção da dinâmica do real como "concreto-pensado", movimento este que não está circunscrito à sua cabeça, à sua lógica (a lógica pensada), mas à lógica da realidade (da coisa em si – Marx, 2005b, p.39) que o provoca e exige dele posições e ações materiais. (SILVA, J.F.S., 2013, p.233, grifo do autor).¹²⁴

A formação profissional generalista, sob o ponto de vista da totalidade, deve ser capaz de apreender as múltiplas e complexas determinações que possibilitam a atuação profissional do assistente social, assim como o seu objeto de intervenção, isto é a questão social e suas múltiplas expressões, entendida como o pauperismo expressão da lei geral de acumulação capitalista, que se funda na propriedade privada, na exploração de classes e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Neste prisma, torna-se imprescindível reconstruir as devidas mediações, considerando a realidade complexa e caótica e as particularidades do Serviço

¹²⁴O autor menciona Yazbek (2005), que aponta a dificuldade verificada no âmbito da pesquisa, no qual o assistente social não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, não elaborando os vínculos e passagens da compreensão teórico-metodológica da realidade geral para situações singulares que constituem o exercício profissional cotidiano (SILVA, J.F.S., 2013, p. 233).

Social, conforme nos orienta José Fernando Silva (2013, p. 216, grifo do autor):

As mediações somente serão reconstruídas, como "concreto pensado", como mediações genuinamente humanas, se essa máxima for afirmada na sua radicalidade. Caso contrário, a "esquizofrenia" do assistente social e da população atendida permanecerá e se aprofundará não pelo "descompasso" entre o que se escuta nos congressos e se vê diariamente na prática, mas pela *dureza* e pelo *aprofundamento* da "questão social" expressos imediatamente em dramas pessoais no cotidiano profissional.

Numa perspectiva marxista e sob o ponto de vista da totalidade, torna-se mister:

[...] insistir na necessidade de não abstrair e recair na armadilha do idealismo quando se discutem, por exemplo, o significado da revolução e a diversidade desse processo no campo das "esquerdas". Mais sério, ainda, é ter a radicalidade e a maturidade sócio-histórica, bem como o rigor teórico-prático, para situar uma profissão afinada com uma *direção social que a coloca em contradição consigo própria, com sua gênese*. (SILVA, J.F.S., 2013, p. 189, grifo do autor).

No atual contexto adverso e considerando o projeto hegemônico da categoria, com seus limites e contradições que lhes são inerentes, dependerá do adensamento e aprofundamento teórico crítico dos assistentes sociais, ao decifrarem a realidade caótica sob a perspectiva da totalidade¹²⁵, assumindo uma direção social coletiva de resistência que vai além do próprio Serviço Social, a partir da profícua articulação orgânica com outras instâncias representativas. Para tanto, torna-se imprescindível superar a perspectiva endógena presente na profissão, que reduz o Serviço Social ao fazer profissional do assistente social, a sua dimensão meramente operacional. A formação profissional dos assistentes sociais e a produção de conhecimentos na área deve fortalecer a apropriação crítica dos profissionais para além das demandas cotidianas, considerando os imensos desafios face as inegáveis determinações adensadas no cenário contemporâneo, reafirmando a luta de classes, a centralidade da categoria trabalho (e da classe trabalhadora), compreendendo a "questão social", isto é o pauperismo como expressão da lei geral de acumulação capitalista, conforme genialmente nos orientou Marx¹²⁶.

Embora sejam inegáveis as adversidades indicadas, Setúbal (2007) nos esclarece que a pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao

¹²⁵ Cumpre esclarecer que totalidade não significa tudo e nem todo, refere-se a apreensão dos múltiplos complexos sociais, as formas de produção e reprodução existencial, conforme as respectivas condições materiais sóciohistóricas.

¹²⁶ Silva, Silva (2010).

ser incorporado à prática profissional, poderá possibilitar ao assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. Desta forma, abrem-se possibilidades concretas de traçar uma trajetória coerente com o projeto hegemônico da categoria, rumo a emancipação social, mesmo em época de barbárie neoliberal que repõem obstáculos aparentemente intransponíveis. Com esse entendimento, concordando com José Fernando Silva (2013, p.265, grifo do autor), acreditamos que o caminho seja:

[...] o debate com Marx e sua tradição é mais do que obrigação: é necessidade de sobrevivência. *Trata-se de uma relação crucial para forcejar e criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas, na era dos direitos restritos, entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais*, frequentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradoras da ordem hoje hegemônica em escala planetária: a burguesa. É fundamental que *não caiamos no “canto da sereia” de que é possível humanizar o capital e harmonizar suas contradições em tempos de “solidariedade cidadã”, de fragmentação e de empobrecimento da vida social e das “ciências” que se debruçam sobre ela.*

Neste prisma, o assistente social pesquisador que almeja o rigor teórico exigido pela ciência autêntica “[...] deve perquirir as intrincadas conexões do real”, assim como deve “[...] investigar e, em consequência, tornar cientificamente aceito o trabalho, no âmbito acadêmico, é o princípio fundamental no caminho da probidade teórica do pesquisador.” (LARA, 2007, p. 76).

Outra questão relevante apontada pelo referido autor, é o fato de que existem milhões de teorias sobre um determinado tema, e que o confronto de distintas concepções enriquece a ciência e derruba por terra algumas explicações equivocadas ou falsas interpretações da realidade social. No entanto, explica:

A crítica, portanto, surge como uma arma certa para desmascarar o cientificismo vulgar que paira atualmente sobre a Universidade Moderna. O conhecimento crítico é a única arma que os estudiosos possuem para exigir o rigor teórico e, assim, negar definitivamente a pseudociência. (LARA, 2007, p. 76).

Por fim, pretendeu-se com essa tese de doutorado, contribuir com a produção de conhecimentos para o Serviço Social (e áreas afins), a partir desta discussão teórica tão relevante e pertinente atualmente à categoria, com vistas a responder a visão endógena, reducionista e equivocada predominante no Serviço Social.

Também ficou constatado a importância das referidas obras de Ricardo Antunes como um divisor de águas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências Sociais Aplicadas, esclarecendo sobre o debate do pretensível fim do trabalho para a centralidade do trabalho (e da classe trabalhadora), evidenciando a possibilidade real de emancipação humana enunciada por Marx no século XIX, pressupondo a centralidade da categoria trabalho e o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

Para tanto, torna-se mister tomar a categoria trabalho em sua complexidade, considerando-a como coletivo e social combinado, conforme genialmente nos ensinou Marx. De acordo com os valiosos esclarecimentos de Ricardo Antunes durante a entrevista, ao considerar que há uma ontologia singularmente humana do trabalho (Mészáros); ou o papel fundante do trabalho na constituição e na gênese e no devir do ser social (Lukács), ou ainda o trabalho como “uma necessidade natural e eterna na relação metabólica entre humanidade e natureza” como diz Marx:

[...] significa também olhar o trabalho na concretude histórica determinada e o Marx é por excelência o analista do trabalho na concretude capitalista. E ao estudar o trabalho na concretude capitalista é necessário vê-lo como expressão da exploração e da alienação. Duas categorias que não são separadas, a alienação decorre da exploração do trabalho e a exploração do trabalho gera um trabalho que a consciência tende a alinear e ao estranhamento. Então falar em centralidade do trabalho hoje é preciso trabalhar com esses dois movimentos, no plano histórico concreto o capitalismo e o trabalho como categoria histórica ampla e universal, em todos os tempos históricos o trabalho foi imprescindível certo, porque sem ele não há vida. Marx disse que o trabalho é uma atividade vital, pode ser ao mesmo tempo atividade vital e atividade alienada/estranhada. Aqui vou usar alienação/estranhamento, eu tenho isso de forma detalhada desde o *Adeus ao trabalho?*

Ao recuperar os ensinamentos de Marx sobre a categoria trabalho, Antunes nos esclarece alguns elementos relevantes e cruciais para o seu devido entendimento:

Trabalho para o Marx é toda atividade humana, seja ela prevalentemente material, seja ela dotada de dimensão imaterial e/ou intelectual, e/ou espiritual como dizia Marx, que gera valores de uso. No capitalismo, trabalho é toda atividade humana que gera valor de uso que se converte em valor de troca. Para gerar valor de troca, é preciso gerar mais valia (é o trabalho produtivo), mas é imprescindível que exista um leque enorme de trabalhadores “improdutivos”, e improdutivo para o Marx significa que não gera diretamente mais valia, sem o qual o trabalho produtivo não existiria. Por exemplo, numa fábrica se você não tiver atividade segurança para garantir as máquinas das classes dominantes, elas seriam roubadas e a produção não geraria.

No entanto, ressalta que ao conceituar o trabalho é fundamental termos uma visão abrangente, conforme nos ensinou Marx, considerando o trabalho produtivo que gera mais valia e o improdutivo que embora não gere mais valia, é imprescindível para o capital (chamado de falsos custos):

A noção de trabalho improdutivo para o Marx, tanto no capítulo inédito, quanto nos *Grundrisse*, ou na Teoria da Mais Valia, o volume I de *O capital* capítulo 14, o Marx vai dizer: embora o capital tenha sua produção voltada para essencialmente a produção material, o trabalho não pode ser tomado individualmente, o trabalho é complexo, é social, é combinado, de tal modo que diz o Marx: é absolutamente indiferente se o trabalho é intelectual ou material para a produção e valor de troca, por isso o trabalho pode ser material como por exemplo o carro/computador ou imaterial, o Marx cita o exemplo do professor, o escritor.

Portanto, conclui o entrevistado, na atual sociedade capitalista, falar em centralidade do trabalho, significa que “[...] é o trabalho que cria mais valia.” Assim sendo, todos aqueles teóricos apologéticos (Habermas, Toni Negri, Offe, Gorz, Kurz, etc), “[...] todos aqueles que disseram que a teoria do valor trabalho perdeu importância ou desapareceu erraram, eu tenho mostrado isso nos meus estudos mais recentes.”

Com esse entendimento, conforme defende em suas obras e de acordo com os oportunos esclarecimentos durante a entrevista explica:

[...] eu procuro mostrar que a teoria do valor trabalho não se reduziu e nem desapareceu, mais ela se amplia no capitalismo de hoje. Se a teoria do valor trabalho não desapareceu, ou seja se nós temos formas complexas de extração da mais valia absoluta relativa e inclusive da extraordinária como dizia Marx em *O capital*, é evidente que ela é central na luta anti capitalista. Quando se trabalha com uma ou duas dimensões do trabalho e não se recupera o trabalho nessa complexidade, por exemplo o trabalho é uma dimensão de sociabilidade.

Referindo-se as polêmicas em torno da obra do Marx, Antunes nos adverte sobre o marxismo dogmático, do qual não compartilha: “Eu não faço parte do marxismo dogmático, que acha que só existe uma leitura do Marx. Dessa forma, faz-se necessário considerar sua obra como um todo, pressupondo os movimentos em sua complexidade:

[...] sua obra é uma obra com movimentos, a obra do Marx não nasce pronta em 1843, 44 até 83 é uma obra espetacular ... o volume I de *O capital* trata da produção do capital, o II sobre o processo de circulação do capital e o III tem o título o processo global de produção do capital. [...] *O capital* não é só produção, ele é um complexo que vai da produção ao consumo. O Marx mostra que produção, distribuição, consumo são partes do complexo do capital. Não há produção sem distribuição, troca e consumo.

Por fim, Antunes destaca a relevância do conjunto de obras do Marx, complementando seus oportunos esclarecimentos sobre os volumes de *O capital*, assim como ressalta o erro de quem desconsidera essa obra em sua totalidade:

O vol I é especial porque é a produção, a montagem do complexo, mas a produção não se efetiva sem consumo, troca ... O equívoco é profundo, por exemplo a discussão que o Marx faz no volume II e III do capital: 1) O setor de serviços não gera diretamente valor, mas tem um papel vital na realização do valor. 2) Algumas atividades especiais de serviços, especialmente no transporte de produtos perecíveis, são tão importantes para a produção que passa a fazer parte da criação de mais valia. E a discussão que o Marx faz no volume III, os trabalhadores do comércio não criam valor, mas a burguesa comercial redistribui a mais valia gerada na produção. Então ela se apropria de uma parte da produção, embora ela não cria. Quem desconsidera os volumes II e III e demais textos do Marx, comete erro grosseiro, e nem vale a pena perder tempo com isso, demonstra ignorância no conjunto monumental da obra do Marx [...].

Assim como genialmente fez Marx em suas obras, é imprescindível considerar a ideia do movimento dialético do respectivo contexto histórico para analisar os fenômenos, portanto torna-se mister compreender as diferenças existentes entre o século XIX do Marx e o atual século XXI, conforme nos esclarece Antunes:¹²⁷

O Marx foi um dos primeiros a compreender isso, o capitalismo tem uma capacidade de auto transformar se para se manter na sua essência apropriadora do valor, é uma dialética profunda dentro do capitalismo, nós temos que entender, então ele muda para preservar-se. É claro, cada um pode ler Marx como quiser, mas os leitores conseguem discernir entre uma leitura que parte do Marx para ajudar a compreender o século XXI e uma leitura que parte equivocadamente de um Marx parcial do século XIX para tentar compreender o século XIII.

Com esse entendimento e fundamentado em Marx, considerando a complexidade de suas obras e as inegáveis diferenças dos respectivos contextos históricos, afirma o entrevistado “A minha preocupação é compreender o mundo do trabalho e do capital do século XXI, condição básica para transformá-lo, está certo?”

¹²⁷ Embora não seja o foco principal deste estudo e essa discussão não seja acessível a toda a categoria profissional, conforme constatado pela nossa análise (artigos publicados nos eventos CBAS e ENPESS), essa oportuna afirmação de Antunes (2013) é imprescindível para orientar o debate sobre o Serviço Social ser (ou não) trabalho.

Nesta perspectiva marxista (e marxiana), não concordando com o fatalismo enunciado por Fukuyama e seus aliados apologéticos, acreditamos que o sistema capitalista não é obra "divina" como acreditam os metafísicos, e sim dos seres humanos, fruto da ação humana coletiva, sua produção e reprodução como seres sociais em determinadas condições sócio-históricas. Concordando com Mészáros (2002), o sistema de metabolismo social do capital não é consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, ao contrário, é o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital, sendo, portanto, possível sua alteração. Assim, defendemos e acreditamos na possibilidade real de emancipação social frente ao capital pela classe trabalhadora, sendo, portanto, fundamental resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital em suas várias estratégias de dominação tudo faz com intuito de inviabilizar e mascarar¹²⁸.

Considerando as inúmeras tentativas cabalmente inconsistentes e insustentáveis de se superar Marx, eis que na atualidade renasce a importante obra e toda a genialidade desse autor, quanto a reafirmação de que as reais possibilidades de resistência e superação da ordem burguesa são absolutamente necessárias e possíveis, inclusive em tempos de capital financeirista mundializado e da atual monumental crise estrutural, conforme afirma José Fernando Silva (2013, p. 262, grifo do autor):

As sábias observações marxianas sobre o caráter autodestrutivo do capital são reaquietadas e levadas a seu extremo na atualidade: as mesmas condições necessárias à acumulação do capital em sua fase madura repõem suas contradições insolúveis, reafirmam sua instabilidade estrutural e, portanto, a possibilidade de ruptura, do reaquietamento das forças sociais comprometidas com a crítica à propriedade privada.

¹²⁸ Como exemplo de resistência e luta de classes, convém ressaltar o movimento popular iniciado em 6/junho/2013, em São Paulo, com 1.000 participantes – o *Movimento Passe Livre*, chegando a reunir multidões contra o aumento da passagem de ônibus e metrô. Os confrontos constantes entre manifestantes e policiais se espalharam por todo o Brasil. Em Brasília, manifestantes chegaram a ocupar o teto do Congresso Nacional. A presidente Dilma Rousseff que havia sido vaiada durante a abertura da Copa das Confederações, saiu do Palácio do Planalto dia 20/06/2013 escoltada pelos policiais militares, proferindo um pronunciamento catastrófico em rede nacional no dia 21 de junho, no qual anunciou cinco pactos nacionais e propondo um plebiscito sobre uma Constituinte para a reforma política, que foi contestado e não avançou. Trata-se inicialmente de um movimento heterogêneo, sem líderes e qualquer articulação com partidos políticos e/ou sindicatos, que levou as ruas milhares de brasileiros, sejam estudantes, jovens, idosos, famílias inteiras, todos protestando inicialmente contra os reajustes nas passagens de transporte público e posteriormente ampliando suas reivindicações para o âmbito da saúde, educação, moradia e contra a corrupção que infelizmente impera nas instituições públicas no país, além de denunciar os inaceitáveis e monumentais gastos com a realização da copa do mundo no Brasil em 2014 (MATTOS, 2013).

Para tanto, a exemplo da experiência vivenciada por Ricardo Antunes, o qual despertou-se criticamente ao apropriar-se da obra marxiana *O capital*, acreditamos que para o Serviço Social torna-se mister a apropriação privilegiada e qualificada da teoria social marxiana, radicalizando a luta de classes na atualidade, reafirmando a centralidade da categoria trabalho (e da classe trabalhadora), como possibilidade real de superação da ordem burguesa e emancipação humana.

Nessa perspectiva, conforme ficou constatado neste estudo, ressaltamos a relevância das obras do profº Ricardo Antunes como um autor imprescindível a todos os trabalhadores, pesquisadores e estudantes que acreditam e lutam em prol da real possibilidade de superação da ordem burguesa e a construção de uma outra sociedade livre das amarras centenárias perniciosas do capital.

REFERÊNCIA

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p.72-81, set. 2004.

ABREU, M.M. Cultura e a perspectiva de classe trabalhadora: sobre fundamentos e desafios atuais na sociedade brasileira. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, N.L.T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 24-47, dez. 1996.

ALVES, G.A.P. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Disponível em: <<http://www.globalization.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

ANJOS, A.P.S. O perfil do mercado de trabalho do assistente social no Estado do Rio de Janeiro. In: CBAS, 13., 2010, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF, 2010.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 78-86, abr. 1996.

_____. (Org.). **A dialética do trabalho** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005a.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. Desafios do P-Sol é dar densidade social ao projeto. **Cultura Socialista**: os desafios da conjuntura, programa e a estratégia de construção do socialismo, Florianópolis, n. 4, p. 39-50, jun. 2006.

_____. **O continente do labour**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

BARBOSA, R.N.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 58, p. 109-130, nov. 1998.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROS, A. Trabalho, Ciência e Crise estrutural do Capital. In: XII ENPESS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

BATISTA, A. A; MARQUES, M. Refletindo sobre a centralidade da categoria trabalho. In: CBAS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais....** Foz de Iguaçu, 2007.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BORSANI, L.C.; CARLOS, V.Y.; e CARVALHO, C.S. Mulher, Trabalho e Lazer: uma questão política. In: ENPESS, 12., 2010, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

BRAZ, M.M.R. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: CRESS/MG. Contribuições para o exercício profissional de assistente social: **coletânea de leis / CRESS/MG.** Belo Horizonte: CRESS, 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX,** Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CADERNOS ABESS. **A produção do conhecimento e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, n. 5, 1992. 136 p.

_____. **Produção científica e formação profissional.** São Paulo: Cortez, n. 6, 1993. 196 p.

_____. **Formação profissional: trajetórias e desafios.** São Paulo: Cortez, n. 7, 1997. 168 p.

_____. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, n. 8, 1998. 117 p.

CANOAS, J.W.; CANOAS, C. S. Trabalho e qualidade de vida para além dos 45 anos. In: CBAS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais....** Foz de Iguaçu, 2007.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD: CFESS: ABEPSS, 1999.

CASSAB, L.A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Caderno Abess,** São Paulo, n. 8, p. 55-63, 1998.

CASTRO, N. A Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, n. 1, v. 8, p.116-132, jan./mar. 1994.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.** Rio de Janeiro: Revan : Ed. UFRJ, 1994.

COSTA, G. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre as concepções de Serviço Social como processo de trabalho com base na ontologia de G. Lukács. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

_____. A aproximação do Serviço Social como complexo ideológico. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, ABEPSS, 2000.

CRUZ, M.H.A.M.D. As questões do mundo do trabalho e seus impactos na conduta dos roeitadores da CASE, de um município no Estado da Bahia, 2010. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, A.M.; SERPA, E. F.; FREITAS, J. A. S. Condições e características do trabalho precarizado nas ruas de centro de Fortaleza. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, L.M.B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulydes Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

HENRY Ford. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Artigos_destacados/arquivo/Henry_Ford> Acesso em: 13 jun. 2013.

HOLANDA, M.N. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre o trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 5-29, mar. 2002.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx.** Petrópolis: Vozes, 1982.

INFOESCOLA. 2013. Disponível: <<http://www.infoescola.com/biografias/frederick-taylor/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça: a religião do capital.** São Paulo: Kairós, 1983.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Katalysis**, Florianópolis, v. 10, p. 73-82, 2007.

_____. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 7-23, dez. 1996.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2007b.

_____. **Para além de Marx? crítica da teoria do trabalho imaterial.** São Paulo: Xamã, 2005.

_____. O processo de produção/reprodução social – trabalho e sociabilidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social.** mod. 2. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas da atividade humana.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4).

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. Marxismo e questões de método na ciência social. In: PAULO NETTO, J. (Org.) **Lukács, sociologia.** São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais).

_____. **Ontologia do ser social:** o trabalho. Tradução de Ivo Tonet. (mimeo, s.d.)

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. E. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. Marx a P.V. Annenkov. Bruxelas, 1846. In: _____.; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Rio de Janeiro: Vitória, 1966. v. 3.

_____. **Capítulo VI inédito de o capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1969.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a, Livro 1, v. 1-2.

_____. **O capital.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v. 2.

_____. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980c.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). **Marx e Engels:** história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Testos originais de Marx e Engels).

_____.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 – (Leitura).

_____.; _____. **A ideologia alemã.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. Livro 1, v. 1-2.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. Livro 2.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002c.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

_____. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004c.

MATTOS, T. Fatos políticos que marcaram 2013. **Estadão**, São Paulo, 9 dez. 2013. Disponível em: <<http://estadao.br.msn.com/retrospectiva/2013/os-fatos-pol%C3%ADticos-que-marcaram-2013-1#image=1>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A.E. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-62, jan./jun. 1997.

NOGUEIRA, C.M. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **O método de Marx: algumas considerações preliminares**. Texto para fins didáticos para utilização no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS – UFSC. Florianópolis, 2007. (no prelo).

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 2 v.

PAIVA, S.B.M.; VERGASTA, P.D. Terceiro setor e serviço social: uma reflexão acerca do desemprego estrutural que atinge a juventude do Lar Fabiano de Cristo. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

PASCOAL, H.F.; JUNIOR, R.P.F.; MARIANO, V.A. O redimensionamento do trabalho profissional sob a égide do grande capital: o projeto ético-político e sua resistência. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

PAULO NETTO, J. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. Cinco notas a propósito da ‘questão social’. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 3,

p. 41-49, jan./jul. 2001.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 5-26, set. 2004.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.667-700.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, G.O.; PESSOA, N.S. O processo de trabalho do assistente social na esfera pública: uma análise crítica aos dilemas postos pela Cultura Política local. In: CBAS, 13., 2010, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF, 2010.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTANA, I.V.F. et al. As novas relações no mundo do trabalho e os rebatimentos na saúde dos trabalhadores. In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

SÁVTCHEKNO, P. **Que é o trabalho?** Moscou: Progresso, 1987.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, J.F.S.; CARMO, O.A.; MUSTAFA, P.S. A experiência do Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF) e do Núcleo Agrário Terra e RAIZ (NATRA) da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP de Franca: a extensão universitária e o enfoque crítico. In: ENPESS, 12, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

_____.; SILVA, M.I. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. In: LOURENÇO, E. Â. S. et al. (Org.). **O avesso ao trabalho: trabalho II, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular : Ed. UNESP-Franca, 2010.

_____. Ordem do capital, gestão do pauperismo e Serviço Social. **Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2012. Disponível em: <<http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/debatesociedade/article/viewFile/601/516>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. I. Estado & sociedade civil: contribuições para a construção de uma perspectiva emancipatória. **Boletim Electronico Sura**, San José, n. 120, 2006. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/suradoc.htm>>. Acesso em 07 jan 2013.

_____.; AUED, B.W. Alfaiates imprescindíveis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 3-39, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5512/4971>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 2, p. 283-298, 2007.

_____. **A centralidade da categoria trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. **O trabalho docente voluntário: a experiência da UFSC**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

_____.; SILVA, J.F.S. O sucateamento do ensino superior público brasileiro no contexto da crise globalizada contemporânea. **Lentes Pedagógicas**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 37-52, 2011. Disponível em: <<http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/lentespedagogicas/article/viewFile/335/294>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. O debate sobre a categoria trabalho no Serviço Social, a partir da interlocução com Ricardo Antunes In: ENPESS, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2012.

_____. SILVA, J.F.S. A apropriação da categoria trabalho pelo Serviço Social: elementos para o debate. In: CBAS, 14., 2013, Águas de Lindóia. **Anais ...** Águas de Lindóia, 2013.

SILVA, R.C. Transformações da essência do trabalho na era do capital: algumas considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista. In: CBAS, 13., 2010, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF, 2010.

SOARES, S.H.M. Desvelando o catador de lixo a luz das transformações capitalistas. In: CBAS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais....** Foz de Iguaçu, 2007.

STAMPA, I.T. Trabalho e movimentos sociais – diálogo possível? In: ENPESS, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

TAIICHI Ohno. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Taiichi_Ohno>. Acesso em: 13 jun. 2013.

TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TELLES, V. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIEIRA, P. A. ... **E o homem fez a máquina**: a automação do torno e a transformação do trabalho desde a Revolução Industrial até a Revolução Microeletrônica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

YASBEK, M. C. O Serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE: Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFº RICARDO ANTUNES

- 1) Cumprimentos iniciais e agradecimentos, permissão para gravar entrevista.
- 2) Dados pessoais e formação acadêmica.
- 3) Como foi sua trajetória de participação em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos?
- 4) Como você vê, hoje, a atualidade de Marx, de sua ampla e diversa tradição, e da razão ontológica como referência para a reconstrução de movimento do real.
- 5) De que forma a categoria trabalho (e classe trabalhadora) tornou-se central em suas reflexões? Isso foi reflexo de sua participação em sindicatos e/ou partidos políticos ou apenas da experiência acadêmica?
- 6) Se positivo: como o professor vê essa discussão e apropriação atualmente nesses espaços?
- 7) Descreva o cenário polêmico da década de 1990 sobre o pretense “fim do trabalho” ou “fim da história” e suas repercussões no âmbito acadêmico, a exemplo do que convencionou-se chamar de “cultura pós-moderna”.
- 8) E seus reflexos no âmbito dos movimentos sociais, sindicatos e/ou partidos políticos?
- 9) Qual era o cenário do lançamento do livro de Andre Gorz: *Adeus ao proletariado*? E suas consequências?
- 10) Posteriormente, este debate ganhou força com Claus Offe, o qual considerava que o trabalho deixou de ser a categoria fundante da sociabilidade humana, conforme entendeu Marx: o trabalho enquanto condição eterna entre homem e natureza. Comente as repercussões dessa obra.
- 11) O professor escreveu *Adeus ao trabalho*? [...] em resposta a André Gorz?
- 12) O que de fato o motivou a escrever essa obra: *Adeus ao trabalho*? [...]
- 13) Quando o professor se deu conta do impacto dessa importante obra?
- 14) Quantas edições já são e em quantos idiomas já foram editadas?
- 15) Considera ser uma de suas obras principais? Explique.
- 16) E quanto a sua outra obra *Os sentidos do trabalho* [...], teve o intuito de aprofundar a discussão realizada na obra anterior? E seus reflexos?
- 17) O professor tem noção da importância dessas suas obras no âmbito acadêmico e o quanto são referenciadas? A que atribui? Além disso, sabe como têm sido apropriadas?

- 18) Especificamente no Serviço Social, suas obras são amplamente referenciadas, entretanto muitas vezes tem sido apropriadas de forma equivocada, ou melhor dizendo: interpretadas de forma reducionista. Exemplos: entendem como sinônimos: mundo do trabalho e mercado de trabalho, não distinguem o trabalho concreto do abstrato/alienado; além de trabalharem a “saúde do trabalhador” numa perspectiva psicologizante, apontando o trabalhador como responsável pela sua própria condição de adoecido, entre outros tantos exemplos nefastos. A que atribui e como se sente diante desses equívocos?
- 19) Existe uma polêmica discussão no Serviço Social (parte dele), sobre a questão da profissão ser (ou não) trabalho, pautando-se em dois eixos de análises: 1) o Serviço Social é trabalho e se insere como profissão nos diversos processos de trabalho; 2) o Serviço Social não é trabalho se tomar como referência a concepção marxiana do que é trabalho, isto é enquanto produtor direto de mais-valia absoluta. O que o professor teria a nos esclarecer sobre isso?
- 20) Conforme questão anterior, percebe-se expressiva confusão entre alguns conceitos básicos e cruciais em Marx, a exemplo do trabalho concreto/abstrato, produtivo/improdutivo, processo de trabalho, entre outros, além de uma inegável dificuldade de apreender a sociedade sob o prisma do movimento do real, isto é, desconsiderando as metamorfoses ocorridas na sociedade capitalista desde o século XIX. Qual sua opinião sobre isso?
- 21) Percebe-se que muitos de seus leitores, entre os quais boa parte do Serviço Social conforme evidenciado na pesquisa realizada (trabalhos publicados no CBAS e ENPESS) não tem esclarecimento que sua discussão sobre a centralidade do trabalho refere-se a discussão de classe trabalhadora enquanto possibilidade revolucionária de emancipação humana. Como o professor vê isso?
- 22) Face essas leituras equivocadas de suas obras, como o professor tem percebido as leituras e interpretações da teoria social crítica de Marx no âmbito acadêmico? E especificamente no Serviço Social?
- 23) Neste sentido, por experiência própria, percebo que as barreiras são muitas, pois somos alvos de constantes críticas por estudar/pesquisar sobre o trabalho. No meu caso específico, tenho recebido críticas e não encontrei apoio nos programas de pós-graduação onde estudei (mestrado e doutorado). Comente.
- 24) Como o professor vê a ciência sob a lógica do capital? Em outras palavras, o

que esperar de uma ciência burguesa que não está voltada a facilitar/melhorar a vida da humanidade (uma ciência instrumental, não ontológica)? Como reverter este cenário perverso?

- 25) Em suas obras, o professor demonstra acreditar na possibilidade real de superação da ordem burguesa, isto é a emancipação no/pelo trabalho (classe trabalhadora). No entanto, os desafios são imensos, face a situação atual desfavorável das instâncias representativas, entre as quais os sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Quais suas perspectivas quanto as reais possibilidades?
- 26) Outros comentários que julgar pertinentes a presente discussão.
- 27) Agradecimentos e encerramento.

A N E X O S

ANEXO A: Termo de consentimento livre e esclarecido

ANEXO B: Parecer Consubstanciado do CEP - UNESP-Franca



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **(título do projeto)**. O projeto de pesquisa será conduzido por (**nome do pesquisador**), do Programa de Pós-Graduação em (**nome do Programa**), orientado pelo Prof (a). Dr(a) (**nome**), pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **[Descrição sumária do trabalho (+ou- três linhas)]**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome

Endereço:

Tel:

E-mail:

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª)

Endereço:

Tel:

E-mail: